



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Daiane de Oliveira Tavares

**Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção
do discurso humanizador de Victório Canepa na revista *A Estrêla* (1951-
1955)**

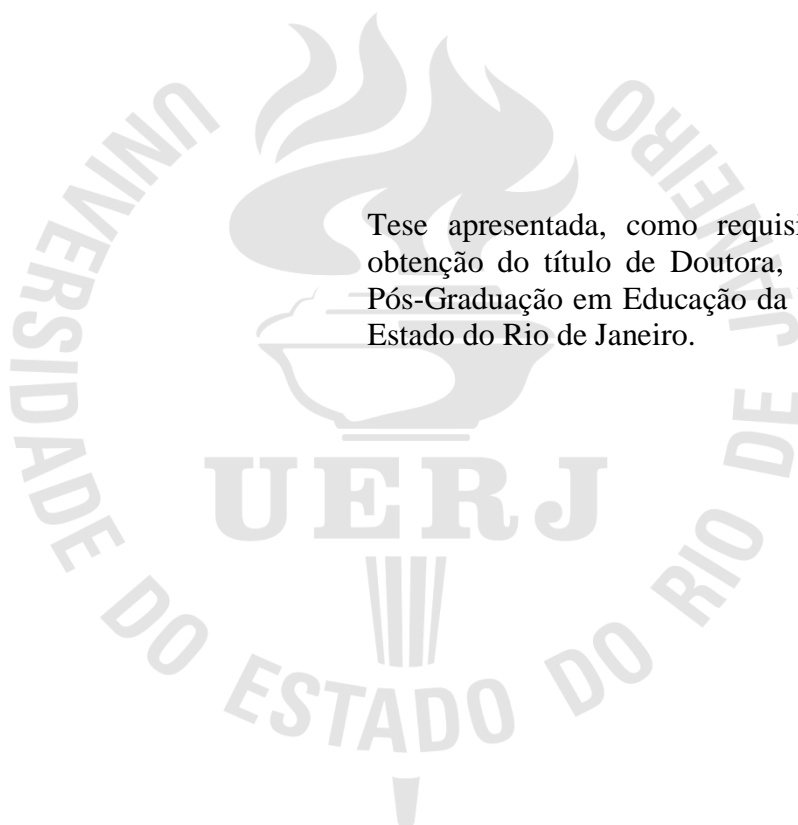
Rio de Janeiro

2017

Daiane de Oliveira Tavares

Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Caneppe na revista *A Estrêla* (1951-1955)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

T231 Tavares, Daiane de Oliveira.
Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Canepa na revista A Estrêla (1951-1955) / Daiane de Oliveira Tavares. – 2017.
173 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Penitenciária – Teses. 3. Canepa, Victorio, 1902- – Teses. 4 Periódicos brasileiros – Tese. I. Mignot, Ana Chrystina Venancio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daiane de Oliveira Tavares

Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Canepa na revista *A Estrêla* (1951-1955)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 28 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Chrystina Venancio Mignot (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª Lia Ciomar Macedo de Faria
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Myrian Sepúlveda dos Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr Marcos Luiz Bretas da Fonseca
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Tania Dauster Magalhães e Silva
Pontícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria Elita, por toda luta para que eu pudesse estudar.

Aos privados de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos que me acompanharam nessa jornada, viveram comigo cada etapa de minha trajetória e me deram força nesse caminho.

Agradeço muito à Professora Ana Chrystina Mignot por ter me acolhido desde o mestrado, mostrando-me a importância e sentido de trabalhar com as escritas oriundas do cárcere. Sua generosidade foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui. Grata por toda ajuda, preocupação e carinho.

A todos os professores do Programa, pois muito contribuíram para minha formação.

À Faperj por financiar essa pesquisa.

Às colegas de grupo de pesquisa: Katia Maria Soares, Heloísa Helena Meirelles, Ligia Bahia, Priscila Garcez, Patrícia Siqueira, Leila Blanco e Adriana Valentin, pela ajuda e aprendizados compartilhados.

À Shayenne Schneider e Sara Amorim, por tornarem-se amigas importantes nessa trajetória.

Ao professor Antonio Castillo Gomez pelos ensinamentos partilhados na Universidade de Alcalá durante o doutorado sanduíche.

À professora Veronica Sierra Blas por toda ajuda com a pesquisa e acolhida carinhosa durante minha estada em Alcalá de Henares.

Aos funcionários do ProPEd, pela prontidão no atendimento das mais diversas solicitações.

Aos que foram meus companheiros de trabalho da Secretaria de Estado de Educação: João Correia, Godofredo de Oliveira e Marilson Santana que não só me convidaram para trabalhar na SEEDUC como acreditaram e investiram no potencial de uma recém formada de apenas 23 anos. Vivemos muitas coisas juntos e aprendi muito com cada um deles.

À amiga Alexandra Lima pela parceria desde os tempos de mestrado.

À Andreza Nascimento e Ingrid Pedote pela ajuda com a transcrição de documentos.

Ao meu irmão Fillipe Tavares, por tudo.

Ao meu Bruno Dantas por toda alegria que trouxe para minha vida nos últimos meses de doutorado.

Às amigas queridas de tantos anos: Carolina Oliveira, Cely Leal e Suellen Salles.

A todos os meus familiares queridos.

RESUMO

TAVARES, Daiane de Oliveira. *Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Caneppa na revista A Estrêla (1951-1955)*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A presente tese, utilizando como objeto/fonte de pesquisa a revista *A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal*, iniciativa do Capitão Victório Caneppa, busca refletir sobre os discursos nela veiculados que trazem à tona as práticas de uma unidade prisional, de um gestor, e das políticas formuladas para o sistema penitenciário brasileiro na primeira metade da década de 1950. Sendo assim, pretendo revelar nuances, por meio da revista estudada, dessa Penitenciária que pretendia romper grades, se tornar visível ao mundo extramuros, e se inserir em uma proposta de cárcere humanizado. Para tanto, situo a presente pesquisa no entrecruzamento da História das Prisões, História da Cultura Escrita e História da Educação. Por outro lado, reflito acerca das vicissitudes do encarceramento na década de 1950, percebendo a escrita como uma prática cultural, uma forma de veicular ideias, um suporte para a memória e um sistema de representações que possuem especificidades. As páginas do periódico conduzem a olhar para o período em questão a partir de seus sujeitos, privados ou não de liberdade, seus eventos, seus embates, suas práticas e políticas. Sendo Victório Caneppa o editor e idealizador da revista aqui estudada, interpreto os usos do impresso feitos por esse sujeito e como este trazia uma representação de si e da penitenciária que dirigia, buscando legitimar-se. O gestor divulgava no periódico seus feitos, viagens e fazia circular os temas em voga no momento, tornando-se um interlocutor privilegiado a partir de suas experiências no país e no exterior, o que permitia avaliar, comparar e prescrever políticas para as prisões brasileiras. Nesse sentido, interpretar as ideias e modelos veiculados em *A Estrêla* revela parte de um período histórico pouco estudado em âmbito acadêmico e que ajuda a refletir acerca da recorrente busca pela humanização da pena, das dificuldades e poucos avanços conquistados no âmbito da reforma que o regime prisional brasileiro exige.

Palavras-chave: Humanização da pena. Victório Caneppa. Penitenciária. A Estrêla

RESUMÉN

TAVARES, Daiane de Oliveira. *Por una Penitenciaria de Puertas Abiertas: producción, circulación y recepción del discurso humanizador de Victório Canepa en la revista La Estrêla (1951-1955)*. 2017. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

La tesis presente, utilizándose de la revista <<A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal>>, iniciativa del Capitán Victório Canepa, busca una reflexión acerca de los discursos que en ella se publicaban y trae a la superficie, las prácticas de una unidad de prisión, de un gestor y de las políticas desarrolladas para el sistema penitenciario brasileño en la primera mitad de la década de 1950. De esa manera, pretendo, por medio de la revista analizada, revelar matices de la penitenciaría esa que pretendía romper cadenas, tornarse visible al mundo exterior e inserirse en una propuesta de cárcel humanizado. Para ello, ubico la presente pesquisa entre la Historia de las Prisiones, Historia de la Cultura Escrita e Historia de la Educación. Al otro lado, reflexiono sobre las vicisitudes de la cárcel en la década de 1950, percibiendo la escrita como una práctica cultural, una manera de propalar idea, un soporte para la memoria y un sistema de representaciones específicas. Las páginas del periódico conducen la mirada para el periodo en cuestión a partir de sus sujetos privados o no de la libertad, sus eventos, sus embates, sus prácticas y políticas. Por tener Victório Canepa como su editor e idealizador, el estudio de la revista es hecho a partir de mi interpretación sobre el uso del impreso hecho por él y como le traía su representación misma y de la penitenciaría que dirigía, con el intento de legitimarse. El gestor divulgaba en el periódico sus hechos, viajes y hacía circular los temas que estaban en boga, cambiándose en un privilegiado interlocutor desde sus experiencias en el país y en el exterior, lo que le permitía avaluar, comparar y prescribir políticas para las prisiones brasileñas. En ese sentido, interpretar las ideas y modelos propagados en <<A Estrêla>> desvela parte de un periodo histórico poco estudiado en ámbito académico y que contribuye a la reflexión sobre la recurrente búsqueda pela humanización de la pena, de las dificultades y pocos avances logrados en el ámbito de la reforma que el régimen carcelario brasileño exige.

Palabras claves: Humanización de la pena. Victório Canepa. Penitenciaría. A Estrêla

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Página do jornal <i>A Estrêla</i> -	20
Figura 2 -	Capa da edição de nº 1.	25
Figura 3 -	Capa da edição de nº 6.	29
Figura 4 -	Capa da edição n.2.....	32
Figura 5 -	Capa da edição n.10,11 e 12.....	36
Figura 6 -	Capa da edição n.33,34.....	37
Figura 7 -	Capa da edição n.15, 16 e 17.....	38
Figura 8 -	Capa da edição n.19 e 20.....	40
Figura 9 -	Capa da edição de nº 25-26.	42
Figura 10 -	Capa da edição de nº 3.	43
Figura 11 -	Capa da edição de nº 30-31-31.....	47
Figura 12 -	Canepa em sua mesa de trabalho.....	60
Figura 13 -	Canepa fazendo a entrega do Diploma de Presidente de Honra ao Ministro da Justiça	61
Figura 14 -	Juiz, promotores e jurados em visita.	65
Figura 15 -	Professor Teeters assinando o livro de impressões da Penitenciária de Mulheres de Bangu.....	67
Figura 16 -	Almoço oferecido ao Professor Teeters e seu grupo no Salão Nobre Da Penitenciária Central.	68
Figura 17 -	Time de futebol da Panitenciária Central.	73
Figura 18 -	Carta de Canepa para Filinto Muller.	81
Figura 19 -	Carta de Filinto Muller para Victório Canepa.....	82
Figura 20 -	Carta de Canepa a Filinto Muller.	83
Figura 21 -	Carta do Chefe de Gabinete da Polícia a Canepa.....	85
Figura 22 -	Corredor da Penitenciária de Mulheres.....	116
Figura 23 -	Capela da Penitenciária de Mulheres.	117
Figura 24 -	Célula da Penitenciária de Mulheres.....	119
Figura 25 -	Anúncio Coca-Cola.....	124
Figura 26 -	Anúncios.....	125
Figura 27 -	Tabela de preços para anunciantes.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Relação de edições do jornal <i>A Estrêla</i>	21
Quadro 2 -	Relação de edições da Revista <i>A Estrêla</i>	22
Quadro 3 -	Relação de capas da Revista <i>A Estrêla</i>	23
Quadro 4 -	Relação de capas da categoria Sujeitos.....	25
Quadro 5 -	Relação de capas sobre instituições e eventos	31
Quadro 6 -	Relação de capas da categoria Atividades da Penitenciária Central do Distrito Federal	41
Quadro 7 -	Jornal <i>A noite</i>	53
Quadro 8 -	Jornal <i>Imprensa Popular</i>	54
Quadro 9 -	Jornal <i>Diário de Notícias</i>	56
Quadro 10 -	Jornal <i>O Imparcial</i>	56
Quadro 11 -	Jornal <i>Tribuna da Imprensa</i>	57
Quadro 12 -	Jornal do Brasil	58
Quadro 13 -	Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu (1942-1945).....	66
Quadro 14 -	Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu (1951-1955).....	67
Quadro 15 -	Correspondências trocadas entre Victório Canepa e Fillinto Muller (1937-1941)	80
Quadro 16 -	Artigos de Victório Canepa publicados em <i>A Estrêla</i>	106
Quadro 17 -	Anunciantes da Revista <i>A Estrêla</i>	121
Quadro 18 -	Resumo das propostas debatidas no Congresso.....	145
Quadro 19 -	Trabalhos enviados ao Congresso com temas da 4ª comissão.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	A Estrêla
CCDR	Colônia Correccional Dois Rios
CIPP	Comissão Internacional Penal e Penitenciária
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
LV	Livro de Visitantes
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PROPED	Programa de Pós-Graduação em Educação
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	ABRINDO PORTAS, ADENTRANDO CÁRCERES, FOLHEANDO IMPRESSOS	11
1	IMAGENS DO DISCURSO NAS CAPAS DA REVISTA	20
1.1	Sujeitos, inspirações políticas e teóricas	24
1.2	Instituições e eventos	31
1.3	Visibilidade às práticas humanizadoras	41
2	FACES DO EDITOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE CANEPPA E SUAS PRÁTICAS	52
2.1	Traçando pistas, buscando histórias.	52
2.2	“Príncipe do penitenciarismo”: gestor e especialista	58
2.3	“A prova é maior que o dito”: relato dos visitantes	64
2.3.1	<u>“Para maior bem estar dos meus presos, a eles entrego o meu coração”</u>	69
2.4	Torquemada?	76
3	ESCRITORES E LEITORES: MOTIVAÇÕES, SUJEITOS E TEMÁTICAS	89
3.1	A escrita como desabafo: uma forma de amenizar a solidão	91
3.1.1	<u>Presidiário X</u>	94
3.1.2	<u>“Penitenciária sim, mas humana”</u>	101
3.2	Os artigos de Caneppe: escrita especializada	106
3.2.1	<u>Em prol da calma e harmonia: sexualidade e religião</u>	109
3.2.2	<u>Prisões não são masmorras: arquitetura prisional</u>	113
3.3	Indícios de um público leitor	121
4	A <i>ESTRÊLA</i> COMO ESPAÇO DE LEGITIMAÇÃO DE UM MODELO PRISIONAL	128
4.1	Propagando viagens	128
4.2	Apropriação de discursos e ideias	137
4.3	Prescrições para as prisões brasileiras	148
	POST SCRIPTUM: CARTA AO EDITOR	155
	REFERÊNCIAS:	162

ABRINDO PORTAS, ADENTRANDO CÁRCERES, FOLHEANDO IMPRESSOS

Ao folhear a revista *A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal* pela primeira vez, surpreendeu-me a diversidade de textos que trazem à tona as práticas e discussões acerca do sistema penitenciário brasileiro nas décadas de 1940 e 1950¹. No acervo de periódicos da Biblioteca Nacional encontrei a coleção do impresso, uma iniciativa de Victório Canepa², Capitão do Exército que atuou em estabelecimentos prisionais no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Lançada em 1944, em formato de jornal,³ voltou a circular no ano de 1951, como revista, tornando-se mais elaborada, mais densa e mais extensa. Os discursos ganham força e a presença de Victório Canepa é ainda mais forte, o que me fez julgar necessário delimitar esse estudo, debruçando-me apenas nos impressos da década de 1950, utilizando as 22 revistas como objeto/fonte de pesquisa.

Encontrar esse periódico, folhear suas páginas fez-me lembrar a primeira vez que entrei em uma unidade prisional: era um dia de sol, no bairro mais quente do Rio de Janeiro, quando sozinha visitei a Penitenciária Talavera Bruce. O meu objetivo era entrevistar duas internas estudantes para então elaborar minha monografia do curso de pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A vontade de escrever sobre as apenadas surgiu quando tive a oportunidade de ser bolsista de extensão no Projeto Parceria com o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro⁴ — novos conceitos e práticas, o que também me possibilitou participar de um projeto de formação continuada voltado para professores da rede estadual de ensino que atuavam em unidades escolares existentes no sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

A passagem por esse projeto, mesmo que breve, despertou-me grande interesse pela educação no sistema prisional, resultando em um trabalho monográfico, como já mencionado, que discutiu a educação em prisões e a especificidade da mulher apenada⁵. Esse foi meu

¹ No capítulo 1 apresentarei o impresso e suas edições com detalhamento.

² Dirigiu a Colônia Penal de Ilha Grande, a Penitenciária Central do Distrito Federal, sendo um dos seus idealizadores, fez parte do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, foi membro da Associação Cultural dos Presídios de São Paulo, da Associação de Prisões de Nova York e criou, em 1952, a Associação Brasileira de Prisões.

³ Na Biblioteca Nacional constam apenas as edições a partir de 1945.

⁴ Projeto coordenado pela Professora Doutora Jane Paiva.

⁵ TAVARES, Daiane de Oliveira. *Mulheres e Cárcere: educação na prisão e a especificidade feminina*. Monografia de conclusão do curso de Pedagogia. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

primeiro trabalho na área e me abriu as portas da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), pois recém-formada passei a integrar a nova equipe que se constituía para atuação direta com as escolas estaduais que atendem, desde 1967, sujeitos em privação de liberdade, por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Justiça⁶.

Após mais de um ano de trabalho na SEEDUC- RJ, resolvi aliar a minha atuação profissional à pesquisa e, então, candidatei-me ao processo seletivo de mestrado no Programa de Pós-Graduação em educação da UERJ (Proped). Com minha inserção no programa⁷ parti em busca de documentos que possibilitassem compreender os possíveis sentidos das escritas das mulheres presas e, nesse trajeto, tive acesso ao periódico *Só Isso!*, produzido por internas da penitenciária Talavera Bruce, entre os anos de 2004 e 2008. Tal pesquisa ganhou forma na dissertação de mestrado que buscou compreender o periódico pesquisado em suas representações, mergulhando em nuances e particularidades que o tema comporta⁸.

Vale ainda ressaltar, que durante a elaboração da dissertação, em 2010, fui contratada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para prestar consultoria ao Ministério da Educação junto à Coordenação Nacional de Educação em Prisões. Essa experiência possibilitou-me o acesso a diversos documentos e publicações, construir documentos ligados às políticas nacionais de educação de jovens e adultos privados de liberdade e conhecer mais de perto a realidade de outras unidades da federação, trabalhando sempre em parceria com o Ministério da Justiça.

Dando continuidade ao meu trabalho de pesquisa na área, por ocasião de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (PROPED) para o curso de doutorado, após conhecer a revista do Capitão Victório Canepa, meu primeiro passo foi buscar outros trabalhos acadêmicos que a tivessem utilizado como fonte, no sentido de buscar possíveis caminhos de reflexão. Nesse percurso deparei-me com apenas três trabalhos.

⁶ Minha experiência profissional, de agosto de 2007 até os primeiros meses de 2009, se deu no âmbito das práticas pedagógicas realizadas nessas escolas. No mês de maio de 2007, as unidades escolares em prisões passaram a estar vinculadas de forma direta ao Gabinete do(a) Secretário(a) de Estado de Educação, por necessitarem de maior acompanhamento administrativo e pedagógico, tendo em vista sua função social e especificidades geradas pela localização no sistema prisional. Em 12 de junho de 2008, foi criada uma Coordenadoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas ligada diretamente à Secretaria de Estado de Educação, para atender escolas em prisões e em instituições nas quais adolescentes em conflito com a lei cumprem medidas socioeducativas, para qual fui nomeada Diretora de Ensino.

⁷ Sob a orientação da Professora Ana Chrystina Venancio Mignot.

⁸ TAVARES, Daiane de Oliveira. *Escritas encarceradas: representações do universo prisional feminino nas páginas do jornal da Penitenciária Talavera Bruce*. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

O primeiro encontrado foi o de Elça Mendonça Lima intitulado *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro- O período das Freiras (1942-1955)* de cunho monográfico, publicado em 1983, pela Ordem dos Advogados do Brasil e que utilizou o impresso como fonte a fim de discutir a origem da prisão feminina no Rio de Janeiro e a ideologia que presidiu sua primeira administração. A análise abarca o período de 1942 a 1955, a partir do discurso de autoridades acerca da mulher presa. A análise se restringiu a utilizar *A Estrêla* somente no que diz respeito à Penitenciária de Mulheres de Bangu, atualmente Penitenciária Talavera Bruce que, no período estudado, tinha como administradores o Capitão Victório Canepa e as Irmãs do Bom Pastor.

Também com o objetivo de abordar o universo prisional feminino, a dissertação de mestrado de Bruna Soares Angotti Batista de Andrade, defendida em 2011, no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, utilizou o impresso como uma de suas fontes de pesquisa. *Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil* tem como objetivo principal compreender os elementos que pautaram os projetos e as práticas das prisões femininas brasileiras, no final da década de 1930 e início dos anos de 1940.

O último trabalho encontrado foi a dissertação de mestrado de Patrícia Cerqueira Sobrinho: *A Penitenciária Central do Distrito Federal através da revista A Estrela (1945-1955)*. Defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, esta pesquisa buscou compreender as práticas realizadas na Penitenciária que, segundo a autora, funcionava como uma espécie de vitrine do Sistema Penitenciário Brasileiro, por meio dos relatos contidos na revista acerca de seu funcionamento, infra-estrutura, rotinas, entre outros. Sem referir-se aos demais trabalhos aqui mencionados, trata a fonte em questão como ainda não explorada em âmbito acadêmico.

Apesar de não trabalhar com o mesmo recorte temporal que a presente pesquisa e nem utilizar *A Estrêla* como fonte de pesquisa, vale ressaltar o livro “Os Porões da República: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945” de Myrian Sepúlveda dos Santos, que é um dos poucos trabalhos que abordam a trajetória de Canepa e me auxiliou na discussão do segundo capítulo.

Em pesquisa sobre a temática no banco de dados (dissertações e teses) da Capes utilizando as palavras-chave: Penitenciária Central do Distrito Federal, Victório Canepa, revista *A Estrêla* e Sistema Penitenciário, nenhum outro estudo foi encontrado além dos já

mencionadas⁹, que explorasse o periódico. Trata-se de uma ausência, no âmbito da história das prisões, de trabalhos que abordem o sistema penitenciário brasileiro na década de 1950. Apesar dos avanços na produção de trabalhos voltados para o sistema penitenciário nas diversas áreas (criminologia, antropologia e sociologia), o período aqui estudado revelou-se como um grande desafio na medida em que pouquíssimos estudos dedicam-se a abordá-lo.

Ao me aprofundar no que já havia sido produzido a partir do impresso e nas temáticas da revista, percebi que esta havia sido pouco explorada, que nenhum dos trabalhos já produzidos a utilizou como objeto de pesquisa, mas apenas como fonte. Outra questão que percebi foi a expressiva atuação de Victório Canepa, criador do impresso, e o fato de não existir uma biografia sobre esse sujeito que dê conta das suas contribuições para a área. Diante desse contexto algumas questões inquietaram-me: quem foi Victório Canepa e quais os motivos que levaram ao silenciamento, em âmbito acadêmico, acerca de suas contribuições para o Sistema Prisional? Sendo ele contemporâneo de penitenciaristas importantes do período, dos quais podemos mencionar Lemos Britto¹⁰, Roberto Lyra¹¹, Nelson Hungria¹², Heitor Carrilho¹³, entre outros, por que não existem trabalhos sobre um sujeito tão atuante e que foi um dos idealizadores da Penitenciária Central do Distrito Federal?

A inquietação cresceu na medida em que observei que o Decreto-Lei n. 3.971 de 24 de dezembro de 1941, transforma a Casa de Correção em Penitenciária Central do Distrito Federal sendo Canepa e o Arquiteto Horta Barbosa os responsáveis pela elaboração do projeto da referida Penitenciária. No entanto, quando esta unidade prisional, em 1957, é renomeada, passa se chamar Penitenciária Lemos Brito. Nomear implica eleger e vale refletir o fato do Capitão

⁹ Além da pesquisa no banco de teses da Capes realizei também, por meio de um software denominado Mendley, outra busca de referências na internet e nenhum outro trabalho foi encontrado.

¹⁰ Nasceu em 1886, em Salvador, diplomou-se em Direito e foi um dos principais nomes do universo penitenciário do século XX. Autor de diversas obras: *Os Sistemas Penitenciários do Brasil* (1924); *Psicologia do Adultério* (1933); *A Questão Sexual nas Prisões* (1934); *A Gloriosa Sotaina do Império: Frei Caneca* (1937); *O Crime e os Criminosos na Literatura Brasileira* (1946), entre outras.

¹¹ Foi Membro do Ministério Público do Distrito Federal, Jornalista, criminólogo e professor de direito penal e criminologia na Faculdade Nacional de Direito. Participou da Comissão revisora do Código Penal de 1940. Nasceu em 1902, vindo a falecer em 1982. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Lyra_Filho

¹² Nascido em 1891, Hungria foi delegado de polícia, juiz e desembargador antes de assumir cadeira no Supremo Tribunal Federal. Lecionou durante anos na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, como professor de Direito Penal. Um dos principais estudiosos do Código Penal de 1940. Cf. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro>

¹³ Médico psiquiatra dedicou sua vida pública ao Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, tendo sido seu primeiro diretor em 1921. Morre em 1954 e, em 1955, o Manicômio Judiciário passa a designar-se Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Heitor_Carrilho

não ter sido eleito para nomear nenhuma unidade prisional do estado do Rio de Janeiro¹⁴. Nome evoca, determina, alude, evidencia (MIGNOT, 1993, p.630) e outros nomes foram evidenciados entre os contemporâneos, já mencionados, de Canepa. Existe no estado, além da já citada Penitenciária Lemos Brito, o Presídio Nelson Hungria e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. E por que o Capitão não foi homenageado? Por não ser um jurista como os demais?

Todo esse silêncio em torno do nome de Victório Canepa me fez pensar, num primeiro momento, em um trabalho de cunho biográfico que teria como objetivo trazer à tona a trajetória de Canepa, sobretudo no que diz respeito à sua atuação profissional. Esse movimento levou-me a buscar outros documentos que pudessem apontar informações sobre a história desse sujeito e nesse percurso recorri ao acervo do Arquivo Histórico do Exército, a Escola de Gestão Penitenciária da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e ao Arquivo Nacional.

No Arquivo Histórico tive acesso a algumas informações que dizem respeito ao ano de nascimento e promoções em sua carreira militar¹⁵, já no Arquivo Nacional encontrei relatórios de sua gestão à frente da Penitenciária, também publicados em sua revista e, por fim, tive acesso, no acervo da Escola de Gestão, ao livro de visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu, então vinculada à Penitenciária do Distrito Federal, onde pude encontrar diversos relatos de sujeitos que passaram pelo estabelecimento penal e se referem ao trabalho de Canepa.

Ao longo da pesquisa, seguindo o processo de folhear e conhecer as páginas da revista percebi a diversidade de textos e despertei para duas questões importantes apresentadas pelo impresso: a humanização da pena como ponto comum nos discursos e práticas realizadas na Penitenciária e como essa proposta se traduz em uma unidade que se mostrava de “portas abertas”, não em seu sentido literal, mas trazendo a sociedade “livre” para dentro do presídio, levando os internos para outros espaços, traduzindo-se também em uma arquitetura que com menos grades e ferros, a busca por uma configuração que dizia-se educativa e menos repressora, propostas de escolarização e cultura.

Diante de minhas interpretações a respeito de toda a representação trazida nas páginas do periódico que se configura num contexto de debates acerca da reforma prisional e da humanização dos presídios, indaguei-me quanto à necessidade de perceber a revista como um

¹⁴ No site da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP-RJ) consta a listagem de todas as unidades prisionais do estado: www.visitanteseap.rj.gov.br

¹⁵ Nos Almanques constam apenas suas nomeações como Tenente do Exército.

objeto de pesquisa que poderia levar à reflexão sobre os discursos que trazem à tona toda uma discussão acerca de uma unidade prisional, de um gestor, dos discursos veiculados no período, das políticas formuladas.

Nessa direção, a atuação de Canepa e sua trajetória encontram-se na presente pesquisa, mas passou a ser foco o cenário em que se inserem os discursos humanizadores do período e como a Penitenciária Central articula-se nessa proposta. Sendo assim, todos os silenciamentos em torno de Canepa, as representações e discursos que o periódico traz, são temáticas da presente tese que tem a revista *A Estrêla* como objeto/ fonte de pesquisa.

O título dessa tese se insere em uma proposta que busca revelar nuances, por meio da revista *A Estrêla*, dessa Penitenciária que rompe grades, que se torna visível ao mundo extramuros, e que pretende se inserir numa proposta de cárcere humanizado. Para tanto, é preciso levar em conta a complexidade desse universo, as relações de poder que se estabelecem em um presídio, pensando as práticas que produzem esse impresso e os usos que deles são feitos, atentando para os dispositivos textuais e tipográficos de produção de sentido e as estratégias que os produzem e os põem em circulação, pois, “com efeito, cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações” (CHARTIER, 2003, p. 44)

Nesse sentido, situo a presente pesquisa no entrecruzamento da História das Prisões, História da Educação e História da Cultura Escrita. Nesta, fundamento a interpretação para o periódico nos estudos de Roger Chartier que aponta e problematiza a importância de compreender a escrita e o seu suporte. Busco, ainda, na perspectiva de Fernando Salla, trazer uma proposta de análise que atente para o fato de que:

Talvez o desafio de fundo, e que tem importância sobre os demais, diz respeito ao tratamento teórico dos trabalhos acadêmicos sobre as prisões. Pode-se dizer que a produção teórica nessa área tem tido pouco criatividade no Brasil. Mais se reproduzem as orientações teóricas clássicas, como as de Michel Foucault, a de Erving Goffman, do que se tenta elaborar alguma formulação nova e que contemple os desafios do contexto nacional. São bem poucos os trabalhos voltados para uma nova abordagem teórica. Em geral os trabalhos utilizam os principais referenciais teóricos sem avançar no debate sobre a sua capacidade ou não de dar respostas aos materiais empíricos levantados (2006, p.115).

Buscando novos caminhos teóricos para a presente análise, reflito acerca das vicissitudes do encarceramento na década de 1950, percebendo a escrita como uma prática cultural, uma forma de veicular ideias, um suporte para a memória e um sistema de representações que possuem especificidades e podem nos revelar nuances da vida em espaços de privação de liberdade. Dialogo então com alguns estudos que insistem na “necessidade de

se articular os textos com os contextos de produção e recepção, através de práticas que permanecem históricas, ou seja, baseadas na (re)produção de sentido através de diferentes espaços-tempos” (BASTOS, CUNHA, MIGNOT, 2000, p. 21).

Vale ainda ressaltar que os trabalhos sobre a história das prisões no Brasil ainda são incipientes e tornam-se relevantes na medida em que contribuem para a compreensão de um tema quase que invisibilizado em âmbito acadêmico e que persiste em constranger a nossa sociedade. Um dos principais trabalhos na área foi recentemente organizado por Marcos Luiz Bretas, Marcos Costa, Flávio de Sá Neto e Clarissa Nunes Maia, intitulado *História das Prisões no Brasil*, Volumes I e II, que traz um conjunto de reflexões que busca “dar conta das diversidades que participam da construção dos novos caminhos na história da prisão” (BRETAS, COSTA, NETO, MAIA, 2009, p.12).

Por fim, adotei como procedimento de análise da revista a elaboração de quadros para pensar as temáticas e conceitos que a perpassam, a fim de responder às questões propostas na arquitetura da tese, que se estrutura em 4 capítulos. Assim, o primeiro capítulo tem como objetivo trazer à tona a materialidade do impresso, apresentando-o por meio de suas capas e partindo da reflexão de que “a imagem no frontispício ou na página do título, na orla do texto na sua última página, classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura, índice identificador” (CHARTIER, 2002, p.133). Nesse sentido emergem as seguintes questões: que leitura as capas sugerem? Que significados constroem? Como categorizá-las? Respondendo a essas perguntas trarei alguns dos principais temas, especificidades, produção e circulação do impresso no presente capítulo. Ao analisar as capas, entrelaçando empiria e teoria, busco anunciar o periódico a fim de perceber as práticas, políticas e ciência penitenciária que o seu editor, responsável e criador quer mostrar à sociedade intra e extramuros no período em que foi gestor da Penitenciária Central do Distrito Federal e penitenciário ativo nas discussões do período. A partir desse capítulo pude pensar a estrutura da tese a partir do que as capas revelaram.

O segundo capítulo busca trazer à tona o editor da revista, as representações sobre ele divulgadas no seu impresso e em jornais do período, nos relatos do caderno de visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu e a construção de sua memória e a sua produção escrita publicada no periódico. Utilizarei também as informações encontradas sobre ele nos *Almanaques do Exército*. Perpassam então esse capítulo os seguintes questionamentos: quem foi Victorio Canepa? Quais as representações acerca do Capitão presentes no impresso? O que a imprensa, internos, autoridades, especialistas e visitantes falam a respeito do diretor e da Penitenciária por ele dirigida? Que autoimagem Canepa constrói? Quais as hipóteses para os

silenciamentos que envolvem a memória de Canepa no universo prisional e acadêmico? Vale ressaltar que utilizarei o conceito de representação trazido por Roger Chartier (2002), a fim de compreender a série de discursos que envolvem a construção da memória de si e da instituição que o editor da revista buscou divulgar em seu impresso. Foram mapeados alguns dos jornais da época a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para pensar as vozes que emergem na *Estrêla* o terceiro capítulo traz seus escritores: quem são? O que escrevem? Que discursos esses sujeitos evocam? Quais os temas debatidos? Como o cotidiano na prisão é trazido por esses escritores? O objetivo desse capítulo é pensar nos assuntos abordados pelos diversos escritores e o que nos revelam, sobretudo no que diz respeito aos textos escritos por privados de liberdade. O que era permitido escrever? É possível pensar em censura por parte do editor? Antonio Nóvoa (*apud* CATANI, BASTOS, 2002), aponta para o fato de a imprensa periódica ser lugar de permanente regulação coletiva: a elaboração de um impresso traz sempre debates e discussões, polêmicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, o que leva a pensar na importância de interpretar os textos permitidos no jornal e quais as discussões abordadas por seus diversos colaboradores. Para fechar o capítulo trago também os leitores do impresso: para quem era direcionada essa escrita tendo em vista os usos e destinos estabelecidos por seu editor ?

O quarto capítulo busca compreender a revista como meio de circulação de ideias e modelos, divulgação de eventos, associações, políticas e pesquisas sobre o sistema penitenciário. Num contexto de reforma e discussões acerca da humanização da pena, muito da produção sobre as questões nas décadas iniciais do século XX, expressam inquietações dos agentes diretamente envolvidos com o universo prisional e muitos dos diretores de unidades prisionais eram também os intelectuais que procuravam sistematizar e publicizar suas ideias (SALLA, 2006). A partir da experiência no Doutorado Sanduíche na Espanha, sob orientação do Professor Antonio Castillo Gomez da Universidad de Alcalá, foi possível localizar documentos sobre o Primer Congreso Hispano-Luso-Americano- Filipino Penal y Penitenciário que contou com a participação de Victorio Canepa que, inclusive, recebeu homenagens do governo espanhol durante o evento. Localizei no acervo das instituições mencionadas a Convocatória, artigos sobre o as teses discutidas durante o Congresso, além do livro com todos os resumos dos trabalhos publicados. A documentação encontrada permitiu abordar, para além do que foi divulgado em *A Estrêla*, os temas discutidos no período e a participação de Canepa no referido evento.

Propondo-me a melhor compreender essa Penitenciária e os discursos que por ela circulavam, ainda pouco estudados e explorados em âmbito acadêmico, não posso deixar de

suscitar o fato de que os trabalhos sobre a história das prisões no Brasil serem ainda incipientes e se tornam relevantes na medida em que contribuem para compreender e encarar com seriedade os diversos problemas que afetam os privados de liberdade, abrindo espaço para novas pesquisas e conhecimento.

Convido o leitor para comigo adentrar, por meio da revista *A Estrêla*, essa penitenciária que pretendeu mostrar-se de “portas abertas” durante a gestão de Victório, entendendo as representações nela veiculadas por meio do impresso aqui estudado. As páginas do periódico nos conduzem a olhar para o período em questão a partir de seus sujeitos, privados ou não de liberdade, seus eventos, seus embates, suas práticas e políticas.

1 IMAGENS DO DISCURSO NAS CAPAS DA REVISTA

Ao folhear pela primeira vez as páginas amareladas do jornal *A Estrêla* não poderia imaginar o quanto a sua versão em revista se configurava em um periódico de qualidade gráfica e grande diversidade de informações e imagens. Deparando-me com a primeira edição do ano de 1951, surpreendeu-me sua capa e como se diferenciava do impresso ainda em formato de jornal. Interessei-me então, para iniciar o trabalho de pesquisa, em analisar as 22 capas do periódico entrelaçando essas imagens com o que é contado sobre elas. Nesse sentido, foi possível articular os contextos e as especificidades no âmbito histórico, político, social e pedagógico, que envolvem as discussões que perpassam a revista. As imagens incluem inúmeras possibilidades de narrar e compreender o cotidiano de uma instituição prisional. Abaixo uma das páginas do jornal já desgastada pelo tempo:

Figura 1 - Página do jornal *A Estrêla*-



Fonte: *A Estrêla*, ed. 3, janeiro de 1945

O jornal inicia seu processo de circulação em 1944 e tem sua produção interrompida entre os anos de 1946 e 1950, período em que Victório Canepa deixou o cargo de diretor, retomando em 1951, quando o impresso volta a circular na categoria de revista:

A estrela esteve presa também. Agora que já crescemos, já evoluímos, somos uma revista!

A ESTRELA, entretanto, não tinha morrido, por que ainda está vivo Victório Canepa, o astrônomo que a descobriu. Ele usa um possante telescópio, e não nos admiremos se um dia chegarmos a ser um SOL, por que o SOL é uma estrela (AE, ed.2, s/p).

A revista cresce, ganha força e exalta Victório Canepa: seu fundador e editor. Como já mencionado, com o formato de jornal, o impresso possui qualidade gráfica bem inferior à revista, com menos conteúdo e menor quantitativo de páginas. O quadro abaixo permite perceber que suas publicações eram mensais e o número de páginas vai diminuindo no decorrer dos meses. A coleção incompleta que consta no acervo da Biblioteca Nacional possui as seguintes edições:

Quadro 1 - Relação de edições do jornal *A Estrêla*

ANO E NÚMERO	DATA	NÚMERO DE PÁGINAS
2/3	Janeiro de 1945	14
2/4	Fevereiro de 1945	12
2/5	Março de 1945	12
2/6	Abril de 1945	12
2/8	Junho de 1945	12
2/9	Junho de 1945	10
2/11	Setembro de 1945	8
2/13	Novembro de 1945	6

Tendo acesso a todas as capas das revistas publicadas entre 1951 e 1955, optei por interpretá-las a fim de trazer à tona a materialidade do impresso, partindo da reflexão de que “la imagen, siempre que sea bien elegida, tiene el poder de mostrar lo que la palabra no puede enunciar” (SIERRA BLAS, 2003, p.83). Percebendo então que essas imagens revelam espaços, lugares, fatos ou acontecimentos significativos e conduzem a uma rede de ideias e representações, foram emergindo as seguintes questões: que leitura as capas sugerem? Que significados constroem? Como categorizá-las? Na tentativa de responder a essas perguntas trarei os principais temas, especificidades e produção do impresso no presente capítulo. Ao

analisar as capas, é possível perceber que discursos e práticas o seu editor quer mostrar à sociedade intra e extra muros no período em que foi gestor da Penitenciária Central do Distrito Federal. Como nos aponta Maria Teresa Santos Cunha:

[...] há uma linguagem nas capas que tanto se pode decifrar como um conjunto de signos, como um suporte para representações ideológicas; uma linguagem dos títulos que aguça a imaginação e faz pensar no seu conteúdo, e uma linguagem das disposições tipográficas que pode dar uma organização mais ou menos clara à leitura (1999, p.51).

Por meio das capas pretendo apresentar o impresso ao leitor e apontar o debate que será encaminhado e refinado nos demais capítulos. Ao analisar as suas imagens é possível trazer à tona muitas das representações ideológicas do periódico e os objetivos de Victório Canepa ao criar a sua revista

A *Estrêla* era comercializada a fim de arrecadar recursos para assistir às famílias dos internos, editada e impressa pelo jornal *O Globo*, enviada para assinantes pelos correios, ou vendida separadamente. Os gêneros textuais que preenchem as páginas da revista, como também seus escritores, são diversos: artigos científicos, notícias sobre o sistema, passatempos, notícias esportivas, discursos de autoridades, entre outros, escritos por juristas, penitenciaristas, presidiários, visitantes, jornalistas, e tantos outros sujeitos. No entanto, uma personalidade reina absoluta no impresso: a de seu idealizador. Canepa faz do periódico a vitrine de ideias, feitos, dos eventos e reuniões dentre os quais participou e nesse espaço ele vai construindo a sua memória e as características de sua gestão e atuação na formulação de políticas e discussões na área. A partir de abril de 1951, surgem então as 22 edições da revista que são marcadas pela forte presença do editor e do discurso humanizador para prisões.

Quadro 2 - Relação de edições da Revista *A Estrêla*

ANO E NÚMERO	DATA	NÚMERO DE PÁGINAS
1/1	Abril de 1951	30
1/2	Maio de 1951	46
1/3	Junho de 1951	66
1/4	Julho e Agosto de 1951	58
1/5	Setembro de 1951	70
1/6	Outubro de 1951	64
1/7 e 8	Nov. e Dez. de 1951	74
2/9	Janeiro de 1952	66
2/10,11 e 12	Fev., Mar. e Abr. de 1952	138
2/13 e 14	Maio e Junho de 1952	61
2/15,16 e17	Jul, Ago. e Set. de 1952	98
2/18	Outubro de 1952	85
2/19 e 20	Nov. e Dez. de 1952	87

Quadro 2 - Relação de edições da Revista *A Estrêla*

ANO E NÚMERO	DATA	NÚMERO DE PÁGINAS
3/21 e 22	Jan. e Fev. de 1953	77
3/23 e 24	Março e Abril de 1953	88
3/25 e 26	Maio e Junho de 1953	60
3/27, 28 e 29	Jul., Ago. e Set. de 1953	87
3/30,31 e 32	Out.,Nov. e Dez. de 1953	58
4/33 e 34	Jan. e Fev. de 1954	58
4/35,36 e 37	Mar., Abr. e Maio de 1954	74
4/38 e 39	Junho e Julho de 1954	81
5/40 a 46	Ago. de 1954 a Fev. de 1955	44

Com a análise das capas das edições mencionadas o presente capítulo se estrutura a partir de três categorias com as quais identifiquei as imagens: 1) Sujeitos; 2) Instituições e eventos 3) Atividades na Penitenciária Central. Vale ressaltar, que as capas serão analisadas por grupos vinculados às categorias eleitas e não individualmente. O quadro citado traz todas as capas em sua ordem cronológica de publicação, o que posteriormente será visto com divisões categorizadas.

Quadro 3 - Relação de capas da Revista *A Estrêla*

ANO E NÚMERO	DESCRIÇÃO DA CAPA
1/ 1	Getúlio Vargas – “Voltamos”
½	Penitenciária Central do Distrito Federal
1/3	Autoridades e freiras em inauguração
¼	Penitenciária (sem legenda)
1/5	Autoridades na carceragem da Penitenciária (Caneppa e outros sujeitos- Homens e Mulheres)
1/6	Jonh Howard
1/7 e 8	Feliz Natal
2/9	Festa de Natal dos presidiários
2/10,11 e 12	Medical Center for Federal Prisoners, Springfield, Missouri
2/ 13 e 14	Interior da velha prisão de Bentham, construída segundo o arcaico sistema panóptico
2/15,16 e17	Instalação do primeiro Congresso Hispano- Luso- Americano em Madrid, Espanha
2/18	Comitiva pelo Major Caneppa na escadaria da Penitenciária de São Paulo
2/ 19 e 20	Mesa da Diretoria na primeira Reunião Penitenciária Brasileira
3/21 e 22	Cadeia Central de Mulheres (Tires- a 26 km de Lisboa)
3/23 e 24	Internos e suas famílias no auditório da Penitenciária
3/25 e 26	Visita de Nossa Senhora de Fátima à Penitenciária Central
3/27, 28 e 29	Visita do Ministro da Justiça
3/30,31 e 32	Coro Orfeônico da Penitenciária Central
4/33 e 34	Vista da Colônia Agrícola de Neves
4/35,36 e 37	Vista da Colônia Agrícola do Distrito Federal
4/38 e 39	Heitor Carrilho
5/40 a 46	Prisão Aberta de Canavieiras- Florianópolis

Elegi para esta análise as capas que considere mais significativas no sentido de mostrar os principais temas e ideologias que perpassam o impresso estudado. Sendo assim, a partir da escolha de imagens que, a meu ver, evidenciam com mais força “um trabalho de persuasão constante, e evidenciam a utilização simbólica na construção de um imaginário” (CUNHA, 1999, p.64) do leitor, sigo a partir de agora a reflexão dos grupos de capas que trazem à tona os caminhos traçados pela revista. Para tanto, busco nos textos que se articulam com as capas que, em muitas vezes, são os próprios editoriais, mas não necessariamente, a base para as reflexões aqui propostas. As capas são aqui compreendidas como unidades comunicativas, um tipo relativamente estável de enunciado que se compõe por três elementos essenciais: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Essas imagens manifestam uma intenção do editor que pode ser a de informar, divertir, seduzir, orientar ou convencer o seu interlocutor (BARBOSA, 2008). E quais são as intenções de Caneppea ao eleger as capas? A que temas elas remetem?

1.1 Sujeitos, inspirações políticas e teóricas

Em 1951, Getúlio é eleito democraticamente e no dia de sua posse, o povo tomou o Palácio Tiradentes em festa cantando “Retrato do Velho”, marchinha composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto:

Bota o retrato do velho outra vez,
Bota no mesmo lugar.
O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar

E o “velhinho” estava de volta. Após 5 anos de intervalo ele retornava ao Catete e já conhecia cada palmo dos salões e corredores do velho solar do Barão de Nova Friburgo. Os rituais e a simbologia inerentes ao poder também lhe eram familiares (LIRA, 2014). Após sua posse, fotos de Getúlio estampavam os jornais e, pouco mais tarde, em abril de 1951, ele também estava presente na capa da revista *A Estrêla*.

Parece que o pedido da marchinha “bota o retrato do velho outra vez” foi ouvido e executado. Caneppea assim o fez. Em 1951, Getúlio retoma o poder e Victório reassume a Penitenciária Central e traz de volta sua revista. Um “Voltamos” e a imagem do presidente sorrindo ilustra todos esses retornos e faz perceber que “além do cenário, dos personagens e das

leituras dos tempos e espaços aparentes, essa imagem indica os vínculos e relações presentes nos textos imagéticos” (LEITE, 2001, P.99).

Figura 2 - Capa da edição de nº 1.



Fonte: A Estrêla

Além de Getúlio. Apenas outros dois sujeitos estamparam capas do impresso, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 - Relação de capas da categoria Sujeitos

ANO E NÚMERO	DESCRIÇÃO DA CAPA
1/ 1	Getúlio Vargas – “Voltamos”
1/6	John Howard
4/38 e 39	Heitor Carrilho

Optarei por trabalhar com as edições de números 1 e 6, por se tratarem de sujeitos importantes para a trajetória de Canepa. Getúlio torna-se seu grande referencial político e Howard a inspiração teórica para as políticas e atuação à frente da Penitenciária Central do Distrito Federal.

Torna-se possível perceber que havia um vínculo estreito entre o diretor e Getúlio, pois os textos da revista referem-se a ele como auxiliar antigo do Presidente e este sempre muito atuante na gestão penitenciária enquanto Getúlio esteve no poder. A era Vargas se caracterizou por um momento extremamente significativo para a criminologia e a prática penitenciária brasileira. Em 1941, foram promulgados o Código Penal e o Código de Processo Penal e criado o Presídio de Mulheres de São Paulo. Já em 1942, foram inaugurados o Instituto de Biotipologia na Penitenciária do Estado de São Paulo e a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal; ocorreram ainda, ao longo da década a reforma e construção de diversas penitenciárias nos estados brasileiros e um aprofundado debate sobre a reforma prisional e a humanização penitenciária. Matérias sobre o presidente faziam parte da revista que sempre o exaltava.

O segundo governo de Vargas, apesar da imensa alegria do povo em sua posse, teria muitos desafios a enfrentar. Entre eles, a crescente divisão ideológica nas Forças Armadas, a oposição implacável da UDN e as próprias dificuldades de Vargas em lidar com conflitos característicos de um regime democrático (FAUSTO, 2013). Diante desse cenário e das críticas que surgem na imprensa, um jornal é criado com a função de atuar como instrumento político a favor do governo: chamado *Última Hora*¹⁶ e no qual o Catete sentia-se no direito de pautar e interferir na linha editorial da publicação. Getúlio lia os principais jornais do dia recortando as notícias que lhe chamavam atenção e as remetia aos seus assessores e políticos para que matérias em sua defesa fossem publicadas no periódico que era considerado, por seu responsável, Samuel Wainer, uma expressão do Getulismo (LIRA, 2013).

Inserido nesse contexto político, não surpreende que Victório Canepa se refira ao Presidente nas páginas de seu impresso como o grande estadista e responsável pela prosperidade do país, apesar da contradição existente entre o fato da revista *A Estrêla* ser editada e impressa pelo jornal *O Globo*¹⁷, que no período fazia oposição ao governo Vargas. Contradições à parte, o periódico de Canepa assumia sua posição frente ao governo, dando apoio e exaltando o Presidente:

¹⁶ Ver NETO, Lira. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁷ É possível que a relação da Revista *A Estrêla* com o jornal *O Globo* seja fruto de relações diretas de Canepa com o referido jornal e seus responsáveis.

Ao ter a feliz iniciativa de suprimir a ignomínia que representava o número ostensivo no uniforme dos sentenciados da Penitenciária Central, substituindo-o por uma estrela correspondente ao grau de comportamento de cada um - ótimo, bom e regular – talvez estivesse muito longe o seu Diretor, o digno 1º Tenente do glorioso Exército Nacional, Victório Canepa, de pensar na simpática afinidade que essa tão oportuna medida tinha, não só com o mais impressionante passado que enriqueceu a História Sagrada, como a própria Natureza que nos colocou sob o auspício da formosa constelação do Cruzeiro do Sul, e ainda nos nossos tempos, da bela estrela que conduziu o maior estadista produzido pelo Brasil, à segura conquista e sua verdadeira e mesmo assombrosa prosperidade (AE, ed.1, p.3).

Amado por uns e odiados por outros, o fato é que Getúlio, com grande força política, se transformou em grande referência ideológica, como nos aponta Angela de Castro Gomes:

Sua presença e força políticas perpassam as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, instalando-se como referência ideológica e organizacional inquestionável, inclusive após o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Vargas, em sua longa e atribulada trajetória política, foi sendo moldado como portador tanto de surpreendentes qualidades de estadista – coragem, sabedoria, determinação -, quanto de características de “homem comum” – simpatia, malandrice, simplicidade -, facetas que o aproximavam, ao mesmo tempo, dos grandes líderes do país e de seu “povo”, como afirmava em muitos discursos. Ficou conhecido como o “pai dos pobres”, o protetor dos trabalhadores, mas também como o presidente em cujo o governo muitos brasileiros (e também estrangeiros) foram presos, torturados e mortos. Foi, por isso, uma figura complexa e ambígua, que promoveu os direitos sociais, especialmente os trabalhistas, mas eliminou os direitos políticos, fechando o Congresso e instalando a censura, quando do Estado Novo. Um perfil multifacetado, que ganhou contornos de mito político, como a revolta e tristeza de multidões de brasileiros (2013, p.29).

No entanto, se o Estado Novo é marcado pela censura, tortura e perda dos direitos políticos, como compreender nesse período o processo de humanização da pena e do sistema penitenciário? Talvez esse projeto esteja inserido numa arquitetura corporativista construída nas décadas de 1930/1940 que são exemplos emblemáticos das transformações instauradas na política brasileira em sua busca pela modernidade, segundo os parâmetros antiliberais, referenciais internacionais que circulavam à época (GOMES, 2013). O período em questão revelou um conjunto de medidas que buscavam redefinir o funcionamento do aparelho do Estado brasileiro e as relações do poder público com a sociedade civil.

Apesar dos jornais da década de 1940 não se caracterizarem como fonte de pesquisa desse trabalho, falar desse período se faz importante pelo fato das reformas no sistema penitenciário se iniciarem nesse momento e foram reforçadas pelo impresso como uma marca do governo Vargas. A reforma penal do início dos anos de 1940, se realiza então a partir dos novos textos do Código Penal, do Código do Processo Penal e da Lei das Contravenções Penais.

Segundo Elça de Mandonça Lima, antes mesmo do Código Penal de 1941, outras medidas surgiram a fim de modificar o Sistema Penitenciário no país:

Este programa também obedece a preocupações de unificação e centralização do sistema penitenciário. Ele é assim adequado e segue a mesma lógica que comanda a reforma do Código Penal. Exemplos dessa tentativa de unificação e centralização são, sem dúvida, a criação em 1934, da Inspetoria Geral Penitenciária, que funciona como órgão de caráter nacional, ao qual incumbe velar pela prática fiel do regime estabelecido pelo Código Penal e demais estatutos regulamentados e as instruções em vigor [...].

Já os Conselhos Penitenciários criados em 1924 para os Estados, preconizavam a atitude centralizadora e unificadora, que se concretizaria com seu desdobramento, em 1934, na Inspetoria Geral Penitenciária; segundo Lemos Brito: “o Conselho Penitenciário é um órgão auxiliar do Presidente da República no que entende com a prática da graça e do indulto, do Ministério da Justiça, no que se refere a pareceres sobre temas de interesse administrativo e científico no quadro de sua competência legal e em referência às reformas penais e penitenciárias” (1983, p.22).

Desta maneira, ditada por essa modificação no plano legal, desenvolve-se a reorganização prática do sistema penal brasileiro, sobretudo através da modificação da estratégia de funcionamento de seus aparelhos de internamento. A ideologia penal do período correspondia a uma necessidade de centralização do poder político num momento histórico onde o “nacionalismo, que, aliado ao desenvolvimentismo, fazia o país acreditar que seria mais brasileiro, mais moderno e mais justo socialmente, até porque, como dizia o poeta, era a terra de Nosso Senhor” (GOMES, 2013, p.25). A revista da Penitenciária reforçava esse discurso:

Sim, foi aos Reis Magos que a Estrêla do Oriente conduziu ao encontro daquele que devia ser O Apóstolo Supremo do Bem, personificado no Amor e na Caridade – o meigo Jesus, o Cristo Redentor; foi ao nosso rico, generoso e tão cobiçado Brasil que o Cruzeiro do Sul quiz servir de teto, e foi à bôa Estrêla do grande Presidente Vargas que o destino confiou: a descoberta e aproveitamento das nossas incalculáveis riquezas sub-solares; a marcha para o Oeste e o povoamento dos sertões; as modernas conquistas que, pondo a greve fora da Lei, congraçaram os elementos do trabalho com as classes conservadoras, a humanização da Justiça e o amparo e tratamento condigno dos infelizes deserdados da sorte que outrora, na expressão do justa revolta do ex-Ministro da Justiça, o grande jurista Dr. Francisco de Campos – “eram os mortos vivos” (AE, ed.1, p.3).

Logo, tratava-se de construir e modernizar as instituições penais seguindo os padrões internacionais impostos. No Estado Novo, a busca pela modernidade também fez parte das políticas do governo democrático de Vargas e se inserem nas políticas penitenciárias do período. Um exemplo de referência de documento internacional voltado para o tratamento penitenciário é o “Padrão Mínimo do Regulamento para Tratamento dos Sentenciados”, trazido na edição de número 13, que aborda tanto do processo de sua elaboração, como também os seus princípios gerais. Abaixo um trecho do periódico que trata da construção do referente Termo:

Em 1933, a Comissão Internacional Penal e Penitenciária aprovou um “Esquema Padrão Mínimo dos Regulamentos para o Tratamento e disciplina dos Sentenciados”, o qual, foi, mais tarde, aceito pela Liga das Nações. Em 1949, a Comissão deliberou iniciar a revisão desses regulamentos e, ao mesmo tempo, a “Primeira Comissão Internacional de Peritos em Prevenção Criminal e Tratamento de Delinquentes”, convocada pelo Secretariado das Nações Unidas, recomendava que as Nações Unidas iniciassem a elaboração do “Padrão Mínimo do Regulamento para Tratamento dos Sentenciados”, manifestando desejo de que esse “Padrão” encontrasse aprovação por parte de uma Organização Internacional. Utilizando os regulamentos de 1933 como ponto de partida, a CIPP elaborou o Têrmo e submeteu o resultado à O.N.U. (AE, ed.13 e 14, p.13).

Analisando os princípios gerais do documento é possível perceber várias questões que norteavam a gestão de Victório Caneppa e as atividades desenvolvidas na Penitenciária Central. Tais princípios, de forma sucinta, trazem os seguintes pontos: necessidade de assegurar a recuperação do preso, por meio da educação moral e espiritual; tratamento no sentido de não excluir os internos da comunidade, mas pelo contrário, fazê-los continuar a integrá-la; serviços médicos das instituições penais devem recuperar os direitos físicos e mentais dos presos; para o inteiro cumprimento destas recomendações é indispensável a individualização de cada tratamento.

Essas orientações também se afinam com as ideias de John Howard, o grande pensador que influenciou Victório Caneppa. Howard nasceu em 1726 e dedicou a vida à melhoria das condições nos presídios, sendo considerado por alguns o grande apóstolo da humanização das prisões. A edição de outubro de 1951, traz Howard na imagem de sua capa e ele é citado como “grande filantropo, precursor da humanização das prisões”. Howard propôs em sua obra uma reforma penitenciária, cujas bases fundamentais eram as seguintes: educação religiosa; trabalho regular organizado; condições alimentícias e de higiene humanas; isolamento parcial para evitar o contágio moral e inspeções periódicas (GONÇALVES, 2009).

Figura 3 - Capa da edição de nº 6.



Fonte: *A Estrela*

Essas questões, sobretudo quando se discute religião, trabalho e higiene nas penitenciárias, são marcas presentes no discurso de Caneppe e ficam claras nas páginas do impresso. Howard é também trazido na edição de n.7 e 8, onde são destacados os seus princípios “que animaram o progresso da ciência penitenciária e marcaram seus melhoramentos”:

- 1) O grande preventivo do crime e da necessidade da grande população nas prisões é o treinamento das crianças pobres para a indústria;
- 2) O abandono da polícia em se livrar dos criminosos para o degredo, ou pelo encarceramento sem outros fins do que, a sua segurança; enfim o uso do trabalho para o próprio prisioneiro;
- 3) O uso da instrução moral e religiosa como meio de reforma e preparo para uma vida honesta e sóbria quando liberados;
- 4) A lei da bondade implícita na afirmação de que alguns prisioneiros preferem continuar e trabalhar nas prisões depois de liberados;
- 5) Graduação cuidadosa da penalidade, evitando o que necessariamente levaria os condenados ao desespero – como as sentenças perpetuas;
- 6) Encorajamento à sobriedade e à indústria, liberando prisioneiros de bom comportamento e aproveitáveis antes da expiração de suas penas (AE, ed.7 e 8, p.66/67).

Ao analisar todas essas recomendações, não é difícil perceber que formação moral e religiosa, higiene e limpeza, valorização do bom comportamento do preso e individualização da pena e tratamento, são alicerces dos princípios que perpassam as ideias do período e marcam

o trabalho realizado na Penitenciária dirigida por Canepa. Alguns desses elementos estarão presentes na análise das demais capas, mas vale aqui ressaltar uma atividade de iniciativa do diretor que tinha como objeto “premiar” o preso de comportamento exemplar, garantindo sua libertação antes do término da pena. Para tanto, foi criado o “Prêmio Getúlio Vargas”, uma também oportunidade de exaltar o Presidente da República:

No auditório Coronel Meira Lima, da Penitenciária Central do Distrito Federal, realizou-se no dia 14 de novembro, a cerimônia de libertação de Noberto Alves por haver sido contemplado com o prêmio “Getúlio Vargas” outra vez instituído nesta Penitenciária, para o recluso que tiver melhor comportamento e aproveitamento (AE, ed. n.7 e 8, p.3).

Canepa lidava com os presos de forma a compensá-los pelo seu bom comportamento e assim estabelecia a sua relação com os internos a fim de obter sucesso nas atividades propostas e exercer controle e disciplina. Para melhor compreender essas relações estabelecidas, a análise das próximas capas são significativas no sentido de perceber como os ideais mencionados se refletem na instituição e como modelos e práticas circulavam no período e na própria revista.

1.2 Instituições e eventos

Na análise das capas que estampam instituições penais, direciono meu olhar para a própria Penitenciária Central do Distrito Federal como destaque dessa discussão a fim de melhor compreender seu funcionamento. No entanto, outras capas com as demais instituições também são trazidas, revelando a diversidade dos espaços e de suas práticas. O quadro abaixo nos permite visualizar as unidades que mereceram destaque nas capas da revista, assim como os eventos:

Quadro 5 - Relação de capas sobre instituições e eventos

ANO E NÚMERO	DESCRIÇÃO DA CAPA
1/2	Penitenciária Central do Distrito Federal
1/4	Penitenciária
2/10, 11 e 12	Medical Center for Federal Prisoners, Springfield, Missouri
2/13 e 14	Interior da velha prisão de Bentham
3/21 e 22	Cadeia Central de Mulheres (Tires a 26 km de Lisboa)
4/33 e 34	Vista da Colônia Agrícola de Neves
4/35,36 e 37	Vista da Colônia Agrícola do Distrito Federal
5/40 a 46	Prisão Aberta de Canavieiras
2/15, 16 e 17	Instalação do primeiro Congresso Hispano-Luso- Americano em Madrid- Espanha

2/18	Comitiva pelo Major Canepa na Escadaria da Penitenciária de São Paulo
2/19 e 20	Mesa da Diretoria na primeira Reunião Penitenciária Brasileira

Na edição de número 2 encontramos a Penitenciária Central e para falar da unidade, foi publicado um texto traduzido do livro “Penology from Panama to Cape Horn”, de Negley K. Teeters, professor de Sociologia e Criminologia da Temple University, de Philadelphia. Nesse livro, que trata Canepa como um dos maiores administradores penais do Brasil, foram publicadas as impressões dos pesquisadores que visitaram a unidade. Além do referido texto, o editorial retratou o projeto de construção da Penitenciária Central do Distrito Federal.

Figura 4 - Capa da edição n.2.



Fonte: A Estrela

Francisco Campos, então Ministro da Justiça, possibilitou a construção da unidade planejada pelo Capitão Canepa e pelo arquiteto Luiz Hildebrando Horta Barbosa:

A construção da nova casa de Correção foi cuidadosamente planejada; nela, encontram-se diversas formas arquitetônicas que se enquadram perfeitamente na

penalógica científica, notando-se que a prisão propriamente dita, é quase convencional, em vários de seus aspectos. Os pavilhões de células têm três andares exclusivamente de alojamentos, e ao lado destes, ficam as Células especiais de privação, usadas como medida disciplinar. Cada quarteirão abriga 240 presos; 40 por cada galeria, em células individuais. As galerias são divididas, dentro do pavilhão, como que duas seções por andar, por gradeamento metálico, estreito e alto, com uma passagem ao centro. As células são equipadas com cama basculante, mesa com gavetas, banco e mesa de cabeceira; num compartimento menor, próximo à janela, há, não somente um lavatório, mas também um chuveiro e sanitário. Por observação própria, esta é a única prisão em que vi que os presos usam individualmente, um chuveiro (AE, ed.2, p.5).

Além dessas observações que dizem respeito à estrutura física da Penitenciária, a equipe do Professor Teeters, ressalta ainda que há na unidade um hospital muito bem instalado e que uma característica presente somente na unidade é o isolamento inicial do preso no hospital durante as primeiras semanas para exames. Essa prática está vinculada à ideia de individualização da pena, onde o médico deveria analisar a personalidade dos apenados, adequando o tratamento das enfermidades do caráter e procurando explicações para os crimes cometidos. Nesse período, médicos e juristas irão estabelecer relações ao constituírem o campo da Criminologia do Brasil, no interior do qual Direito, Medicina Legal, Antropologia, Psiquiatria e outras disciplinas irão desenhar um espaço instável, mas nem por isso menos eficaz, de ideias e ações (ALVAREZ, 2006).

Para além dos elogios quanto à estrutura do hospital, destacam ainda que o sistema empregado na Penitenciária Central, não é reedição do sistema de Auburn nem o da Pensylvania, é inteiramente novo e realmente brasileiro. Assim, justificando sua afirmação, destacam que:

- os presos recebem visitas sem vigilância e podem encontrar com as esposas, tendo a chave do parlatório;
 - o Diretor Canepa pode convidar qualquer pessoa para visitar a unidade para que possam ver como estão sendo tratados os apenados, para cujo a sociedade voltarão um dia;
 - o sistema de auto governo .
- (AE, ed.2, p.6)

Segundo Rosa del Olmo, era comum a presença de especialistas norte americanos na América Latina na década de 1950. Um exemplo é o do o criminólogo Negley K. Teeters, que depois de uma breve passagem por vários países, escreveu seu artigo que, segundo Olmo, era “uma espécie de diário de viagem com ingênuos comentários” (2004, p.218). No entanto, ingênuos ou não, eles nos revelam características importantes da Gestão de Canepa: a primeira diz respeito à sexualidade dos presos, a segunda chama atenção para o fato de a penitenciária estar sempre aberta para visitantes e eventos e a terceira à autonomia que Canepa possuía para

gerir à Penitenciária¹⁸. A revista ressaltava que Canepa emerge como grande referência penitenciária e influencia decisivamente a construção, reforma e modernização de outras unidades prisionais. A unidade prisional por ele administrada tornou-se uma referência internacional após a visita do professor Teeters:

Havendo, a já obsoleta concepção de pena-castigo, cedido lugar, na moderna humanização do regime penal, ao conceito de pena- reeducação, a Penitenciária Central do Distrito Federal, liderando esse movimento renovador, aparelhou-se com instalações materiais perfeitas, onde ao par de um sistema disciplinar suave, encontramos exemplares oficina, escola, biblioteca, campos de esporte, teatro e tudo o que pode auxiliar o detento a suportar a reclusão e, ao mesmo, readaptá-lo ao convívio social, gradativa e, mesmo, insensivelmente, através do coleguismo escolar, a camaradagem esportiva, a colaboração em trabalho , etc. Tão modelar foi a orientação adotada que, os mais conceituados penitenciaristas estrangeiros – Mariano Ruiz Funes, Benigno di Tullio, Prof. Teeters e muitos outros – a consideraram notável, cujas diretrizes devem servir de exemplo ao regime penitenciário de todas as nações. Acompanhando-o durante a vida carcerária, analisando suas tendências, compreendendo suas necessidades, estudando as condições ambientais mesológicas, educacionais e observando-o ainda sob o ponto de vista biotipológico, poder-se-á finalmente aquilatar, com rigor, da periculosidade e dispor assim dos meios precisos para assegurar o almejado reajustamento. E dêste modo, num futuro, não distante, a Penitenciária Central do Distrito Federal, com seu hospital em pleno funcionamento, provará, de modo iniludível a assertiva de V. Stangin de que “a colaboração entre o jurista e o médico é indispensável à criminologia, a verdadeira, científica e humana criminologia” (AE, ed.9, p.30).

Outra questão importante trazida pelo trecho acima é o conceito de “pena- reeducação”, que suscita a importância das atividades culturais, esportivas e educativas realizadas na Penitenciária Central. Ao falar da existência da escola da unidade me levou a texto de outra edição que trata do processo de escolarização garantido para os internos da Penitenciária Central. Escrito pelo professor que coordenava o trabalho na unidade escolar foi publicado na primeira edição de 1951, revelando, como o título da matéria sugere, o papel do ensino na penitenciária e o grande número de presos analfabetos:

Incumbido da missão de educar no ponto de vista intelectual e reeducar sob o ponto de vista moral, verifico que os grupos de homens para aqui trazidos, por terem errado, são quase que em sua totalidade analfabetos ou semi-alfabetizados. Uma vez incluídos no efetivo da casa são então enviados à Escola, onde, depois de examinados e classificados, passam a frequentar as diversas turmas à partir do pré-primário. Após o primeiro contato com o livro inicia-se, desde logo, uma verdadeira transformação no caráter do sentenciado, variando de acordo com o interesse de cada um pelos estudos. (AE, ed.1, p. 25).

¹⁸ Essas questões serão aprofundadas no segundo capítulo.

Logo, destacar a existência dessa unidade escolar se faz importante, pois os primeiros registros acerca da escolarização nos estabelecimentos penais do estado do Rio de Janeiro são da década de 1960, mais exatamente no dia 15 de junho de 1967, quando o Secretário de Justiça Cotrim Neto e o Secretário de Educação Benjamin de Moraes assinaram o convênio, no qual a Secretaria de Educação se comprometeu a instalar escolas e fornecer professores para os estabelecimentos penais da Guanabara e a Secretaria de Justiça se responsabilizou por disponibilizar internos ‘recrutados’ dentre aqueles com bom comportamento, para prestarem serviços auxiliares de conservação e limpeza das escolas alocadas nos presídios. O documento fala da garantia apenas da educação primária e ressalta quatro estabelecimentos penais, nos quais deveriam ser instaladas escolas nos moldes das demais existentes no estado. As unidades prisionais mencionadas são: Milton Dias Moreira, Professor Lemos Brito (nome atual da Penitenciária Central do Distrito Federal), Esmeraldino Bandeira e Talavera Bruce (antigo Presídio de Mulheres do Distrito Federal).

Apesar da escola existente na Penitenciária Central não ser fruto de um convênio firmado com instâncias da educação do Distrito Federal, não se pode falar de um processo de escolarização no Sistema Penitenciário iniciado apenas na década de 1960, sendo esta uma atividade já implementada anteriormente por Victório Canepa. Segundo ele, a própria instituição prisional deveria se configurar como estabelecimento educativo e a sua arquitetura e propostas deveriam favorecer a reabilitação dos presos.

Muitas das ideias de Canepa são oriundas de unidades prisionais norte americanas, o que se reflete nas capas do periódico que trazem imagens dessas instituições. Diante de tal fato, é possível supor a influência deste modelo na Penitenciária Central, o que segundo Rosa del Olmo, era uma característica da América Latina:

As próprias características do subdesenvolvimento na América Latina, já mencionadas, assim como a situação política da época, levaram a que se propiciasse o controle continental do delito com a assistência e eficácia técnica norte americanas. Ao mesmo tempo, importavam-se os últimos temas da moda nas sociedades científicas europeias, ainda que, em muitas ocasiões, apenas para formar parte do discurso acadêmico (2004, p.217).

Canepa, como membro da Associação de Prisões de Nova Iorque e, tendo criado a Associação Brasileira de Prisões, como veremos a seguir, circulava pelos Estados Unidos e Europa importando modelos e ideias e trazendo suas avaliações dos sistemas do exterior¹⁹. A estrutura de uma instituição norte americana que se constituía como uma inspiração para os

¹⁹ Essa temática será aprofundada no quarto capítulo dessa tese.

modelos nacionais é trazida na capa da edição de números 10,11 e 12:

Figura 5 - Capa da edição n.10,11 e 12.



Fonte: A Estrêla

Além de Canepa, outros diretores de instituições prisionais também viajavam para conhecer outros Sistemas Penitenciários, o que era também divulgado na revista. O sentido das viagens traz consigo a difusão de ideias, apropriações e representações das práticas observadas em países estrangeiros. Rastros de deslumbramento ou críticas são percebidos nos discursos dos intelectuais. As opiniões vão desde o encantamento ao total distanciamento crítico, assim como as leituras que são base para a possibilidade de introduzir as ideias e práticas realizadas nas localidades que se constituem como referências para as instituições brasileiras.

As intenções de quem viaja compreendem observação, análise, divulgação, comparação, proposições e prescrições. As viagens proporcionam afirmação de modelos e reformas (do ponto de vista do estado) e carreiras (do ponto de vista dos sujeitos), bem como inúmeros desdobramentos que esse amplo movimento produz. Toda viagem traz consigo elementos de planejamento, incerteza, surpresa e inquietação. Comparamos experiências, pensamentos, estilos, atitudes e obras. Avaliamos o que sabemos e o quanto ainda ignoramos. Aprendemos tanto com o que nos é estrangeiro, como o que em nós é próprio, singular, exclusivo.

Nesse período, muito da produção acerca das questões prisionais eram expressões das inquietações e trabalho dos agentes diretamente envolvidos com a gestão dos estabelecimentos penais e, o impresso de Canepa também abria espaço para falar bem da atuação e viagens de alguns de seus colegas, também diretores de estabelecimentos penais:

A verdadeira filosofia dessa instituição no setor agrícola, só agora é que está sendo desenvolvida. E isto foi alcançado pelo atual Diretor daquele estabelecimento de educação e adaptação social, Alberto Teixeira dos Santos Filho, que para conseguir o seu desideratum, foi êle buscar luzes em outras terras, viajou para outras terras, viajou para os Estados Unidos da América do Norte e pela América do Sul, visitando muitos e variados estabelecimentos penais e educacionais. Tomou parte em vários congressos penitenciários, onde destacou-se pela sua inteligência e cultura; é membro da Associação Brasileira de Prisões e, ultimamente, foi eleito Diretor daquela entidade, cabendo-lhe o controle de todo o movimento penal- penitenciário dos Estados do Brasil. É autor de vários trabalhos penitenciários (n.33 e 34, jan. e fev. 1954, p.4).

O diretor da Colônia Agrícola de Neves era próximo à Canepa, inclusive como membro de sua associação e foi também um viajante em busca de novas ideias. A capa da edição de número 33-34, dá destaque à referida instituição:

Figura 6 - Capa da edição n.33,34.



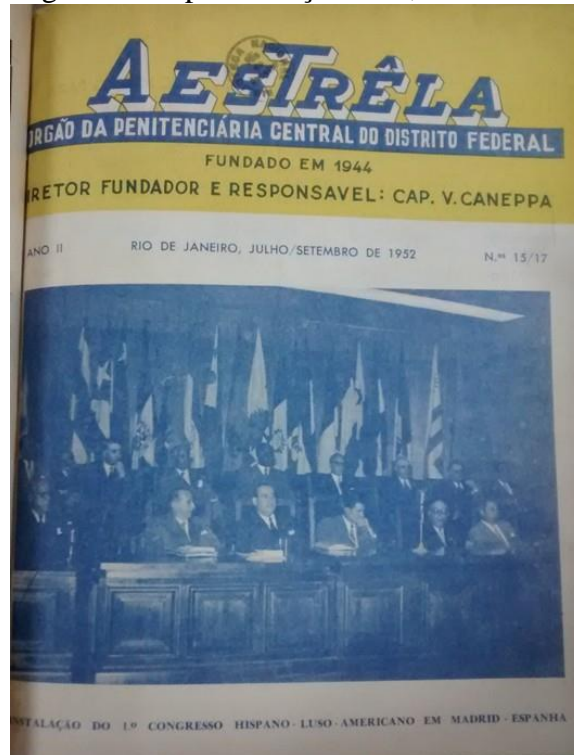
Fonte: A Estrêla

Portanto, buscar caminhos possíveis para os estabelecimentos penais brasileiros, um dos principais objetivos das viagens, também se expressava nas capas do periódico. Neste sentido, dois eventos destacados pelo impresso são relevantes para evidenciar “a estreita conexão entre os congressos das diferentes sociedades, como difusores de normas universais para a prevenção do delito e para o tratamento do delinquente” (OLMO, 2004, p.22).

Com a criação do Instituto Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano- Filipino, criado na Espanha, Congressos internacionais aconteceram, sendo o primeiro realizado em Madrid, no ano de 1952. Essa ocasião contou com a presença de diversos especialistas latino-

americanos, dentre eles, Victório Canepa. Após o seu regresso do evento, a edição de número 15 e 16, trouxe as informações sobre a atuação do diretor e temas debatidos durante o Congresso.

Figura 7 - Capa da edição n.15, 16 e 17.



Fonte: A Estrêla

Desta forma, sendo o testemunho fotográfico um gênero jornalístico, implica sempre o agenciamento de uma imagem e de uma mensagem para icônica, que é pelo menos em parte, narrativo. É a mensagem jornalística que acompanha a imagem que nos fornece a narrativa esperada e, por meio dela, situa a imagem em seu universo de remissão e no acontecimento global onde se origina (SCHAEFFER, 1996). Nesse sentido, a divulgação das fotografias tiradas no momento das discussões no Congresso, permitia trazer à tona a participação de Canepa nos espaços onde se originavam as principais discussões acerca das práticas penitenciárias realizadas no Brasil e em diversos outros países. Divulgar esses acontecimentos e suas temáticas parecia fazer parte das preocupações de Canepa na tentativa de promover suas atuações e fazer circular discursos debatidos.

Durante o Congresso em Madrid ficou clara a participação ativa dos latino-americanos que se dividiram no trabalho em suas sete comissões onde foram debatidos vários temas e teses, sendo os principais: “o Auxílio Judicial Nacional”, o “Tratamento Infantil e Juvenil”, “Modernos Aspectos das Instituições Penitenciárias Ibero- Americanas” e o Valor do

Diagnóstico Psíquico- Médico”. Acerca do papel dos brasileiros no Congresso, Canepa faz as seguintes observações:

Felizmente, os brasileiros que compareceram ao Congresso, saíram-se muito bem. O Dr. Mario Acyoli, Procurador da República, foi nosso chefe de Delegação e soube muito bem nos guiar em todas as fases do Congresso, saíram-se muito bem em todas as fases do Congresso; o Professor de Nôe de Azevedo, foi nosso Presidente no Congresso tendo se sobressaído em diversas Comissões, principalmente, na 4ª Comissão da qual eu era seu Presidente; O Professor Helio Gomes foi o Presidente da Comissão que estudou o tema “O Valor do Diagnóstico Psíquico- Médico”, e num debate em plenário, fez verdadeira demonstração do seu alto saber. Os demais foram muito felizes nas suas intervenções sendo que Dr. Thiller, alto funcionário do Ministério da Justiça, apresentou dois trabalhos interessantes para o Congresso (AE, ed.15,16 e17, p.31/32).

O Capitão destacou a sua participação no evento como Presidente da 4ª Comissão, que discutiu a tese apresentada pelo professor espanhol, Antonio Quintano Ripollés, intitulada “Modernos Aspectos das Instituições Penitenciárias Ibero-Americanas”. Canepa foi homenageado e recebeu a medalha de ouro do “Gran Merito Social e Penitenciário”. Abaixo, suas opiniões acerca de unidades de alguns países europeus:

Dentro de um ponto de vista puramente de observação, desejo aqui dizer, que se reunirmos o que temos de bom e de apreciável dentro das realizações sociais penitenciárias, notaremos que não estamos atrasados. Visitei nesta minha viagem à Europa, 15 estabelecimentos penais, onde pude constatar que nem sempre se diz a verdade em torno das nossas instituições penais. Sem falar nos estabelecimentos de que sou responsável, muitos há no Brasil que são superiores, em certos pontos de vista, aos do Velho Mundo, principalmente, os da França, Inglaterra, onde os edifícios e regimes estão atrasados. Notável, entretanto, é o esforço e a dedicação que atualmente os Governos Espanhol e Português estão tendo para a solução do problema penitenciário (AE, ed.15,16 e17,p.32).

Conforme Rosa Del Olmo (2004) aponta, em 1953, o Rio de Janeiro sediaria o Seminário Latino-Americano sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, organizado pelas Nações Unidas que nesse período assumiu a liderança nas atividades internacionais relacionadas à prevenção do delito e ao tratamento do delinquente. Nesse momento foram discutidos os seguintes temas: as regras mínimas para o tratamento do recluso; recrutamento e treinamento de pessoal das instituições penais e corretivas; estabelecimentos penais e corretivos; delinquência juvenil e formas predominantes de delinquência.

A ideia inicial era que esses Seminários Latino-Americanos se realizassem a cada 3 anos, o que não aconteceu. No entanto, tendo em vista a perspectiva de continuidade desses encontros ficou estabelecido um grupo permanente para coordenar os trabalhos garantindo o interesse dos governos e da opinião pública. Este grupo foi formado por Roberto Pettinato, da Argentina; Victório Canepa, do Brasil; Evelio Tabio de Cuba; Raul Carrancá y Trujillo, do

México; David Aguilar, do Peru; Huascar Cajias, da Bolívia; Borge Gutiérrez Anzola, da Colômbia; Héctor Beeche, da Costa Rica; Juan B. Carballa, do Uruguai e José Agustín Méndez, da Venezuela.

Como se pode observar, Canepa transitava em diversos espaços e criou a Associação Brasileira de Prisões para discutir ideias e normas internacionais. Nesse período havia uma certa hegemonia das ideias norte-americanas no que diz respeito ao delito e seu controle e, “ao mesmo tempo, importavam-se os últimos temas da moda nas sociedades científicas europeias, ainda que, em muitas ocasiões, apenas para formar parte do discurso acadêmico” (OLMO, 2004, p.217). Um desses encontros de discussão se deu durante a primeira Reunião Penitenciária Brasileira, organizada pela Associação criada pelo Capitão.

Figura 8 - Capa da edição n.19 e 20.



Fonte: A Estrêla

A reunião realizou-se no salão nobre da Penitenciária Central do Distrito Federal e teve como finalidade primordial o estudo dos problemas relacionados à vida Penitenciária. Naquele momento, estiveram presentes à essa Primeira Reunião Penitenciária Brasileira delegados e representantes de vários estados do Brasil, da Argentina e Venezuela. O temário organizado para essa reunião incluiu diversos assuntos da penologia. A tese fundamental foi elaborada pela Comissão Internacional Penal e Penitenciária, a pedido da O.N.U. Uma das preocupações dos congressistas foi a de estudar meios para que os presos recebam tratamentos mais humanos, Conforme consta na edição de número 19 da revista. Fomentando os diversos assuntos e temas mais atuais do período, Canepa organizava sua atuação e fazia com que esta circulasse nas

páginas de sua revista sempre difundindo a representação de práticas em defesa da dignidade dos internos e da humanização da pena, o que se expressa também nas atividades realizadas na unidade.

1.3 Visibilidade às práticas humanizadoras

As imagens que trazem as atividades realizadas na unidade se expressam por fotografias que provocaram-me a buscar seus sentidos e possíveis intenções. Assim, parecia ser uma preocupação de Canepa registrar os eventos e atividades a fim de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido. As fotografias das capas parecem uma tentativa de divulgar e guardar os momentos mais representativos e seu significado para o processo de humanização da pena. Imagens que funcionam como artifícios para fixar a memória e organizar as experiências (MIGNOT, 2001, p.73).

Diante dessa reflexão, percebi que os temas que melhor organizavam as experiências realizadas na Penitenciária dizem respeito às questões religiosas e à música, expressa pelo Côro Orfeônico da instituição. Segundo Canepa, esses são dois pontos fundamentais na recuperação dos internos e internas. Três capas são bastante significativas nesse sentido: das edições de número 3, 25 e 26 e 30/31 e 32.

Quadro 6 - Relação de capas da categoria Atividades da Penitenciária Central do Distrito Federal

ANO E NÚMERO	DESCRIÇÃO DA CAPA
1/3	Autoridades e Freiras em inauguração
1/5	Autoridades na carceragem da Penitenciária
1/7 e 8	Votos de Feliz Natal
2/9	Festa de Natal dos presidiários
3/23 e 24	Internos e suas famílias no auditório da Penitenciária
3/25 e 26	Visita de Nossa Sra. de Fátima à Penitenciária
3/27,28 e 29	Visita do Ministro da Justiça
3/30, 31 e 32	Côro Orfeônico da Penitenciária Central

Ao analisar a descrição dessas capas é possível perceber que era extremamente forte a presença da Igreja Católica na Penitenciária Central do Distrito Federal, uma vez que formação moral e religiosa era um dos grandes alicerces da proposta de recuperação dos privados de liberdade. Essa relação talvez se explique, para além das recomendações dos documentos

internacionais e das orientações de John Howard, pela aproximação do Governo de Getúlio com as instituições católicas, conforme esclarece Boris Fausto:

Concretizou-se, pragmaticamente, uma aproximação entre o céptico Vargas e a Igreja católica cuja a principal figura era o Cardeal do Rio de Janeiro, Sebastião Leme. Vargas percebeu a importância da Igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob sua influência; a igreja por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar em partes, seus objetivos [...] (2013, p.94).

Nesse contexto que as atividades religiosas realizadas na penitenciária se inserem, dentre elas a visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima, recebida pelos internos no auditório da Penitenciária, conforme a capa da revista aqui destacada:

Figura 9 - Capa da edição de nº 25-26.



Fonte: *A Estrêla*

Ao analisar a imagem é possível ainda perceber a mudança nas cores da capa que passam a assumir, a partir da edição de número 9, de 1952, tons que expressam o caráter nacionalista do período. As cores da nossa bandeira, verde, amarelo, azul e branco, padronizam as capas até sua última edição.

Portanto, interpretar a materialidade da revista faz perceber, como aponta Nóvoa (2002), que a análise de impressos é relevante na medida em que possibilita apreender práticas que se situam no nível macro do sistema, assim como no plano micro da experiência concreta. Assim,

a fotografia de um auditório lotado de internos para receber a visita da imagem Nossa Senhora de Fátima, inserida em uma capa rodeada das cores que representam o nosso país, aponta para perspectivas da formação e do projeto realizado na instituição. Diante desse cenário, é possível pensar numa proposta que entende a execução penal “como uma cruzada ‘moralizante’, terapêutica ou salvacionista de ‘almas perdidas’” (CHIES, 2009, p. 119). Em texto do editorial referente à edição que trata da visita da imagem Santa à unidade, esta concepção é claramente ressaltada:

Nessa casa de custódia, onde baixou a luz salvadora, todos se prostaram inconfundíveis no mesmo plano e irmanados rendiam graças a Santa Peregrina da paz, num fervor sobrenatural chamando paz e bondade nos corações daqueles que ali se achavam (AE, ed. 25 -26, p.40).

Canepa, seguidor de Getúlio, de John Howard, das normas internacionais voltadas para tratamento penitenciário, e a fim de manter a ordem na unidade em que dirigia, era grande defensor da formação religiosa nas prisões, conforme expõe em texto de outra edição:

O homem, no fim de tudo, ao término de sua sentença, que lhe impôs a lei pelo seu erro, pode enriquecer-se de conhecimentos vários, desde a noção de fraternidade do convívio social, que se estabeleceu, pode contar com o arrimo de um ofício, e desta forma obter trabalho com facilidade, pode, não mais ser assim um vadio, um inútil. Assim, a tarefa penitenciária ganha altura no desejo de reparar e a religião, lenitivo das dores recônditas do nosso mundo interior, tem que ser ministrada na docilidade da impregnação do conselho diuturno (AE, ed. 27, 28 e 29, p.19).

O trabalho religioso era ainda mais latente na Penitenciária de Mulheres de Bangu e a edição de número 3, traz em sua capa autoridades e freiras na unidade feminina e, seu editorial, traz uma matéria de um interno repórter que com Victório Canepa visitou a unidade e relatou sua impressão.

Figura 10 - Capa da edição de nº 3.



Fonte: A Estrêla

O período aqui estudado é atravessado pela ideia de que as mulheres precisavam de proteção contra as tentações mundanas, sendo a oração e os afazeres domésticos considerados fundamentais no processo de recuperação das encarceradas. Acreditava-se que as mulheres criminosas necessitavam nem tanto de uma estrutura militarizada e sim de um ambiente amoroso e fraternal²⁰. Tal cenário justifica o fato do Presídio de Mulheres do Distrito Federal ter sido administrado, até 1955, também pelas mãos das irmãs do Bom Pastor, congregação que havia sido muito ativa na administração de presídios femininos na América Latina (AGUIRRE, 2009).

Ao mesmo tempo, analisando a revista em textos que se referem à unidade feminina fica evidente essa concepção de cárcere, pois nos relatos encontrados é possível elencar uma série de palavras recorrentes, entre elas: amor, bondade, tolerância, humanismo, Deus, paciência, reeducação, regeneração, disciplina, higiene, organização, asseio e conforto. O repórter em visita nos relata:

²⁰ Para maiores informações ver SOARES, Bárbara Musumeci Soares ; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Percebe-se nitidamente a pureza do ambiente, sua higiene, seu trato, o cuidado que têm aquelas “quase santas criaturas” – no dizer do Capitão Caneppa, Diretor dos Estabelecimentos Centrais do Distrito Federal. Fomos recebidos pela Madre Superiora, Maria de São Francisco de Assis Brígido, que na sua fisionomia tem realmente uma expressão de bondade, é alegre, terna, impõe até mesmo ao visitante que examina como repórter, como minúcias, e quer detalhes – aquela confiança que lhe sai da alma (n.3, jun. de 1951, p.3)

O objetivo da privação de liberdade passava a assumir um caráter reformatório e no caso do encarceramento feminino o objetivo do projeto das freiras era formar as presas para os serviços do lar e eliminar o exercício de sua sexualidade por meio do ajustamento moral e religioso. Assim as aulas de moral e os cursos voltados para os serviços de costura, bordados, pintura, lavanderia, cozinha, entre outros, davam o contorno da formação que pretendia regenerar as internas e prepará-las para o retorno ao lar. O que revela uma visão política das freiras que, na exigência da santidade das presas, parecia desconhecer a origem social e psicológica dessas mulheres (LIMA, 1983).

Nesse sentido, reforçava-se o discurso de uma instituição prisional percebida em sua função educativa e que tinha como base pedagógica o trabalho prisional e a religião, caracterizados como ferramentas de recuperação das internas. O foco do trabalho das freiras pautava-se em oferecer às internas atividades laborativas voltadas para os serviços do lar, formação religiosa e a alfabetização para as que não dominavam a leitura e a escrita. Era latente a formação sexista onde estas mulheres “são mortificadas na subjetividade feminina e, ao mesmo tempo, enfocadas sob prismas que hiper-sexualizam as relações estabelecidas e as intervenções do poder formal” (CHIEZ, 2009, p. 278). Um trecho da revista mostra o discurso de uma freira onde fica clara a intenção da proposta realizada pelas irmãs no sentido de que as internas aceitassem a condição subordinada do papel feminino:

É justamente trazer o ajustamento espiritual numa palestra frequente, sem lassidão para elas, o horário é restrito, é pedagogicamente dosado. Falamo-lhes sobre a vida, não propriamente a daqui de dentro, da prisão, mas a vida principal- aquela que elas devem ter lá fora. Não temos unicamente a preocupação de procurar suportá-las aqui, nosso maior desejo é que convençam de que não é a disciplina metrificada da prisão o que nos interessa – preferimos que sintam a necessidade de disciplinarem o espírito, mas gozando da liberdade, praticando o bem quando lhes seja possível praticar o mal (AE, n.3, p.5)

Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002) também ajudam a refletir sobre o contexto de formação sexista e religioso imposto às privadas de liberdade nas décadas de 1940 e 1950. As autoras explicitam que dedicadas às prendas domésticas de todo o tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa, dos filhos e dos maridos), as apenadas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento,

estariam preparadas para a vida religiosa. Segundo a expectativa das freiras, quando as portas da penitenciária se abrissem, a egressa estaria definitivamente transformada em um novo ser.

Lemos Britto, idealizador das prisões femininas no Brasil, exerceu papel de suma importância no período de criação dos primeiros estabelecimentos prisionais para mulheres no país, chamava atenção para a situação lastimável do encarceramento feminino e defendia a construção de presídios específicos para apenas mulheres. Participou, assim como Victório Canepa, ativamente da construção da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal como presidente do Conselho Penitenciário e foi um dos responsáveis pela escolha das Irmãs do Bom Pastor para ajudar a administrar o presídio e do regime a ser adotado na instituição. Enfatizava também a necessidade de se separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos a fim de evitar a influência perniciosa que estas poderiam causar aos encarcerados. É possível supor que a criação de presídios só para mulheres destinava-se antes de mais nada a garantir paz e tranquilidade nas prisões masculinas do que possibilitar condições dignas às mulheres presas (SOARES & ILGENFRITZ, 2002).

Uma palestra de Canepa sobre os serviços religiosos e morais nas prisões, irradiada pela Rádio Jornal do Brasil, em 02 de maio de 1951, expõe a sua concepção acerca do trabalho que deve ser desenvolvido com as mulheres presas:

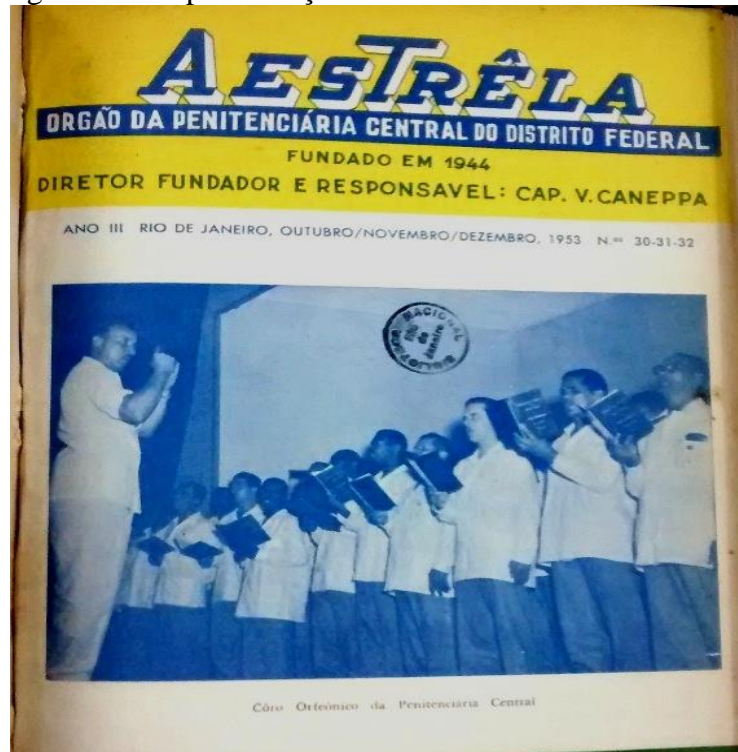
Missão nobilíssima e voltada para Deus, o apostulado dessas quase santas criaturas encontra fundamento na ação da caridade, mas também, ao mesmo tempo, por necessidade, mantém uma vida profundamente ligada a Deus na convicção de poder aparecer, cheias de fé, para acalmar essas criaturas presas, que por vezes se mostram desconfiadas e revoltadas. Esse é o verdadeiro e delicado trabalho de reeducação que só a ciência pedagógica-penitenciária, acompanhada das virtudes e talento dessas abnegadas Irmãs, pode encontrar bom êxito. Aí está pois a verdadeira influência da religião nas prisões (AE, ed.3 p. 44).

A mulher criminosa era vista como uma degenerada social, a quem faltava educação e ensinamentos voltados para deveres femininos. Para tanto, havia na Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal um espaço próprio chamado sala de instrução moral onde as apenas trabalhavam lições de catecismo, investiam na sua melhoria pessoal a fim de corrigir seus defeitos, aprendiam economia doméstica e higiene (ANDRADE, 2011). A limpeza, a ordem e o asseio eram também essenciais e deveriam ser rigorosamente praticados dentro da unidade.

Numa sociedade onde o casamento e a família deveriam ser os principais objetivos das mulheres, treiná-las para a reinserção social era, de certa forma, capacitá-las para um modelo de vida no qual não se encaixavam. Já no presídio masculino, além da formação religiosa, havia também a formação musical. A capa da edição de número 30, 31 e 32, traz o Coro Orfeônico

da unidade no em apresentação realizada no dia 21 de dezembro de 1953, no Teatro João Caetano. A apresentação do Côro e da Banda de Música da Penitenciária, sob a direção dos maestros Oswaldo Barreto e Tenente Jacy Gomes, foi organizada pelo Serviço Social da Penitenciária.

Figura 11 - Capa da edição de nº 30-31-31.



Fonte: A Estrêla

Esse coro foi uma ideia do Maestro José Siqueira que, em 1945, dirigia a Orquestra Sinfônica Brasileira e indicou Oswaldo Barreto para dirigir o Coro da Penitenciária. Apreciado pelo maestro Villa Lobos, segundo informações contidas na revista, que, inclusive, selecionava e indicava músicas. No repertório músicas de Bach, Mozart, Beethoveen, Ponce, Vila Lobos, Francisco Mignone, Francisco Braga, Barroso Neto, Lucília Guimarães, José Vieira Brandão, Assuelo Gaetano, Silvio Salema, Lorenzo Fernandes, entre outros. O presidente do Serviço Social da Penitenciária, em discurso realizado no dia da apresentação fala da importância daquele momento e do pioneirismo de Canepa ao possibilitar essa atividade em prol da recuperação dos internos:

Na qualidade de Presidente do Serviço Social da Penitenciário Central, tenho a honra, neste momento, de dar início a um espetáculo inédito no Brasil, nas Américas e no mundo, fruto exclusivo e idealizado há quase dois anos, pelo dinâmico diretor da Penitenciária, o meu dileto amigo, Sr. Victorio Canepa, um dos pioneiros da Ciência Penalista Brasileira, que imprimindo método todo especial, tendo por escopo a

disciplina, a bondade, a energia e o coração, dá um exemplo convincente da recuperação do homem que delinuiu. Neste magnífico espetáculo que o público irá assistir, pelo Côro Orfeônico e Banda de Música Roberto Lyra, integrados exclusivamente de internos de uma Penitenciária, que foram afastados da sociedade pelo braço inflexível da Lei, a apresentação é feita sem os aparatos bélicos, nem o cêrcio de policiais, o que dá um cunho todo especial para nós outros, que temos a missão da recuperação destes homens (AE, ed. 30, 31 e 32, p.55).

Quem assistiu o espetáculo talvez não imaginasse que a ideia inicialmente não foi bem aceita pelos internos. A estratégia de Victório Canepa para aproximá-los da atividade foi garantir regalias para quem tivesse bom comportamento e aceitasse participar do Côro, como contado na própria revista. Provavelmente, o Capitão sabia da imagem positiva que atividades como essa poderiam trazer para a Penitenciária. Como “barganhar” com os presos era uma prática comum para manter a ordem e a disciplina, fez também com que os internos se envolvessem com o projeto do Côro. Tal fato nos leva a refletir que a aceitação de mensagens, modelos sempre operam através de ajustes, combinações ou resistências (CHARTIER, 1992) e para superar a resistência dos presos, o Maestro Osvaldo Barreto e Canepa fizeram uso de suas estratégias. O Maestro experimentou diversas formas de ensino: aos que não tinham percepção auditiva, visual ou rítmica, ensinava pelo método da repetição – que consistia em cantar uma frase melódica centenas de vezes, até que ficasse gravada automaticamente e a diretoria obrigava o comparecimento às aulas e oferecia vantagens aos que se dedicassem.

Canepa impunha as suas ideias e projetos e sabia que atividades artísticas atraíam a atenção da imprensa e, ao mesmo tempo, abria as portas da Penitenciária para a sociedade livre ou, no caso da apresentação do Côro no Teatro João Caetano, abria as portas da Penitenciária para os presos. No fim, todos saíam beneficiados: os presos ultrapassando as barreiras da instituição, obtendo formação musical, enquanto Canepa divulgava sua gestão e garantia que fosse cumprido o princípio do Termo mínimo de Tratamento Penitenciário, no que diz respeito à integração dos presos à comunidade.

Para além das relações estabelecidas e do que esta atividade representava para Canepa, ao pensar o Côro da instituição me remeti a uma reflexão de Angêla de Castro Gomes que diz que “os livros, como os filmes, deveriam ter trilha sonora. Eles, afinal de contas, são narrativas repletas de palavras que, com doses balanceadas de conhecimento e sensibilidade, buscam representar cenários, personagens, situações, projetos, valores, sentimentos, etc.” (GOMES, 2013, p.24). Nesse sentido, o que o programa musical do Côro Orfeônico representa? Seria a trilha sonora de uma revista? De um período político? De uma penitenciária? Para pensar nessas questões parti do programa executado no Teatro João Caetano que contou com 22 músicas, conforme exposto na revista:

O programa:
 ABERTURA
 Hino Nacional
 I PARTE
 1 – Abertura – Fantasia – de Jacy Gomes
 2- Rosas de Maio – (Opereta) – 1º ato de Jacy Gomes
 3- Aurora- (dobrado)- da Autoria do interno Raul Reis
 PELO CÔRO ORFEÔNICO
 1 - Em Vós Eu Tenho Amor
 2- Terra Natal
 3- Vespéral
 4- Gondoleiro
 5-Estelita
 6- Menina Bonita
 7- Casinha Pequeninina
 8- Jaquibau
 II PARTE
 1-Vitória- (Marcha solene) de Jacy Gomes
 2- Seleção de Valsas- Diversos autores- Arranjo de Jacy Gomes
 3- Rosas de Maio 3º ato final- Opereta – de Jacy Gomes
 PELO CÔRO ORFEÔNICO
 1-Cantar Para Viver
 2-Canto do Pagé
 3-Sertaneja do Brasil
 4-Prenda Minha India
 5-Bangos e Balango
 8-Maringá
 9-Chuá-Chuá
 10-Meu limão, meu limoeiro (n. 30, 31 e 32, out., nov. e dez., 1953, p.54).

Ao selecionar algumas dessas músicas²¹ para a análise, me pautei no estudo de Ednardo Monti (2015) que investigou as representações regionais, nacionais e étnicas contidas no grupo de peças musicais que, ao longo da Era Vargas, foram utilizadas por Villa-Lobos no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, nas aulas de Música e Canto Orfeônico e nas apresentações dos Orfeões. E além dessas questões busquei interpretar os possíveis sentidos que a música pode ter assumido na vida dos apenados. Portanto, sendo o Maestro Villa Lobos um apreciador do Côro da Penitenciária e quem indicava músicas para o seu programa musical é preciso entender o papel desse sujeito no período, em uma esfera ideológico-nacionalista, que patrocinava o seu projeto e que era vista pelo governo de Getúlio como um instrumento subjetivo para a construção de um modelo de sociedade, como uma nação que anda sincronizada, em fila, passo a passo na manutenção harmoniosa do conjunto (MONTI, 2015).

Villa Lobos produziu materiais didáticos durante o Estado Novo e também durante o governo democrático de Getúlio, voltados para o ensino do Canto Orfeônico e duas de suas

²¹ As letras aqui discutidas foram encontradas no acervo musical da Biblioteca Nacional e no Conservatório de Música.

músicas presentes no repertório desses materiais, também fazem parte do programa do Côro da Penitenciária: “O canto do pagé” e “Cantar para viver”. A música “O Canto do Pagé”, umas das músicas mais executadas e conhecidas de Villa- Lobos, é de inspiração folclórica indígena e traz “sonoridades características do mundo selvagem, dos animais, dos nativos que habitam nas florestas e de seus instrumentos” (MONTI, 2015, p.155).

Para além das representações indígenas, a letra acima destacada traz saudade, sonho, esperança, fala da terra perdida. Essas palavras podem ter sido significativas para os cantores do cárcere que perderam sua liberdade e deixaram para trás seus sonhos, suas terras. Assim como a escrita na prisão pode assumir na vida dos apenados um sentido de grande importância, pois por meio dela, os presos buscam “aliviar tensões e suprir carências mais profundas” (MIGNOT, 2002, p.117), a música, apesar da resistência inicial dos internos, pode sim, ter assumido um papel importante na vida desses sujeitos na tentativa desvairada de abolir a distância imposta entre eles e o mundo extramuros. Segundo o Maestro Oswaldo Barreto o trabalho tinha um sentido relevante na medida em que:

Esses homens, compondo um conjunto coral, aprendendo um pouco de arte, vivendo, enfim, um período de restauração espiritual, são lembrados, esquecendo-se, assim, as causas determinantes da reabilitação social, vencendo o tempo que, enquanto dura, determina o encantamento desses estranhos pelo ajuntamento das vozes outrora esquecidas, no silêncio das horas de prisão. (AE, ed. 4.p.13/14).

A música pode ter se tornado uma forma de superar a solidão, possibilitando a ilusão da liberdade tão almejada, tornando-se para os internos um canal de desabafo. Esta ideia talvez justifique a presença de algumas músicas que falam de amor, saudade, beijos. Entre elas “Maringá” de Joubert de Carvalho, “Vesperal” de Ronald de Carvalho e “O Gondoleiro do Amor” que é um poema de Castro Alves.

Apesar de todo o sentido que a música pode ter assumido na vida desses homens, é preciso também atentar que no âmbito da esfera política havia uma proposta no sentido de trabalhar a ideologia nacionalista a partir de músicas que exaltavam a pátria e o presidente. “Cantar para viver”, mencionada anteriormente, é um exemplo de canção que “refere-se às riquezas naturais, associada à força do povo. De caráter marcial, a música apresenta as belezas naturais do Brasil e o trabalho como uma saudação prazerosa ao “lindo Céu”; relaciona a força da terra e do povo com os valores da pátria” (MONTI, 2015, p.118). Também expressando um orgulho pela pátria e pelo presidente a música “Vitória” de Murillo Caldas, composta no ano de 1942, exalta o país e Getúlio, chamando os brasileiros a se unirem com confiança na vitória e no chefe de Estado.

Interpretar os possíveis sentidos das atividades desenvolvidas na Penitenciária Central a partir da música e religião, faz perceber nuances das propostas educativas realizadas na penitenciária, que visam a formação dos internos e internas dentro de uma proposta que pretendia ter cunho humanizador, partindo dos discursos produzidos no período. Entendendo educação como um processo mais amplo, percebo que a revista *A Estrêla* revela valores, políticas, práticas educativas, comportamentos e discursos voltados para o Sistema Penitenciário no período estudado. Segundo Magaldi e Xavier (2008), a utilização de impressos nas investigações acadêmicas ganha relevo, entre outras razões, pela ampla variedade de publicações que revelam um universo social multifacetado, pela potencialidade de captação dos debates e ações no campo educacional no momento, mesmo, em que se processavam e pela possibilidade de promover o acesso do pesquisador a diferentes vozes e diferentes diagnósticos.

Sendo este capítulo uma proposta de anunciar o periódico aqui estudado, as temáticas levantadas por meio das capas, permitiram traçar os caminhos da presente pesquisa e revelar as nuances do impresso que serão aprofundadas nos capítulos seguintes. Dando continuidade à discussão, partiremos para o capítulo dois que tem como objetivo trabalhar as representações sobre Canepa na revista e quais os objetivos do editor ao criar sua revista.

2 FACES DO EDITOR: REPRESENTAÇÕES SOBRE CANEPPA E SUAS PRÁTICAS

2.1 Traçando pistas, buscando histórias.

Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo

Carlo Ginzburg

Um grande gestor, especialista do Sistema Penitenciário, homem generoso ou carrasco dos presos? Uma vida de exaltação e facetas que caíram no esquecimento. Quem fora o editor de *A Estrela*? O Capitão que atuou ao lado de sujeitos tão renomados no âmbito da criminologia é pouco conhecido e praticamente invisível em âmbito acadêmico. Interpretar a trajetória de Caneppe fez-me buscar caminhos de pesquisa e documentos, a fim de que, como sugere Ginzburg (2007), fosse possível encontrar as diversas nuances da trama de sua vida. Foi preciso então ir além do que revela *A Estrela*. Como criador e editor do impresso, ele buscava super dimensionar algumas informações e esconder o que não desejava publicizar (Mignot, 2002).

E como buscar outras representações sobre esse sujeito? Que caminhos percorrer? Nesse sentido, entendendo que Caneppe utilizava sua revista como instrumento de divulgação de seus feitos no sentido de legitimar-se como grande gestor e especialista, foi preciso perceber a importância de “ler os testemunhos históricos a contrapelo, como Walter Benjamin sugeria, contra as intenções de quem os produziu – embora, naturalmente, deva-se levar em conta essas intenções – significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados” (GINZBURG, 2007, p.11). Assim, não posso afirmar a autenticidade ou falsidade dos textos encontrados no periódico aqui estudado, no entanto, foi preciso desconfiar de Caneppe. Tal desconfiança levou-me a buscar na imprensa diária do Rio de Janeiro outras versões: o que os jornais do período diziam sobre ele e sua revista? Como era vista a Penitenciária Central do Distrito Federal? A imprensa reforça ou não o discurso trazido pelo periódico do Capitão? Para responder tais perguntas recorri à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde pesquisei seis jornais entre os anos de 1930 a 1970²².

²² Extrapolei o período da pesquisa, que se restringe à década de 1950, na tentativa de encontrar outras informações acerca da trajetória profissional de Caneppe após sua atuação na Penitenciária Central. No

Encontrei cerca de 80 matérias nos seguintes impressos: *A Noite*; *Diário de Notícias*; *O Imparcial*; *Tribuna da Imprensa*; *Jornal do Brasil e Correio da Manhã*. São também trazidos durante esse capítulo textos do *Imprensa Popular* encontradas nos anexos da dissertação de Patrícia Serqueira Sobrinho²³. Entre os impressos mencionados o que traz maior número de matérias sobre Canepa é o *A Noite*. Tal fato, talvez se justifique por este ser um jornal Getulista e que tratava no período em que circulava, da política nacional e de questões que abordavam o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro com enfoque para o noticiário policial²⁴. Nele encontrei muitas notícias significativas no que tange às atividades desenvolvidas por Canepa na Penitenciária Central e em outros espaços. No total, somam-se 28 matérias e utilizarei as mais relevantes para as reflexões do presente capítulo. A seguir, o quadro com o levantamento de todos os textos publicados entre 1931 e 1957.

Quadro 7- Jornal *A noite*

DATA	ANO	TITULO DA MATÉRIA
23 de março	1931	Hippismo- Caçada à raposa, em Manguinhos
29 de junho	1931	Hippismo- O brilhante concurso do Club Sportivo de Equitação
14 de maio	1937	Na Ilha Grande
17 de agosto	1937	Visitando o futuro presídio político
23 de novembro	1937	Exonerados
27 de julho	1938	A nova directoria da Federação Carioca de Hipismo
04 de agosto	1938	Chegou a Recife o Tenente Victório Canepa
19 de outubro	1940	Conferência Penitenciária Brasileira
02 de outubro	1941	Jacarepaguá a minutos do Centro
Sem data	Década de 1940	O Natal dos filhos dos sentenciados
21 de março	1943	Combustível de casca de laranja- A curiosa descoberta e um presidiário
12 de novembro	1943	Bondade e justiça nas prisões
10 de dezembro	1943	O Natal dos filhos dos sentenciados
21 de maio	1944	A alimentação nas prisões (Por Victório Canepa)
11 de junho	1944	“Prêmio Darci Vargas”- Para a Penitenciária que melhor se distingua pela disciplina e pelo estudo
21 de julho	1944	Em visita à penitenciária de Mulheres
23 de junho	1945	II Reunião Penitenciária Brasileira
21 de outubro	1947	Revista Brasileira de Criminologia
05 de maio	1951	Nenhum caso grave de intoxicação coletiva
22 de agosto	1952	Mereceu a liberdade com o prêmio “Getúlio Vargas”
22 de junho	1953	Consagrada a Penitenciária Central ao Coração de Jesus
08 de fevereiro	1954	A nova diretoria da Associação Brasileira de Prisões
03 de março	1956	Tem nova diretoria a Associação Brasileira de Prisões
03 de outubro	1956	Comissão para planejar uma seção prisional do D.F.S.P

entanto, nada foi encontrado de significativo e que me apontasse os caminhos trilhados por Canepa após 1955.

²³ SOBRINHO, Patrícia Cerqueira. *A Penitenciária Central do Distrito Federal através da revista A Estrela (1945-1955)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

²⁴ Informações encontradas em www.radioemrevista.com/a-noite. Acesso em 2 de maio de 2016.

12 de dezembro	1956	Surgirá no Brasil o primeiro Código Penitenciário do mundo
Data ilegível	1957	Promoverá o Código Penitenciário trabalho e recuperação dos presos
22 de abril	1957	Promoverá o Código Penitenciário trabalho e recuperação dos presos
06 de abril	1961	Coluna de Pesca

Interpretar as notícias que circularam sobre Canepa na imprensa em contraponto ao que era divulgado no seu periódico, tem como objetivo refletir sobre as diversas representações que foram construídas acerca da imagem do capitão. Vale ressaltar o conceito de representação aqui utilizado para a compreensão das fontes pesquisadas:

[...] a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns representantes (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. A problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 2002, p. 23-24).

Examinar e melhor compreender a série de discursos que trazem a trajetória desse sujeito exige-me “um olhar sensível, um manusear cuidadoso para que não se desmanche na tentativa de conferir linearidade” (MIGNOT, p. 62, 2002). Logo, faz-se então necessário o entrecruzamento dos textos de *A Estrela* e os demais pesquisados, não para trazer de forma cronológica a trajetória de Canepa, mas perceber quais aspectos foram ressaltados e que imagem o Capitão quis construir de si mesmo e em que medida a imprensa local contribuiu ou desconstruiu a representação que este esforçou-se para legitimar por meio de sua revista. No entanto, não utilizarei todos os impressos mapeados, e tampouco todas as notícias. Interessa-me nesse momento perceber Canepa enquanto editor e gestor penitenciário.

Não é difícil supor que encontram-se no *Imprensa Popular* as críticas mais ferozes, já que tratava-se de um jornal vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Canepa apresentado em suas páginas difere muito do que encontramos em *A Estrela*. As onze matérias que aqui serão discutidas são de suma importância para perceber as ambiguidades desse sujeito. Canepa é abordado como carrasco e explorador. Os títulos das matérias já dizem muito sobre a imagem do Capitão apresentada no impresso:

DATA	ANO	TÍTULO DA MATÉRIA
19 de setembro	1951	Em perigo a vida de Jean Sarkis
5 de fevereiro	1952	Nova ameaça de Caneppa à vida de Jean Sarkis
13 de fevereiro	1952	Protesto da Associação Feminina contra o atentado a Jean Sarkis
12 de março	1952	Novo atentado de Caneppa contra a vida de Jean Sarkis
13 de setembro	1951	Cerceado na penitenciária o direito de defesa
20 de janeiro	1954	Caneppa, explorador
24 de janeiro	1957	Trânsito livre para a erva do Diabo
04 de setembro	1957	Praticamente incommunicáveis os presos políticos na penitenciária
Sem data	Década de 1950	Exigirão hotelheiros o pagamento do aumento
Sem data	Década de 1950	Na prisão, sem remédios para tratar da úlcera
Sem data	Década de 1950	Casa do Inferno- A Penitenciária de Bangu

Tendo sido criado em 1948 e fechado em 1958, o *Imprensa Popular* surgiu para circular como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com uma posição mais estreita e sectária, reflexo da atuação dos comunistas no período, abordava os assuntos ligados ao dia-a-dia, de maneira limitada e, priorizava os destaques conferidos a determinados temas que obedeciam, exclusivamente, à ótica da direção do partido²⁵. Nesse sentido, a análise de suas matérias serão importantes por não serem retratadas em nenhum outro periódico pesquisado e por trazerem à tona as denúncias de tortura contra Jean Sarkis. Tais artigos são reveladores na medida em que mostram outra versão acerca do diretor e remetem para sua relação com os presos políticos.

Com um número significativo de textos, o jornal *Diário de Notícias*, que fazia oposição ao Governo Vargas, conta com 14 matérias e todas elas da década de 1930. No Estado Novo, ainda que sofrendo forte censura, exercida diariamente dentro da redação, o jornal procurou se manter independente, negando-se a tratar dos assuntos sugeridos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinham como objetivo divulgar os atos do governo. Nessas circunstâncias, sua postura era buscar alternativas para burlar a censura e centrar sua atuação no noticiário internacional²⁶. Apesar do quantitativo de artigos que remetem à Caneppa, tratam-se, em sua maioria, de matérias de cunho burocrático: atos do Presidente da República, ofícios sobre a Casa de Correção. Encontrei ainda duas matérias sobre hipismo, esporte praticado por Caneppa. Entre os anos de 1940 e 1950, período em que o diretor esteve à frente da Penitenciária Central, nada foi publicado a seu respeito. Até mesmo pelo fato do impresso focar no noticiário internacional, não encontrei nenhum artigo polêmico ou que de fato fosse substantivo para análise a qual me proponho. A seguir, o quadro com o levantamento de todas as matérias

²⁵Informações extraídas de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>.

²⁶Informações extraídas de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>.

encontradas no periódico:

Quadro 9 - Jornal *Diário de Notícias*

DATA	ANO	TÍTULO DA MATÉRIA
23 de março	1931	A caça à raposa promovida ontem pelo C. Sportivo de equitação foi, antes de tudo, uma esplendida reunião elegante
28 de junho	1931	Hippismo- Club Sportivo de Equitação
10 de janeiro	1933	Inspeção de Vehiculos- Exame de Motoristas
25 de agosto	1934	Na pasta da Guerra
18 de agosto	1937	A Colônia Correccional , legendário presídio da Ilha Grande, visitada pelo primeiro delegado auxiliar
01 de dezembro	1937	Actos do Presidente da República
09 de setembro	1938	Vão ser iniciadas as obras em Fernando de Noronha
25 de agosto	1934	Actos do Presidente da República
16 de setembro	1934	Na pasta da Guerra
15 de outubro	1938	Antiguidade do posto
20 de maio	1939	Associação dos guardas de presídios e Manicômios
09 de junho	1939	OFFICIO- Da Casa de Correção
14 de junho	1939	OFFICIO- Da Casa de Correção
16 de agosto	1939	Semana do Botafogo- A Festa dos sentenciados

Lançado inicialmente como porta-voz de uma oposição discreta ao governo, ao longo do tempo *O Imparcial* transformou-se em instrumento de violentos ataques a Vargas. As principais críticas referiam-se ao continuísmo de Getúlio e à manipulação do povo. No editorial de 8 de junho de 1935, chegou a afirmar que a Revolução de 1930 havia colocado uma gangue no poder, que tinha apenas o objetivo de garantir a ditadura de Vargas. Periodicamente, *O Imparcial* publicava reportagens mais extensas sobre assuntos do momento, que consistiam basicamente em entrevistas com personalidades políticas ou pessoas em evidência²⁷. No entanto, Victório Caneppa não foi um dos sujeitos evidenciados nas páginas do impresso e, as pequenas notas publicadas sobre ele, em sua maioria, encontram-se na seção “Viajantes” e referem-se a trechos de viagens de avião realizados por ele. Contando com 7 registros envolvendo o Diretor, entre os anos de 1937 e 1941, não publicou nada a respeito da Penitenciária Central:

Quadro 10 - Jornal *O Imparcial*

DATA	ANO	TÍTULO DA MATÉRIA
24 de novembro	1937	Hontem na Guerra
20 de março	1938	Conselho Penitenciário
20 de julho	1938	Viajantes
Data ilegível	1940	Viajantes
27 de dezembro	1940	Também os correccionais tiveram o seu natal
12 de fevereiro	1941	Viajantes
22 de fevereiro	1941	Viajantes

²⁷ Informações extraídas de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imparcial-o>

Em fins de 1949, Carlos Lacerda²⁸, representando as principais proposições da União Democrática Nacional (UDN)²⁹, viria a fazer oposição às forças remanescentes do getulismo por meio do periódico por ele criado: *Tribuna da Imprensa*. Tal impresso se caracterizava por uma identificação com os pressupostos nacionalistas e os princípios comunistas. No periódico de Lacerda, encontrei 5 matérias e uma delas, intitulada “Príncipe do Penitenciarismo”, publicado em 1950, acusa Canepa de aproveitador e é uma das poucas críticas contundentes ao Capitão e que será de extrema importância na discussão do presente capítulo. O jornal traz também algumas das iniciativas do diretor à frente da Penitenciária Central, conforme o quadro:

Quadro 11 - Jornal Tribuna da Imprensa

DATA	ANO	TÍTULO DA MATÉRIA
25 de abril	1951	O Diretor da Penitenciária na “ Conversa em família”
11 de setembro	1951	Centro de Estudos e Questões Sexuais
Sem data	Década de 1950	“Príncipe do Penitenciarismo”
10 de julho	1959	Penitenciária faz reunião
2 de maio	1977	LIONS CLUB- Seu lema é servir

No *Jornal do Brasil*, periódico que na década de 1950 manteve sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas³⁰, foram mapeadas 7 matérias, entre os anos de 1949 e 1956, que dão destaque à opinião do capitão acerca de filmes sobre o Sistema Penitenciário nos anos de 1955 e 1956, tendo como temática o abandono em que viviam os presidiários. Além dessas, outros dois textos abordam o “Prêmio Getúlio Vargas” e um das reuniões da Associação Brasileira de Prisões.

Ao analisar, de maneira geral e a partir dos quadros aqui elencados, as matérias sobre

²⁸ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 30 de abril de 1914, filho de Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Em 1932 ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, abandonando o curso em 1934, segundo registrou em seu livro *Depoimento*. Em janeiro de 1947 foi eleito vereador pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em 1949 foi afastado do *Correio da Manhã*. Conservando, no entanto, o direito de usar o título de sua coluna, decidiu lançar um novo jornal com esse nome. Mais elementos sobre Carlos Lacerda podem ser encontradas Dicionário Histórico Brasileiro pós 1930. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2001.

²⁹ A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eleger governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e o movimento político-militar de 1964. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

³⁰ Informações extraídas de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>

Caneppa que perpassaram a imprensa local, pude perceber que as representações trazidas não se diferem tanto do que é abordado nas páginas de *A Estrela*. Muitos dos textos noticiam ações e tratam positivamente suas propostas. No entanto, alguns dos escritos jornalísticos encontrados serão elementos fundamentais no sentido de melhor compreender as ambiguidades e contradições que permeiam a trajetória do editor. Diante de tal fato, elegi para a análise do presente capítulo, aqueles que são mais polêmicos e trazem subsídios no sentido de identificar as diversas faces de Caneppa a partir de controvérsias silenciadas em sua revista. Para finalizar a sistematização dos textos mapeados na imprensa, segue o quadro referente ao *Jornal do Brasil*:

Quadro 12 - Jornal do Brasil

DATA	ANO	TÍTULO DA MATÉRIA
08 de outubro	1949	Companhia Brasileira de Explosivos “Cobrex”
22 de agosto	1952	Mereceu a liberdade com o prêmio Getúlio Vargas
26 de abril	1955	Cinema- Uma crítica veemente e construtiva aos erros e ao abandono em que vivem os presidiários
5 de maio	1955	Libelo Social
3 de setembro	1955	Reuniu-se a associação brasileira de prisões
23 de fevereiro	1956	Cinema- Recebido com francos elogios o filme “rebelião no presídio”
26 de fevereiro	1956	Cinema- Uma crítica veemente e construtiva aos erros e ao abandono em que vivem os presidiários

Para além dos periódicos mencionados, outras fontes serão utilizadas: Almanques do Exército, Livro de Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu e Cartas de Caneppa enviadas para Filinto Muller. As interpretações dessas fontes buscam levantar as diversas facetas e atuações do editor de *A Estrela* no sentido de “desnudar exaltações e impedir esquecimentos” (MIGNOT, p.34, 2002).

2.2 “Príncipe do penitenciarismo”: gestor e especialista

Caneppa utilizou sua revista como lugar de memória. Em seu periódico ele buscou criar sua identidade profissional, reforçando e exaltando a sua trajetória enquanto grande referência na área. Entendo *A Estrela* como uma fonte (auto)biográfica, pois nela o Capitão escreve sobre si e outros escrevem sobre ele. Regina Abreu (1996), ao examinar as estratégias de consagração dos homens públicos no país, chama atenção para o fato de que estes deixavam no papel o desempenho modelar que haviam tido em relação aos destinos da nação e da humanidade. Por

suas ações exemplares, legariam às futuras gerações seus valores, suas ideias, seus ideais, visando inspirá-las. Deviam ser seguidos, imitados, consagrados. Esta foi também a estratégia do gestor que atuou por mais de 25 anos no Sistema Penitenciário.

Ele não tinha formação específica na área, sua graduação era em Ciências Contábeis, um homem da prática. Dirigiu presídios da Ilha Grande, a Casa de Correção e a Penitenciária Central do Distrito Federal, sendo um dos seus idealizadores. Também fez parte do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e criou, em 1952, a Associação Brasileira de Prisões. Por sua experiência na área, Canepa auxiliou na construção do Presídio de Fernando de Noronha e era convidado para orientar trabalhos sobre o sistema:

O governador Amaral Peixoto, interessado em executar um plano de ampliação das instalações penitenciárias do Estado do Rio, convidou o major Victório Canepa, diretor da penitenciária Central do Distrito Federal, da Penitenciária de Mulheres de Bangu, e do Sanatório Penal dos Tuberculosos, para, como autoridade em estudos de readaptação social do delinquente, elaborar um plano a fim de melhor orientar os trabalhos (*Correio da Manhã*, 5 de fevereiro de 1953).

Mas sendo reconhecido enquanto autoridade no assunto, por que esse sujeito caiu no esquecimento? Ao longo da pesquisa aponto hipóteses que serão abordadas e justificadas. A primeira, diz respeito ao fato deste ser um militar e não um jurista; a segunda, tem a ver com a sua fama de carrasco na década de 1930; a terceira, diz respeito à sua produção bibliográfica, pois apesar de escrever muitos artigos e publicá-los na revista, este não possui uma produção significativa de livros, sendo um homem da gestão e da prática, talvez não fosse considerado um intelectual. Assim, especulo que sejam essas as hipóteses para a invisibilidade de Canepa. E será que, justamente por ter consciência de todas essas questões, ele envidava tantos esforços na divulgação de seus feitos? A reflexão de Artieres (1998) é relevante no sentido de fazer pensar o movimento de Canepa ao arquivar sua trajetória profissional nas páginas de seu impresso:

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo (p.31).

Torna-se possível conhecer alguns dos caminhos trilhados por Canepa quando se folheia as páginas de sua revista. Muitos dos textos publicados, sobretudo escritos por companheiros de trabalho, contam a sua trajetória, enaltecem suas ações e falam de sua

personalidade. Abaixo, trecho de Major Paulo Saim, também diretor de presídio no período, aborda as “qualidades” de Canepa:

[...] Somente êle, com a prática do serviço, o estudo do assunto, o animo forte para o trabalho, e espacialmente a atuação da qual tenho sido testemunha, que devota a todos vocês que estão sob sua direção, poderia neste Estabelecimento, conseguir tanto em tão curto espaço de tempo. O Capitão Canepa, numa observação à primeira vista dá a impressão de vaidade e de importância, mas não passa de impressão (AE, ed.10, p 91)

A iniciativa de criar uma revista que, acima de tudo, estampava em suas páginas o seu trabalho e um então prestígio e reconhecimento, parece-me uma proposta adequada a um homem sim, extremamente vaidoso. No entanto, seria mesmo apenas impressão? Regina Abreu (1996), ajuda a pensar na importância que Canepa direcionava ao “culto do eu”, característica de homens públicos:

O longo processo que redundou na socialização do indivíduo relaciona-se com a invenção da memória individual. Para o culto do eu, a memória é vital. É preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas. O sujeito busca então a eternização na memória dos outros sujeitos, guardando e arquivando testemunhos evocativos de suas obras e realizações (p.100).

Nesse contexto, as imagens do Capitão publicadas no impresso parecem também corroborar para a imagem de homem público, trabalhador, gestor de caráter exemplar em prol de seu país. Sempre sério e vestido formalmente ele posava para as fotografias. Estas construídas “em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado” (CARDOSO & MORAES, 2014, p.129).

Figura 12 - Canepa em sua mesa de trabalho.



Fonte: A Estrêla, ed. 23-24

Em seu espaço de trabalho, sério e formalmente vestido, ele evocava a representação de homem distinto e grande gestor. Também posava ao lado de grandes nomes: Lemos Brito e Francisco Negrão de Lima³¹ eram figuras sempre presentes, o que pode também se caracterizar como numa estratégia de legitimação de seu trabalho. Quando cria a Associação Brasileira de Prisões nomeia Negrão de Lima, então Ministro da Justiça, seu presidente de honra e, Lemos Brito, que naquele momento atuava como presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, passou a ser o primeiro sócio benemérito. Para tanto, houve uma cerimônia que rendeu discursos dos envolvidos e belas fotografias:

Figura 13 - Canepa fazendo a entrega do Diploma de Presidente de Honra ao Ministro da Justiça



Fonte: A Estrêla, ed. 15

Por meio das imagens destacadas no impresso é possível perceber o espaço importante

³¹ Francisco Negrão de Lima nasceu em São João Nepomuceno (MG), em 1901. Formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1924. Além da advocacia, exerceu também, durante a década de 1920, a profissão de jornalista na capital mineira. Entre 1925 e 1926 ocupou o cargo de oficial-de-gabinete do secretário de Justiça de Minas Gerais, Sandoval Azevedo. Em 1930 apoiou a candidatura de Getúlio Vargas a presidente da República. Apesar de derrotado nas urnas, Vargas chegou ao poder em novembro daquele ano, à frente de um movimento revolucionário que afastou Washington Luís da presidência. Em março de 1933, Negrão de Lima elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais na legenda do Partido Progressista (PP), agremiação alinhada aos governos federal e estadual, esse último dirigido por Olegário Maciel. Em outubro do ano seguinte renovou seu mandato de deputado para a legislatura ordinária iniciada em maio de 1935. Em novembro de 1937, com a instauração da ditadura do Estado Novo, ele perdera seu mandato de deputado em virtude do fechamento de todos os órgãos legislativos do país, foi nomeado chefe de gabinete do novo ministro da Justiça, Francisco Campos. Nos anos seguintes assumiria algumas vezes a direção interina do ministério durante os períodos de ausência do titular. Cf. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Negrao_de_Lima

que estas ocupam na medida em que tornam-se instrumento de registro e possibilitam documentar a trajetória do editor da revista. Os escritos e elementos imagéticos fazem de *A Estrêla* espaço de divulgação e espaço futuro de memória. Mas toda essa estratégia de publicização de sua imagem traz à tona a seguinte questão: o dever cívico de Canepa de fato o distancia de interesses privados? Reforçar seu prestígio e reconhecimento não era também uma forma de manter-se no cargo a ele confiado por Getúlio Vargas? Era mesmo tão generoso e altruísta?

Como já mencionado, poucas foram as críticas encontradas nas matérias pesquisadas na imprensa local, no entanto, carta³² escrita por Cardênio Jaime Dolce³³, policial civil que atuou como Chefe de Recuperação da Penitenciária em gestão anterior a de Canepa o acusa de beneficiar-se, sem explicitar como, do trabalho dos presos. Trata-se de uma resposta à acusação de Victório de que este não recuperava os internos durante sua atuação:

O Sr. Victorio Canepa engana muita gente, dando a impressão de que seu interesse pela penitenciária é só pelo lado humano, não existe o lado comercial. Prefiro ser um Polícia Especial que não recupera ninguém, a ser o príncipe do Penitenciarismo, que explora o suor e o trabalho dos reclusos em seu próprio benefício (Tribuna da Imprensa, sem data).

Mesmo sem conter acusações concretas no que diz respeito a como, de fato, Canepa explorava “o suor e o trabalho dos reclusos”, Cardênio Jayme sinaliza para a intenção do Capitão em ser reconhecido como o “príncipe do penitenciarismo”. Parece-me sim que era o prestígio que ele buscava. Muitos o exaltavam, reconhecendo o valor de sua trajetória, contando parte de sua história. As homenagens a ele eram constantes e eventos organizados em seus aniversários de vida e gestão. Flamínio Fávero, sujeito renomado na área da medicina legal e criminologia, era uma figura sempre presente na Penitenciária Central. Médico, esteve a frente da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, ocupando diversos cargos e atuando de forma intensa na realização de pesquisas, congressos e publicações de trabalhos³⁴. Em um dos aniversários de Canepa, Flamínio faz seu discurso ressaltando as qualidades do trabalho realizado e a formação do Diretor:

³² Encontrei dificuldades para compreender todo o texto da carta, tendo em vista o fato de alguns trechos estarem ilegíveis.

³³ Policial Civil assassinado em 1971 por militantes da Aliança Libertadora Nacional.

³⁴ Ver ALVAREZ, Marcos César, SALLA, Fernando, ALVES, Kelly Ludkiewicz. Medicina legal, criminologia e punição: aspectos da trajetória intelectual e profissional de Flamíneo Fávero (1895-1982). *Saúde, Ética e Justiça*. 2012; 17 (2): 57-65.

Victorio Canepa, nosso eminente consócio, edificou o prestígio sólido de sua personalidade pelo estudo, pela observação, pelo trabalho pertinaz e idealista. Filho daquele valoroso estado que marca o limite de nossa pátria, lá mesmo fez seus estudos primários e secundários. Sua formação plasmou na Escola de Guerra de Realengo e na Escola de Intendentes. Nas fileiras do nosso glorioso Exército foi procurado para outras missões que ia desempenhar. Diretor durante 5 anos da Colônia Penal Cândido Mendes, passou depois, a exercer a diretoria da Penitenciária Central do Distrito Federal, onde se encontra há 8 anos (AE, ed. 5, sem página).

Príncipe do penitenciarismo? Atuava mesmo para o bem da nação e daqueles pobres homens “errantes” ou para elevar-se, legitimar-se enquanto grande profissional? Teria compromisso com a humanização da pena ou objetivava apenas promover sua carreira? Questões difíceis de serem respondidas. Uns desconfiavam, outros veneravam. Em aniversário de posse, sempre comemorado após o seu retorno à Penitenciária Central na década de 1950, um discurso caloroso foi pronunciado por um representante do Serviço Social da Penitenciária:

Raros homens no Brasil, ao ocuparem um cargo de tão grandes responsabilidades, merecem tamanha consagração e solidariedade de seus subalternos como vem merecendo o Capitão Canepa. Homem de inteligência e cultura que é ao mesmo tempo uma reserva de bondade, vem se projetando nos meios penitenciários com uma força que o leva sempre para o êxito (AE, ed.10, p.89).

A representação de gestor generoso, homem bom e competente, convivia com a imagem do vaidoso e egocêntrico. Em artigo publicado no jornal a *Tribuna da Imprensa* de 03 de janeiro de 1952, José Arthur Rios³⁵ acusava Canepa de ser personalista e de passar a impressão de que o presídio é um lugar maravilhoso:

“A Estrêla: Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal”, essa futura publicação já vai no número 4 e provavelmente irá a mais. Tem como seu diretor, fundador e responsável, segundo os dizeres da capa, o Capitão Victório Canepa. Deve também ser redator, a julgar pelos quatro artigos de sua autoria que a revista publica. Mas a atividade do Capitão Canepa não para aí. Porque ele é também – e principalmente, o grande tema da revista. Há diversos artigos, reportagens, notas, cartas à redação, etc., que tem como assunto a sua figura. Diversas fotografias o exibem e geralmente em companhia de militares.

³⁵ Nasceu no Rio de Janeiro a 24 de maio de 1921. Fez o curso secundário em Niterói e concluiu, na mesma cidade, o curso de ciências jurídicas na Faculdade de Direito, em 1943, aos 22 anos. Empenhado em especializar-se nos estudos sociológicos, cursou Ciências Sociais da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde estudou com renomados sociólogos franceses (Jacques Lambert, Maurice Byé e René Poirier). Interessado em seguir carreira universitária, matriculou-se na Universidade Estadual de Lousiana, Estados Unidos, onde obteve o título de “Master of Arts”. Em sua carreira universitária, pertenceu ao corpo docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, tendo ali chefiado o Departamento de Sociologia e Ciência Política. Ensinou também em outras universidades brasileiras (UFRJ; Santa Úrsula, entre outras) e estrangeiras (Universidade Estadual da Flórida e Universidade da Califórnia, EE.UU.). Aposentado da universidade, tornou-se um dos mais destacados colaboradores do Conselho Técnico Nacional do Comércio e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cujas publicações colabora regularmente. Teve atuação destacada na edição brasileira do Dicionário de Ciências Sociais da UNESCO, a cargo da Fundação Getúlio Vargas. Cf http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_riosjosearthur.html

[...] a penitenciária que sua revista apresenta é alguma coisa próxima ao paraíso, um céu aberto com futebol, eleições e centros de pesquisa científica. É bem possível que muita gente, lendo as páginas cor de rosa dessa revista, comece a pensar seriamente em tornar-se pensionista do Capitão Caneppa (AE, ed.9, p.32).

Caneppa publica a crítica, acusa o autor de não saber o que diz por ser leigo em assuntos penitenciários e o convida a visitar a Penitenciária sem hora marcada para verificar o trabalho desenvolvido na unidade. Não há nenhum relato acerca da possível visita de José Arthur, porém, a entrada e saída de diversos sujeitos na Penitenciária dava-se de maneira constante. Era preciso manter a instituição de “portas abertas” para a sociedade e mostrar o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, será foco a partir de agora o relato daqueles que conheceram a instituição e o tão comentado trabalho do editor de *A Estrêla*. Para tanto, utilizo como fonte de pesquisa não só a revista e a imprensa local, como também o livro de impressões da Penitenciária de Mulheres de Bangu, a fim de melhor compreender a quem era permitida a entrada na instituição e o uso feito por Caneppa desses relatos. Quem eram os visitantes? O que diziam? Quais as representações permeavam esses escritos?

2.3 “A prova é maior que o dito”: relato dos visitantes.

Garantir o olhar da sociedade livre para as práticas realizadas entre os muros da penitenciária era uma estratégia de Caneppa para dar visibilidade às suas ações. Matérias de *A Estrêla* e publicadas na imprensa local revelam a entrada de muitos sujeitos, sobretudo profissionais e estudantes da área, que buscavam conhecer a instituição modelo e seu gestor. Mas além de visitar, era necessário registrar as impressões e relatar o que foi visto sobre trabalho desenvolvido. Era comum no período haver um livro para que os visitantes pudessem expor suas opiniões acerca da unidade. Na Escola de Gestão Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, conserva-se o manuscrito do livro de impressões da Penitenciária de Mulheres de Bangu, aberto no ano de 1942, quando fora inaugurada. Na revista fala-se dos usos desses livros, também encontrados nas unidades masculinas:

Todos os que nos visitam lançam no Livro de Impressões o seu pensamento sobre o que viram e sentiram nos momentos que aqui passaram. Pessoas ilustres, estudiosos da matéria, parlamentares, etc..., que nos têm honrado profundamente pelo interesse que demonstram pela Instituição e pelos habitantes da grande Casa, externam nas impressões que ficam no livro, o que diante de nós dizem à viva voz (AE, ed.3, p. 64).

Abrir as portas da unidade para a sociedade livre permitia à Caneppa “provar” a veracidade do que ele mesmo divulgava acerca de sua atuação à frente da Penitenciária. Assim ele publicava na sua revista os relatos dos visitantes e posava ao lado dos mais ilustres. Texto assinado por Julio Moura, que se coloca como amigo de longa data do Capitão, inspira o título desse subitem. “A prova é maior que o dito”, que destaca:

Foi, por conseguinte, com o ânimo de ver para crêr que percorremos, atentos, todas as dependências da Penitenciária [...]. Vimos que procura habilitá-los para a volta à sociedade; para o êxito do nobre tentame usa todos os meios adequados (AE, ed, 6, s/p).

Diversas são as fotografias com os grupos que percorriam as instalações da Penitenciária. Nesse contexto, “a foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que se mostra” (DUBOIS, 2006, p.25).

Figura 14 - Juiz, promotores e jurados em visita.



Fonte: A Estrela, ed. 18

A imagem destaca a presença de sujeitos ligados ao judiciário, mas que outros personagens tinham acesso permitido à instituição? O livro de impressões do Presídio de Mulheres permite mapear aqueles que conheceram a unidade feminina durante a gestão de Caneppa. Contando com relatos que datam de 1942 até a década de 1980, busquei elencar os nomes que constam em suas páginas, assim como as instituições representadas no período em

que Capitão foi diretor. Vale ressaltar que, em alguns momentos, não foi possível compreender todas as assinaturas encontradas no manuscrito em questão, no entanto destaco as datas para também perceber o número de visitas realizadas.

Quadro 13 - Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu (1942-1945)

Data	Visitante	Instituição
28/11/1942	José Maria Alkimim	Não consta
23/01/1943	Ilegível	Ilegível
28/01/1943	Ilegível	Ilegível
17/02/1943	Custódio Sobral Martins de Almeida	Chefe da Secção de Administração do DASP
16/07/1943	Ilegível	Médica da Prisão Central do Chile
04/08/1943	Ilegível	Presidente do Conselho Penitenciário do Sergipe
07/9/1943	Ilegível	Ilegível
05/11/1943	Ilegível	Prisão Central do Chile
09/11/1943	Ilegível	Ilegível
22/3/1944	Ilegível	Ilegível
22/08/1944	Ilegível	Juiz da 7ª Vara Criminal
22/08/1944	Ilegível	Ilegível
01/09/1944	Ilegível	Ilegível
01/09/1944	Ruy Araujo	Secretario Geral do Estado do Amazonas
12/09/1944	Ilegível	General da Polícia Militar do Distrito Federal
12/09/1944	Major Ary Sayão Caldeira Bastos	Representante do Ministério da Justiça
13/09/1944	Professor Negley Teeters	Professor de Criminologia Universidade da Filadélfia
22/09/1944	Lyda Nagel	Não consta
18/01/1945	James Scuieler	Não consta
21/01/1945	Ilegível	Ilegível
22/03/1945	Capitão Darcy e Tenente Henrique Amaral	Não consta
11/04/1945	Carlos Manoel de Araujo e Affonso Corrêa	Juízes das Varas Criminais do Distrito Federal
11/05/1945	Maria da Glória Guimarães de Abreu e Marília Macieira	Não consta
22/06/1945	Ilegível	Ilegível
25/07/1945	Pedro da Silva Pereira e Telmo Carlos de Miranda Ferrari	Associação de Intercâmbio Cultural de Acadêmicos de Direito de Porto Alegre
07/08/1945	Ilegível	Bacharelados do curso de Direito na Bahia
17/08/1945	Ilegível	Ilegível
14/11/1945	Ilegível	Ilegível

Médicos, juízes, secretários de estado, professores universitários, estudantes do curso de direito, representantes de associações e militares, constituem o grupo que percorreu as instalações da Penitenciária de Mulheres nas 28 datas registradas entre os anos de 1942 e 1945, conforme quadro acima. Desta forma, sendo umas das primeiras unidades prisionais femininas do Brasil e reconhecida enquanto referência nacional foi bastante visitada nos seus primeiros anos de funcionamento. Entre 1951 e 1955 o número de visitantes é menor, mas prossegue intenso:

Quadro 14 – Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu (1951-1955)

Data	Visitante	Instituição
09/03/1951	Ilegível	Ilegível
09/05/1951	Ilegível	Ilegível
09/05/1951	Ilegível	Ilegível
23/05/1951	Francisco Campos	Ministério da Justiça
29/08/1951	Negley Teertes	Professor de Criminologia Universidade da Filadélfia
14/10/1951	Sebastião de Oliveira e outros nomes ilegíveis	Funcionários do setor trabalhista da Divisão da Polícia Política do Departamento Federal de Segurança Pública
11/12/1951	Ilegível	Ilegível
11/03/1952	Ilegível	Diretor da Penitenciária de Vitória- Espírito Santo
Sem data- 1952	1º Tenente Ary Soares	Goiás- Não consta instituição
14/05/1952	Ilegível	Grupo de militares
Sem data- 1952	Ilegível	Representantes da Polícia Militar do Distrito Federal
10/06/1952	Ilegível	Delegação de estudantes de Direito da Faculdade do Uruguai
29/07/1952	Ilegível	Ilegível
29/07/1952	Ilegível	Ilegível
17/09/1952	Ilegível	Juiz Presidente do tribunal do Jurí
03/10/1952	Ilegível	Ilegível
05/02/1953	Ilegível	Promotor Público
30/03/1953	Hélio Costa	Promotor Público
30/03/1953	Ilegível	Ilegível
16/07/1953	Ilegível	Faculdade de Direito de Montevideo- Uruguai
29/10/1953	Ilegível	Ilegível
05/03/1954	Ilegível	Ilegível
13/06/1954	Ilegível	Ilegível

Na década de 1950, com o registro de 23 visitas, os sujeitos visitantes representam as mesmas categorias: juízes, promotores, professores da área de criminologia, estudante do curso de Direito, profissionais de outras unidades prisionais e militares representam boa parte dos que conheceram e deixaram suas impressões acerca do que viram. Perceber a atuação dos que passaram pelos muros e grades da Penitenciária Central aponta para o fato de Caneppa buscar projeção entre os que também atuavam na área. Nesse sentido, “reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares/concorrentes concebem a cada um de seus membros é função do valor distintivo de seus produtos” (BOURDIEU, 1983, p.127). Um indício nessa direção foi a grande repercussão na revista acerca da visita realizada pelo Professor Negley Teertes, da Universidade da Califórnia, que tem a sua imagem no momento em que registra sua impressão no Livro de Visitantes aqui estudado:

Figura 15 - Professor Teertes assinando o livro de impressões da Penitenciária de Mulheres de Bangu.



Fonte: *A Estrêla*, ed. 5

Matéria publicada na edição de número 5, fala da visita de Teertes e sua equipe como um imprevisto e ressalta que a Penitenciária de Mulheres estava sempre preparada, em sua vida normal, para qualquer momento. Destaca que a unidade feminina em questão era alvo das atenções de especialistas do Brasil e do mundo. No entanto, difícil é crer que tratava-se de uma visita inesperada de um professor americano e que já conhecera e publicara sobre a Penitenciária Central e seu Diretor. Inclusive fala-se de grande festa organizada com apresentações artísticas e “mesa farta de doces e salgadinhos” (AE, ed. 5, p.65). Certamente a visita foi muito esperada e tudo muito bem preparado, havendo registros da confraternização realizada:

Figura 16 - Almoço oferecido ao Professor Teeters e seu grupo no Salão Nobre Da Penitenciária Central.



Fonte: *A Estrêla*, ed. 5

Teerters escreveu sobre Canepa em seu livro intitulado “Penology from Panama to

Cape Horn” e alguns trechos são traduzidos e publicados em *A Estrela*. Em matéria intitulada “O que dizem lá fora” mostra a penitenciária “pela palavras de estranhos, mas militantes na mesma seára, o que é mais convincente”:

[...] Para essa nova investidura, foi designado, em 1937, o Capitão Victório Canepa, figura já bastante conhecida, e vista no Brasil como um dos mais eminentes administradores penais: Ele foi diretor da famosa Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande. Esta colônia da ilha – agora uma colônia agrícola anexa à Casa de Correção ou Penitenciária – foi, por muito tempo, conhecida como Ilha do Diabo, do Brasil. [...] O Capitão Canepa introduziu-lhe grandes reformas na administração (AE, ed.2, p.3).

Certamente o número de visitas era ainda mais intenso na unidade masculina dirigida por Canepa e muitos são os relatos encontrados na sua revista. Os elogios são inúmeros e descrevem uma unidade organizada e limpa, mérito de seu diretor:

Ao percorrer todas as dependências da Penitenciária de Mulheres, numa visita que, sem prévia determinação, tive oportunidade de fazer, grande foi a admiração que se apossou de mim. De fato o estabelecimento penitenciário de mulheres é obra que reflete o que de mais notório tem a nossa terra. A organização, a administração, o aparelhamento, o trato, o conforto e tudo que nêle existe merecem, sem favor, os elogios de qualquer homem que sabe o que é alto e sublime. À vida material se alia a vida espiritual num sentido de recuperar os entes humanos que dêsse estabelecimento necessitam (LV, visita realizada em 06 de abril de 1951, s/p).

Higiene, disciplina, boa alimentação, religião e humanidade foi o que observei nesta visita. Meus louvores à administração desta Penitenciária (LV, visita realizada em 05/02/1953).

Não há críticas no livro de visitantes e tampouco na revista, o que torna necessário compreender a escrita veiculada nas fontes aqui mencionadas atentando para o fato de que seu estudo “debe atender a las consecuencias sociales y culturales derivadas de su implantación y extensión: así como a la incidencia de aquellas en las formas, funciones y usos de lo escrito, en los mecanismos y lugares de adquisición” (Gómez Castillo, 2004). A série de discursos dos visitantes da Penitenciária Central do Distrito Federal traz à tona a representação de um universo prisional onde o privado de liberdade se mostra feliz com a possibilidade de estar em um espaço que lhe possibilita a reintegração social digna. É possível perceber, como nos aponta Carlos Henrique Aguiar Serra, que nesse contexto “a punição é, portanto, internalizada enquanto prática pedagógica que se inscreve e é reproduzida incessantemente” (2011, p. 3). Mas quais são as pistas acerca da prática pedagógica de Canepa? O que é relatado na revista, no livro de visitantes e a imprensa diária?

2.3.1 “Para maior bem estar dos meus presos, a eles entrego o meu coração”

Caneppa buscava construir uma representação onde mostrava-se amigo, generoso, dedicando-se por inteiro a construir um cotidiano na prisão no sentido de torná-la um espaço educativo. No livro de visitantes da Penitenciária de Mulheres é possível perceber algumas pistas sobre a intitulada por Caneppa de ciência pedagógica- penitenciária e do quanto os visitantes relatavam encantados o trabalho desenvolvido pelo gestor:

A visita que acabamos de fazer à Penitenciária de mulheres renovou, em nós, o sentimento de profunda admiração pela grande obra de preservação social e de humanidade que aqui realizada o Tenente Victório Caneppa tão valiosamente coadjuvado por um grupo de santas irmãs do Bom Pastor. Vemos aqui como é possível suavizar os rigores da lei, com o pensamento de unir eficiência e bondade. No interior desta casa, temos a impressão de estar antes numa escola do que num presídio. Acreditamos que este exemplo pode ter uma grande influência na solução do problema penitenciário (LV, visita realizada em 27 de novembro de 1943: s/p).

Cabe-me, apenas orientá-los, através da Secção de Psicotécnica e Ensino, dando-lhes conselhos técnicos e de caráter paternal, colocando-me à disposição de seus anseios, suas inquietudes, baseado nos sadios princípios da solidariedade cristã e conseguir que seus pensamentos se elevem, através do trabalho orientado pela Psicotécnica, através do estudo e da fé em Deus, até o caminho da recuperação total, caminho este que os reconduzirá à vida em sociedade (AE, ed.3, p.35).

Numa das primeiras reuniões com os presos Caneppa disse: – “Para maior bem estar dos meus presos, a eles entrego o meu coração”. Essa fala sintetiza a necessidade de Caneppa de estabelecer uma boa relação com os internos por meio de atividades e práticas realizadas por um diretor que prima pela “bondade e justiça nas prisões”, transformando o cárcere em um espaço de recuperação social. Sendo assim, *A Estrela* permite entender o pensamento pedagógico disseminado na Penitenciária Central a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos (CATANI & BASTOS, 2002). O discurso retrata a ideia de um homem “amigo e generoso” que esforça-se ao máximo para criar um ambiente educativo e humano para os habitantes da “Casa da Saudade”:

Com a bondade congênita de um coração terno e compassivo está a frente da Penitenciária, como seu grande diretor, um homem cujos atos não primam pelos ódios que consomem, senão pela compreensão e humanismo que pautam a conduta adamantina que lhe balisa a existência peregrina de virtudes sublimadas - Victório Caneppa. Felizes de certo modo os habitantes daquela cidade ignota, tendo por diretor o Capitão amigo que lhes proporciona no limite das suas possibilidades administrativas, bem todo que lhe pode propinar. Não sei o que dizer mas, dentro das limitações e contrafeito eu me senti feliz por ver e sentir que há no coração do amigo de sempre, a mesma generosidade para com todos, a mesma solicitude cordial e até afeto de que tanto precisa a Casa da Saudade (AE, ed. 18, p.32).

Canepa falava de um avançado ideal de ciência e humanidade exemplificando em seus discursos como tal teoria efetiva-se na prática. Em entrevista ao periódico *A Noite* ele fala do cotidiano dos presos em um regime que, segundo ele, tem função educativa e não punitiva. Matéria intitulada “Bondade e Justiça nas priões” revela:

Entre os estabelecimentos que, assim, recomendam às menções dos técnicos, como ainda agora o professor chileno Carlos Ramirez Bravo, salienta-se a Penitenciária Central do Distrito Federal. O seu diretor, tenente Victorio Canepa, cujo nome já tem projeção internacional como administrador penitenciário, disse-nos algumas palavras a respeito: sem contar com a reforma geral de todo o velho sistema penal deste estabelecimento, foram postas em práticas medidas de caráter disciplinar, higiênicas, dietéticas, tais como: a aplicação da penalidade disciplinar de forma racional com o fim educativo e não punitivo; a substituição do vexatório uniforme então usado pelos sentenciados; a permuta do número de matrícula pelo distintivo de classificação do comportamento dos correccionais; a obrigação imposta a todos os encarcerados de conservarem as suas vestes, suas roupas de cama e suas células com o máximo asseio e na mais perfeita ordem; a concessão do corte de cabelo baixo, mas nunca raspado e a tolerância do uso do bigode para os de bom comportamento; a abolição do silêncio absoluto; a permissão concedida aos presidiários para fumar em quase todas as dependências desta Penitenciária; a distribuição dos alimentos obedecendo os rigores das técnicas das vitaminas, das albuminas, do cálcio, do ferro, das gorduras, etc., cujos os resultados são os mais satisfatórios possíveis (*A NOITE*, 12 de novembro de 1943).

Dignidade nas prisões, tratamento humanizado e o entendimento de que as unidades prisionais devem se configurar enquanto espaços educativos, ultrapassando o conceito meramente punitivo, são discussões travadas por Canepa e que se apresentam como pauta em documentos dos dias atuais. No ano de 2010, foi homologado pelo Ministério da Educação as Diretrizes Nacionais de Educação em Prisões, onde o maior desafio, além de regulamentar a nível nacional a oferta de educação em prisões, é sinalizar a importância de que todos que atuam no Sistema Penitenciário do país compreendam a unidade prisional enquanto unidade educativa. Se, nas décadas de 1940 e 1950, esta era uma temática presente no discurso de Canepa, hoje a questão continua em debate e perpassa as leis e propostas da área.

O discurso que permeia as práticas realizadas por Canepa traz destaque às atividades de fim educativo e que tratam o preso com dignidade: esporte, alimentação adequada, escolarização, atividades culturais, formação moral e religiosa, higiene, limpeza, uniformes e cortes de cabelo que não visavam a desumanização, contato dos internos com suas famílias e construção de propostas a partir de reuniões com os presos. Todas essas ações vão ao encontro do documento elaborado, em 1955, ao serem estabelecidas no I Congresso da ONU sobre a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente”, em Genebra, as “Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos”, da qual Canepa acompanhou a elaboração e que é utilizada até os dias de hoje como marco legal.

Atualmente, alguns especialistas questionam a ausência de propostas nas unidades

prisionais que atendam às Regras mínimas da ONU. Elionaldo Julião (2012) destaca que primasse pela construção de novos presídios cada vez melhor aparelhados dispostos a impedir o contato do apenado com a sociedade e são dispensados espaços adequados de atendimento biopsicossocial, bem como educativos, esportivos e culturais.

Por Canepa ser difusor de propostas até hoje debatidas e idealizador de projetos educativos na Penitenciária Central, poderia ser considerado um pioneiro? Inspirava-se em outras realidades? Se Canepa disse entregar seu coração aos presos, Roberto Pettinato, argentino responsável pelas reformas do Sistema Penitenciário de seu país durante o Peronismo, dizia conhecer o mundo interior dos presos, pois com eles se formou. As aproximações entre o trabalho desenvolvido por Canepa e Pettinato são inúmeras. É ousado dizer que ora Victório replicava aqui o que trabalho realizado pelo seu colega da pátria “hermana”, ora o colega argentino replicava atividades realizadas na Penitenciária Central. Apesar de Canepa ressaltar que o Brasil era exemplo, em termos de Penitenciarismo, para outros países que o copiavam. Penso que por aqui muito se fazia do que era proposto na Argentina.

Neste século XX, mas do que no anterior, a vida social não ficará estagnada. Ela evoluirá forçosamente e mui particularmente no Brasil, já precursor de grandes conquistas sociais, cujos humanitários eventos vão sendo simpaticamente acolhidos no exterior, e até mesmo copiados por vários países (AE, ed.2, p.43)

Todas as práticas voltadas para a humanização da pena, anteriormente mencionadas, faziam parte do discurso oficial do governo de Peron, então presidente da Argentina, conforme aponta Cesano:

Durante los primeros años dela gestión de Perón, se produjeron – *en algunos aspectos* - notorias mejoras en las condiciones carcelarias con respecto a los *presos comunes*; que fueron la materialización de una línea política impulsada desde la esfera estatal. De hecho, hay una palabra que resume esta situación y que fue utilizada insistentemente por el propio discurso oficial: *humanización*. (2010,p.4)

Para desenvolver a reforma prevista por Peron seu maior representante no que tange ao Sistema Penitenciário Argentino foi Roberto Pettinato. Segundo Lila Caimari (2004), descrever a reforma prisional peronista significa tratar de mudanças introduzidas em sua maioria nos primeiros anos de governo, entre 1946 e 1947, sendo Pettinato a figura principal de cada aspecto da dita reforma.

Assim como Canepa foi homem de confiança de Getúlio, Pettinato era homem de confiança de Peron. No entanto, parece-me que a fidelidade do argentino foi melhor recompensada do que a de Canepa. Pettinato chegou mais longe em sua carreira, nomeado

como subdiretor da Penitenciária Nacional em 1945, em 1946 já alcançou o posto de diretor. Em 1947 ele alcançara o posto máximo na área: Diretor Geral de Institutos Penais. Canepa durante a gestão de Getúlio não alcançou um cargo a nível nacional apesar de seu prestígio no campo. Talvez o desejo do Capitão fosse ascender como Pettinato e daí os esforços na aproximação entre as práticas e políticas. Se havia proximidade entre Canepa e Pettinato, Getúlio e Peron sequer conheceram-se pessoalmente. Se hoje são símbolos expressivos do populismo latino-americano, no governo democrático de Vargas existia um forte movimento antiperonismo no Brasil, fazendo com que a Argentina não se tornasse prioridade na política externa do país:

Para alguns, os afagos retóricos do político brasileiro ao Chefe da Casa Rosada não passaram de encenações calculadas para enciumar a diplomacia norte-americanas com a possibilidade de acordos regionais. Nessa perspectiva, a Argentina nunca teria sido colocada como prioridade da política externa do país. Em contrapartida, outros pesquisadores acadêmicos têm apontados as enormes dificuldades políticas do líder gaúcho em ensaiar qualquer acirramento com o regime platino, já que contava com ampla e acirrada oposição interna (SANTOS, 2015, p.209).

Apesar do referido cenário político, Canepa valorizava o sistema penitenciário argentino alegando que este era “possuidor de um dos mais avançados e melhores sistemas para a recuperação do homem e do delinquente” (AE, ed. 19/20, p.4). A autora Lila Caimari (2004) ajuda a compreender as semelhanças entre as práticas realizadas por Canepa e Pettinato. Segundo ela, a reforma no sistema penitenciário da Argentina pautava-se em dois pilares principais: a ênfase no exercício físico como parte da reabilitação e a reconstrução dos laços afetivos entre os apenados e suas famílias. Tal característica era também latente na Penitenciária Central. O discurso de Canepa traz a importância da dieta adequada para os presos, da prática de esportes, as diversas festas realizadas e contando com a participação da família de presos e convidados, além da visita íntima³⁶ para os presos casados. Todos os campeonatos esportivos e festas eram publicadas em *A Estrêla* e os internos posavam e expunham suas imagens na revista:

Figura 17 - Time de futebol da Panitenciária Central.

³⁶ Essa temática será melhor discutida no capítulo 3 a partir dos textos de Canepa que abordam a questão.



Fonte: *A Estrêla*, ed. 4

Segundo Bassani (2013), o futebol é um esporte realizado na maioria das prisões brasileiras e é responsável por aclamar os ânimos, sublimar frustrações e colocar o corpo trancafiado em movimento. A imagem acima traz um grupo de internos vestidos com seus uniformes esportivos, sem medo de mostrarem seus rostos na revista, além do entorno com diversos outros presos que certamente estavam a assistir a partida. Por todas as funções que o esporte assume na vida dos internos, certamente era uma atividade muito bem aceita e disputada na Penitenciária.

Roberto Pettinato também divulgava as atividades esportivas, entre outras desenvolvidas no Sistema penitenciário da Argentina, em um impresso intitulado *Revista Penal y Penitenciaria*. Nesse periódico, segundo Lila Caimari, também havia imagens do gestor juntamente com a equipe de futebol constituída pelos internos:

La cobertura que de estas iniciativas hizo la Revista Penal y Penitenciaria ya refleja el incipiente cambio de aire del mundo carcelario. Las fotografías de los penados vestidos con sus equipos de fútbol posando junto a Pettinato representan una yuxtaposición de jerarquias inédita en las imágenes del órgano oficial de la Dirección de Institutos Penales; hasta entonces la población carcelaria había sido retratada uniformada, em escenas de trabajo o actos oficiales. Anticipo de la imaginaria peronista de la privación de la libertad, donde se achicarían las distancias entre penados e administradores de la pena (2004, p.255)

A representação do gestor amigo e preocupado com o bem estar dos presos era enfatizado no discurso humanizador da pena que deveria ser divulgado por impressos oficiais.

Em *A Estrêla* e possivelmente na *Revista Penal y Penitenciária* também, “uma grande diversidade de objetivos se cruzam nas suas páginas (informativos, doutrinários, ideológicos, profissionais, etc)” (NOVÒA, 2002, p.15). Impressos utilizados para estampar a dita reforma prisional propostas em ambos os países, além de promover os feitos dos gestores aqui discutidos. Cesano também nos aponta como as atividades realizadas eram amplamente divulgadas na *Revista Penal y Penitenciaria*:

Basta repassar la seccion Nuestros Establecimientos, de la Revista Penal u Penitenciaria para confirmar este aserto. Así, en el volumen correspondiente al año 1951, se daba cuenta de una serie de inauguraciones y fiestas; tales como la construcción de natatórios en la Prision Nacional; un consultório odontológico en la Penitenciaria o la celebracion del dia de los Reyes Magos em las unidades, com la presencia de las famílias de los internos (CESANO, 2010, p.15).

Parece-me uma proposta de revista muito similar ao periódico de Caneppa que, tratava também, de exaltar a figura de Roberto Pettinato em suas páginas. Pettinato é convidado para participar da Primeira Reunião Penitenciária e Brasileira, realizando conferências e recebendo todas as honras. Victório, na edição de número 19-20, destaca que Pettinato dirige uma modelar organização penitenciária, inteligentemente supervisionada e entregue à competência e dedicação de um dos maiores e mais renomados penitenciaristas de todas as Américas, Don Roberto Pettinato. Por fim ressalta que, de maneira irrefutável, a nobre nação Argentina marcha irmanada ao Brasil à vanguarda dos povos mais adiantados, no que diz respeito aos avançados preceitos de Direito penal e Penitenciário. As ações realizadas nos dois países traduziram-se em propostas que levaram à defesa de direitos dos presos, independente dos interesses que perpassavam a práticas e políticas implementadas, conforme nos aponta Cesano:

La administración de Perón no redescubre al preso; sino que da vida a concepciones ya existentes – en los círculos científicos, en la misma opinión pública o en la propia dirigencia – con medidas pragmáticas; las que– y esto sí es innegable – por decisión política terminan convirtiéndose en Derechos (2010,p.35)

No entanto, Lila Caimari (2004) traz um reflexão importante quando destaca que a crítica feita nesse período ao sistema Carcerário do passado não significou um questionamento das premissas penitenciárias e uma discussão acerca do direito do estado de privar sujeitos da liberdade submetendo-os a um regime coercitivo e de disciplina. A reforma dirigia-se a condições nas quais a reabilitação se daria:

La reforma peronista del castigo no era incompatible com los fundamentos teóricos del sistema punitivo, sino que estaba destinado a lograr que éste fuese aplicado com más humanidad, continuidad ideológica com las concepciones del castigo

fundacionales del estado moderno sobre la que se imprimia la novedad de la reforma de los derechos del castigado (CAIMARI, 2004, p.268).

Um ponto fundamental nessa discussão é o fato que a reforma implementada nos dois países foi concebida para os presos comuns e não para presos políticos. Essa questão remete ao início da carreira de Canepa quando polêmicas giravam em torno de sua atuação. O que diziam do diretor? Como era sua relação com os presos políticos?

2.4 Torquemada?

Victorio Canepa nasceu em 1899 e aos 33 anos já atuava na Ilha de Lazareto, um dos presídios da Ilha Grande. Em 1934 atuou ao lado do médico Herminio Ouropretano Sardinha³⁷ na Casa Correccional Dois Rios e, em 24 de novembro de 1937, foi nomeado diretor da Casa de Correção. Tal período foi marcado pelo alto grau de incerteza e de violência políticas, o que as tentativas de revolta à esquerda e à direita demonstraram tão bem (GOMES, 2013). O Estado Novo criou uma organização policial sob o controle direto do Chefe de Estado e, conseqüentemente, as prisões tornaram-se arbitrárias. Um tempo de violência e tortura que levou ao aumento exorbitante do número de presos comuns e políticos. Nesse cenário se insere o início da trajetória de Canepa enquanto gestor de presídios. E o que se conhece sobre ele nesse período?

Ao contrário dos elogios tecidos durante sua atuação na Penitenciária Central do Distrito Federal, o Canepa da Ilha Grande e da Casa de Correção não tinha uma fama muito positiva, conforme os relatos que falam de sua arbitrariedade. Segundo Orígenes Lessa³⁸, que preso após as revoltas de 1932, publicou, em 1933, *Ilha Grande: jornal de um prisioneiro de guerra*,

³⁷ Nasceu em Ouro Preto e completou seus estudos no Rio de Janeiro, cursando medicina na Universidade do Brasil. Após dois anos de formado foi chamado para trabalhar na Casa Correccional de Dois Rios (CCDR) e foi diretor interino de Canepa na CCDR. Em 1942, o médico Sardinha, como era conhecido, foi nomeado diretor da Colônia Penal Cândido Mendes. O médico escreveu suas memórias do tempo em que atuou nas prisões de Ilha Grande e publicou o livro intitulado Memórias de um médico: Ilha Grande.

³⁸ Colaborou e trabalhou em diversos veículos de comunicação, tendo feito sua estréia nos jornaizinhos escolares, com 12 ou 13 anos. Tentou, sem continuidade, diversos cursos superiores. Ingressou como tradutor no departamento de propaganda da General Motors, que teria grande influência na sua vida profissional: tornar-se-ia um dos publicitários de maior renome do país. Tomou parte ativa na Revolução Constitucionalista em 1932. Em 42, fixou-se em Nova York trabalhando no Coordinator of Inter-American Affairs, tendo sido redator da NBC em programas irradiados para o Brasil. Regressou ao Rio de Janeiro em meados de 43. Escritor, com uma obra bastante extensa. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/origenes-lessa>

Canepa era violento com os presos. Havia superpopulação, falta de vestuário, má qualidade das refeições e péssimas condições de higiene no antigo Lazareto da Ilha Grande³⁹. *A Estrêla* também traz pistas sobre essa representação negativa que girava em torno do nome do Capitão. Em discurso de homenagem ao Diretor, Justino Carneiro explicita claramente como Canepa era conhecido e que ele próprio tinha seus receios:

Eu tive ocasião de conhecer Victório Canepa, lá pelos idos de 38 quando, – talvez por um erro de escôlha – tornei-me Conselheiro e vim participar dos trabalhos do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Atravessamos, então, período mais ou menos confuso, de exagerados boatos e eu confesso a minha prevenção contra os “carcereiros” de quem se diziam coisas mirabolantes. Talvez ainda hoje, muita gente que nunca se preocupou a desvendar o mistério, acredite naquelas fábulas que transformaram Canepa num autêntico Torquemada. Foi, assim, na previsão de ter de defrontar-me com um individuo de má catadura, hirsuto e hostil, que compareci pela primeira vez a uma sessão do Conselho Penitenciário [...]. Excusado é dizer que me caiu a alma aos pés, pois não podia conceber que olhar tão franco e modos tão distintos pudessem ocultar a maldade de um suplicador de cristãos. E, com efeito, não ocultavam, como me certifiquei depois (AE, ed.10, p.38)

Torna-se evidente que o Conselheiro tem em sua fala o objetivo de desconstruir a imagem negativa associada a Canepa na década de 1930. Pela comparação feita com Tomás de Torquemada, primeiro Inquisidor Geral de Castela e Aragão, na Espanha, que, sob seu mandato, o Santo Ofício queimou mais de dez mil pessoas. Logo, parece-me que de fato o Capitão era visto como um torturador de cristãos, um carcereiro malvado.

No entanto, o nome de Canepa também estava vinculado a melhorias na Casa Correcional dos Rios que antes de sua gestão encontrava-se em situação dramática sendo ele responsável por mudanças significativas (SANTOS, 2009). Em relatório⁴⁰ enviado a Filinto Muller, então Chefe de Polícia, relata as péssimas condições encontradas por ele e que se assemelham ao relato de Orígenes Lessa. Canepa fala da promiscuidade em que viviam os presos, das condições insalubres e relata que o alojamento de mulheres encontrava-se em situação ainda mais complicada. Para ele a colônia servia à “regeneração de transviados”, dando aos encarcerados “um tratamento de madrastra, que, sem dúvida, longe de os atemorizar, aumenta-lhes o rancor pelos são de espírito”. A imprensa também conta que ele foi responsável por modificar as condições terríveis da Colônia, como aponta matéria do *Diário de Notícias*:

³⁹ A dissertação de Giovanna de Abreu Antonaci, intitulada *Os presos comunistas nos cárceres da Ilha Grande*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense no de 2014, apresenta as memórias dos presos políticos da Ilha Grande.

⁴⁰ CCDDR. Folhetos de Dados Estatísticos. Arquivo Nacional. Biblioteca. Código: 3789:1181 in Santos (2009).

O tenente Victorio Caneppa, seu atual director, conseguiu em dois annos de administração, realizar ali algumas reformas, transformando as toscas edificações ali existentes em prédios mais ou menos arejados e relativamente confortáveis. O enorme casarão que servia de residência da família do director, foi posto abaixo e no seu lugar foi levantado um edifício de cimento armado, de dois pavimentos, dotado de requisitos de hygiene e de conforto (*Diário de Notícias*, 25 de agosto de 1934).

Segundo Myrian Sepúlveda dos Santos (2009) a gestão de Caneppa na Colônia foi repleta de obras e este recebeu verbas para reformas e apoio com a transferência de presos. Segundo a autora, diversas foram as cartas de Caneppa enviadas a Fillinto Muller solicitando a transferência de internos para o trabalho nas obras. Contudo, a expectativa de melhora das condições carcerárias que surgiu com a entrada de Caneppa, durou pouco. Com a turbulência política dos anos de 1935 e 1936, muitos presos foram enviados para os presídios da Ilha Grande e Casa de Correção, sendo Caneppa acusado das maiores barbaridades.

Graciliano Ramos⁴¹, relatou as experiências vividas durante o encarceramento e, o volume 3, de Memórias do Cárcere, numa “escrita urdida para resistir aos sofrimentos, à insegurança e à impotência” (MIGNOT, 2002, p.118) retrata o tempo em que esteve preso na Colônia Correccional durante a gestão de Caneppa.

Em nenhum momento do livro o autor menciona o director, mas relata as condições insalubres e cruéis a que foi submetido. De sua chegada na CCDR, destaca seu encontro com um sujeito, funcionário da instituição, “um tipinho de farda branca, de gorro branco, a passear em frente às linhas estateladas” (RAMOS, 1953, p. 80), que fez um “discurso, incisivo e rápido” (RAMOS, 1953, p.80) dirigindo-se aos recém chegados:

Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protectores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer (RAMOS, 1953, p.80).

Essa fala ecoou nos pensamento de Graciliano em diversos momentos e a cada vez que ele sentia a morte aproximar-se por conta da saúde debilitada e das péssimas condições de vida o “sujeito miúdo, estrábico e manco” (RAMOS, 1953, p.8), com sua farda branca, gritava aos seus ouvidos. Uma prisão que tinha o objetivo de aniquilar aqueles que estavam sob sua custódia e era dirigido pelo mesmo gestor “amigo e generoso” que anos depois esteve à frente

⁴¹ Preso após o levante comunista de novembro de 1935, permaneceu no Cárcere de 3 de março de 1936 a 13 de janeiro de 1937. Durante o tempo que esteve preso escreveu sobre as experiências vividas, escrita esta que originou o livro *Póstumo Memórias do Cárcere*, publicado em 4 volumes pela editora Olympio, em 1953. Ver REDENTI, Marcelo. Graciliano Ramos e suas memórias: cicratizes, Sociologia e Antropologia, v.4, pp.475-493, Rio de Janeiro, outubro de 2014.

da Penitenciária Central do Distrito Federal. Portanto, relatos que revelam uma outra versão de Victório Canepa, expressam as ambiguidades e contradições que perpassam a trajetória do editor de *A Estrêla*. Percebe-se um cenário em que a tortura e violência policial do período instauravam-se também dentro dos presídios.

Filinto Muller foi o chefe de polícia responsável pela repressão maciça aos inimigos políticos. Tratava-se de uma polícia que agia em consonância com as diretrizes traçadas pelo regime e dele recebendo as condições materiais e políticas para manter a ordem social, o que estava diretamente associado ao combate ao comunismo e, posteriormente, contra os estrangeiros (HEYMANN, 1997). Muller era um homem poderoso e da confiança de Getúlio Vargas, estando submetidas formalmente a ele as seguintes instituições:

[...] três delegacias auxiliares, trinta delegacias distritais, a Delegacia de Estrangeiros, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, a Diretoria Geral de Investigações, a Inspeção Geral de Polícia e a Corregedoria, além da Diretoria Geral de Comunicação e Estatística e da Diretoria Geral de Expediente e Contabilidade (HEYMANN, 1997, p.57).

Mas o poder de Filinto não encerrava-se nas instituições acima e alcançava os órgãos formalmente submetidos ao Ministro da Justiça, inclusive as penitenciárias e presídios do Distrito Federal. Assim, Canepa subordina-se a Muller e, a fim de buscar indícios acerca da relação de ambos, busquei correspondências⁴² no Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em especial as cartas⁴³ de Victorio Canepa enviadas a Filinto Muller, que pudessem me apontar indícios acerca da relação existente entre eles. A motivação para buscar essas cartas se fez por perceber que Filinto Muller, embora tenha atuado como senador pelo estado de Mato Grosso por muitos anos, ter sido destaque como líder de partidos, é lembrado apenas enquanto o temível chefe de polícia. Após sua morte a representação que perpassa a sociedade é que este foi um carrasco da ditadura estadonovista, tendo pouco espaço a sua atuação enquanto político (Heymann, 1997). Nesse sentido, teria sido a relação de Canepa com o Estado Novo, as denúncias de tortura contra presos políticos e, até mesmo a sua relação com Filinto um dos motivos que levaram ao seu esquecimento? Suponho

⁴² A dissertação de mestrado de Luciana Quillet Heymann, intitulada *As obrigações do poder: correspondência de Filinto Muller*, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1997, analisa as correspondências de Filinto, a partir dos arquivos do CPDOC, nos anos de 1933, 1938 e 1942. Não consta na referida pesquisa trocas epistolares entre o chefe de polícia e Canepa.

⁴³ Busquei no CPDOC outras correspondências de Canepa direcionadas a Filinto Muller para além das já estudadas por Myrian Sepúlveda dos Santos em *Os porões da república: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945*. Minha pesquisa se deu no fundo Filinto Muller. 33.01.01.

que todas essas questões corroboraram para o silenciamento na história acerca da trajetória do diretor. Na busca por pistas nessa direção, trarei a partir de agora as cartas de Canepa direcionadas ao Chefe de Polícia e as respostas deste, sendo a maioria do período em que Victório esteve à frente da Casa de Correção, conforme o quadro:

Quadro 15 - Correspondências trocadas entre Victório Canepa e Filinto Muller (1937-1941)

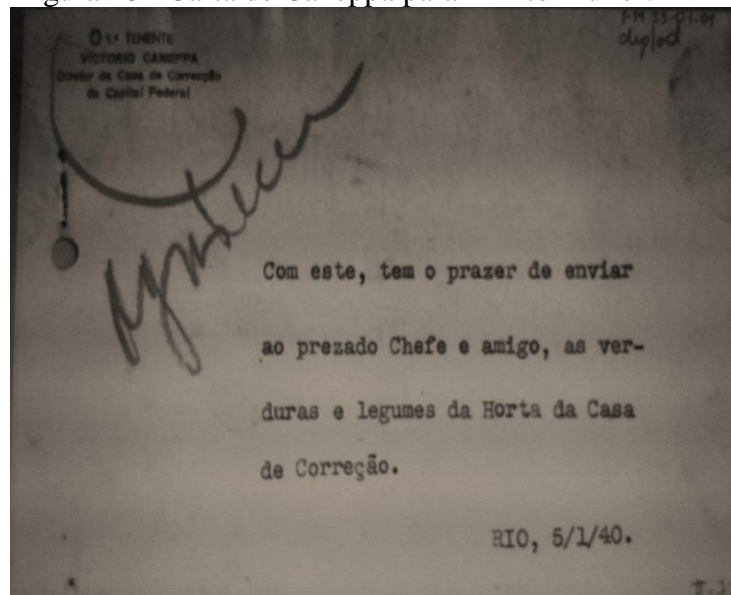
Remetente	Destinatário	Data	Assunto
Victório Canepa	Filinto Muller	10/05/1937	Agradecimento à forma como recebeu a comissão de funcionários da Colônia
Victório Canepa	Filinto Muller	21/08/1939	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	29/09/1939	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Filinto Muller	Victório Canepa	21/10/1939	Agradecimento à oferta de legumes da Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	04/10/1939	Envio de presente para Maria Luiza, filha de Filinto
Filinto Muller	Victorio Canepa	21/10/1939	Agradecimento pelo presente
Victório Canepa	Filinto Muller	05/01/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Filinto Muller	Victório Canepa	08/01/1940	Agradecimento à oferta de legumes da Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	21/06/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	22/07/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	29/08/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	17/09/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Victório Canepa	Filinto Muller	30/09/1940	Envio de legumes e verduras colhidos na Casa de Correção
Filinto Muller	Victório Canepa	03/10/1940	Agradecimento à oferta de legumes da Casa de Correção
Sarandy Raposo Chefe de Gabinete	Victorio Canepa	26/05/1941	A pedido de Filinto Muller remete livro para ser entregue a Luiz Carlos Prestes
Victorio Canepa	Filinto Muller	28/05/1941	Canepa responde informando que o livro foi entregue a Prestes
Victorio Canepa	Filinto Muller	01/11/1941	Canepa relata o fato de não mais ser recebido no gabinete de Filinto e alega não saber o motivo. Envia exemplares da horta da Penitenciária
Sarandy Raposo Chefe de Gabinete	Victorio Canepa	Sem data	Agradece envio do exemplar de Estatística Carcerária do Distrito Federal

As 18 cartas encontradas entre os anos de 1937 e 1941, quase em sua totalidade referem-se ao envio, de Canepa para Filinto de verduras e legumes cultivados pelos internos da casa de Correção de Correção e as respostas do Chefe de Polícia em agradecimento. Apesar de num primeiro momento essas cartas não aparentarem relevância, penso que “os documentos podem falar, se soubermos lhes dirigir as perguntas, cabe, então ao historiador interroga-los” (Rocha, 2012). Num primeiro momento a análise das cartas me fez refletir sobre a necessidade de

Caneppea em agradar e fazer-se presente ao “Chefe e amigo”. No entanto, se faz necessário ampliar o olhar para essas correspondências na medida em que o conteúdo da carta “permite profundizar em la trayectoria de ciertas personalidades o bien em más variados asuntos políticos, económicos, religiosos y culturales” (CASTILLO GÓMES, 2005, p.850).

A escrita de uma carta, para além do conteúdo, apresenta outros elementos que merecem destaque, sendo também importante a “análise das formas de tratamento, nomeação e interpelação utilizadas. Cabeçalhos; formas de despedida; flexões de nomeação ‘durante’ a carta; regras de polidez empregadas (se e como); timbres; papel escolhido, etc.” (NEVES, 1988, p.194). Nesse sentido, o primeiro passo da análise diz respeito à forma de tratamento das cartas. Como Caneppea se dirige a Filinto? O que esse enunciado revela uma vez “no existe escritura sin espacios por ocupar, recorrer, dividir, ordenar o descomponer” (PETRUCCI, 2003, p.25) ?

Figura 18 - Carta de Caneppea para Filinto Muller.



Fonte: CPDOC

Como é possível verificar na imagem acima, Caneppea dirigia-se a Filinto como “chefe e amigo” e em outras cartas apenas como amigo. E o que representava ser amigo de Filinto? Segundo Heymann (1997) o chefe de polícia era homem de total confiança de Getúlio, participava de reuniões ministeriais e despachava frequentemente com o presidente no Palácio do Catete. Havia um “superdimensionamento dos poderes como chefe de polícia, alimentando constantemente a força do seu nome próprio o que acabou lhe imputando um poder pessoal extraordinário, medido nestes casos pela enorme capacidade de responder pedidos (HEYMANN, 1997, p.151). No entanto, Caneppea, ao menos no grupo de cartas aqui interpretadas, não escrevia para pedir, mas oferecer presentes ao Chefe de polícia. Seria uma

forma de agradar, tentar criar proximidade com Filinto? E como Filinto dirigia-se a Caneppa nas suas missivas de resposta?

Figura 19 - Carta de Filinto Muller para Victório Caneppa.

TELEGRAMA Nome e cargo do expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços. ENCARGO TEXTO A TRANSMITIR	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL			CARIMBO DA ESTAÇÃO
	Espécie: OFICIAL Origem:	Número: Palavras:	Data: Hora: Via a seguir:	
VISTO			HORA DA TRANSMISSÃO	
Fte. Victório Caneppa			INICIAIS DO OPERADOR	
N. Casa Correção de				
Agradeço penhorado gentileza verduras e legumes enviados pt Cordiais saudações pt Filinto Muller				
Assinatura ou rubrica do expedidor:				

Fonte: CPDOC

Em papel timbrado da Polícia Civil do Distrito Federal, Muller referia-se ao diretor de maneira muito mais formal e tratando-o apenas como Tenente Victório Caneppa. Analisando a forma de tratamento dispensado entre os escreventes é possível pensar no grau de intimidade que se dá “na razão direta da cerimônia entre as duas partes” (ALBUQUERQUE, 1960, p.71). Nas cartas é possível perceber questões ligadas aos espaços e cargos ocupados pelos missivistas, relações de poder e como interferem na escrita epistolar conforme aponta Veronica Sierra Blas (2003):

La carta es una representación del orden social: la cortesía, el respeto y el reconocimiento hacia las manifestaciones del poder establecido, representadas em determinados cargos públicos y en personajes de elevada condición social, económica y cultural; eran y son, aún en la actualidad, una escritura invisible que bajo la forma de estos espacios en blanco organiza y modifica el género epistolar em función de unos códigos sociales que establecen las normas que ha de cumplir todo el que dispone a escribir (SIERRA BLAS, 2003, p.126).

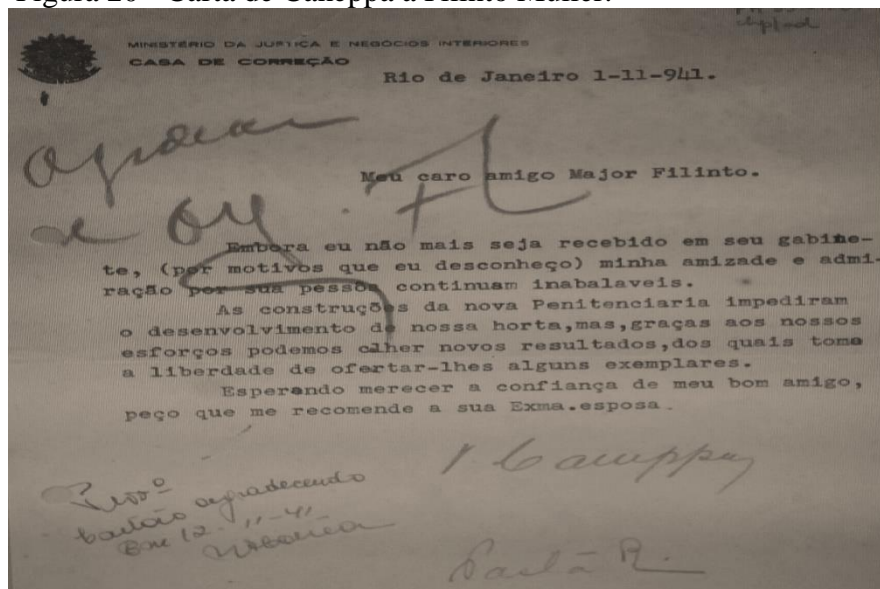
Nesse sentido, as características da carta enviada por Filinto, tem a ver com sua representação enquanto alguém que estava hierarquicamente acima de Caneppa, pois “a escrita de cartas está diretamente ligada à relação que essa prática produz entre escrevente e destinatário, a personalização dos modelos de carta disponíveis, o tipo de carta que se escrever

e as características socioculturais de determinado tempo histórico e geográfico” (ROCHA, 2012). Por outro lado, interessava muito mais ao Tenente estabelecer uma relação de amizade com seu chefe na medida em que “dizer-se amigo de Filinto Muller implica em ser por ele beneficiado em uma situação de necessidade” (Heymann, 1997, p120). Matéria publicada no jornal *O Imparcial*, pode ser um indício de que Caneppea fora beneficiado por Filinto em alguns momentos de sua carreira:

O Ministro da Guerra, tomando em consideração um elogio feito ao tenente comissionado Victorio Caneppea, pelo chefe de polícia do Distrito Federal em consequência da optima administração ao referido oficial na Colônia Correccional de Dois Rios, mandou transcrever o aludido louvor nos assentamentos do dito tenente (*O Imparcial*, 9 de dezembro de 1937).

Uma outra carta demonstra que por algum motivo Caneppea teve acesso proibido ao gabinete de Filinto, o que deve ter-lhe preocupado, já que a proximidade com Filinto era uma demonstração de poder. Sobre a ocasião, alegando desconhecer o motivo e ressaltando a sua admiração pelo Chefe de Polícia, ele escreve:

Figura 20 - Carta de Caneppea a Filinto Muller.



Fonte: CPDOC

Não houve resposta de Filinto quanto à impossibilidade de Caneppea frequentar seu gabinete, restringindo-se o chefe a agradecer o que lhe foi ofertado. Ainda na carta acima é possível analisar a nota com a palavra “agradecer”, o que era comum ser feito por Filinto tendo em vista o grande número de cartas por ele recebidas. Em muitos momentos as cartas eram respondidas por seus Secretários, entre eles Sarandy Raposo (Heymann, 1997).

Para além das relações estabelecidas entre Caneppea e Filinto Muller, duas outras cartas

chamaram-me atenção para a relação de Canepa, sobretudo enquanto diretor da Casa de Correção, com alguns presos políticos conhecidos e com Sobral Pinto, advogado de Luis Carlos Prestes. Cartas estas que tratam da entrega de um livro para Prestes, preso em 1936 e, encaminhado, em 1937, para a Casa de Correção, que tinha como diretor Carlos Lassance. Este possuía uma boa relação com Prestes e foi afastado e preso, acusado de garantir regalias ao comunista. Canepa então foi estrategicamente nomeado para vigiar Prestes que o acusou de tê-lo perseguido até o último dia na penitenciária, ou seja, até ser nomeado diretor da Penitenciária Central, em 1941. A imprensa local noticiou a nomeação de Canepa e as exonerações mencionadas, ressaltando que tais atos ocorreram por conveniência do serviço:

O presidente da Republica assignou decretos exonerando o tenente Victorio Canepa e o bacharel Carlos Vaz Lobo Lassance, respectivamente, director da Colonia Correccional de Dois Rios e Secretario da Delegacia Especial de Seguranca Política e Social da Polícia Civil do Distrito Federal, este por conveniencia do serviço (*A NOITE*, 23 de novembro de 1937).

Exonerando o Bacharel Carlos Vaz Lobo Lassance do cargo em comissão de Director da Casa de Correção do Distrito Federal e nomeando para o referido cargo, o 1º tenente do Exército Victorio Canepa, também em comissão (*Diário de Notícias*, 1 de dezembro de 1937).

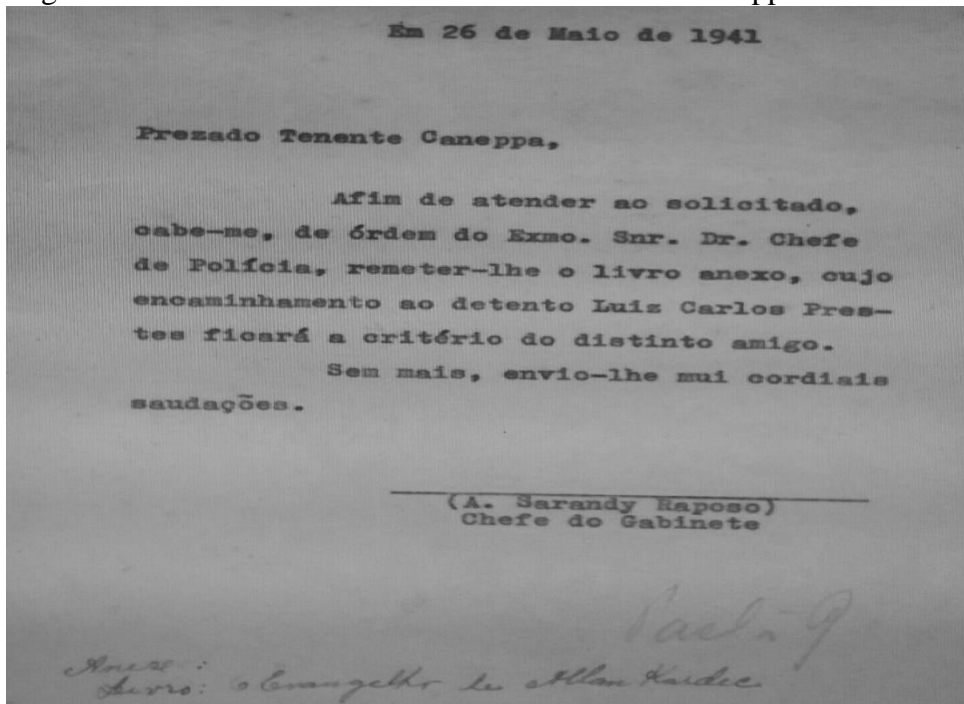
Dênis de Moraes e Francisco Viana (1982) em *Prestes: lutas e autocríticas*, trazem a trajetória política de Prestes a partir de seus depoimentos e do noticiário da imprensa e é possível encontrar os relatos do ex-presos político enquanto esteve sob a guarda de Canepa. Prestes conta que “veio Canepa e a situação agravou-se”, seu isolamento era muito grande e foi feita, especialmente para ele, uma cela que era um verdadeiro túmulo. Harry Berger⁴⁴, alemão comunista e amigo de Prestes, também preso na Casa de Correção e já enlouquecido, gritava a noite inteira e Prestes de um lado escutava o amigo louco e do outro enxergava apenas muros e guardas. Segundo ele, a situação só melhorou depois de um tempo:

A minha sorte era que, depois de um tempo, Canepa relaxou um pouco a perseguição. Permitiu que eu recebesse livros que minha mãe mandava de Paris, Mas era só ele descobrir qualquer coisa errada que imediatamente me punia. A punição era me deixar três meses no cubículo sem livros, nem lápis, nem papel. As punições ocorriam por que, de quando em vez, era descoberto algum guarda que colaborava comigo (MORAES & VIANA, 1982, p.91).

⁴⁴ Preso, assim como Prestes, após o levante de 1935, foi levado para Polícia Especial e viveu em situação ainda pior que seu amigo. Segundo Moraes e Viana (2008), Berger foi colocado num socavão na parte de baixo da escadaria Polícia Especial e por ser alto passava o dia encurvado. Dormia numa esteira, não tomava banho e era espancado todos os dias. A polícia de Filinto Muller, o aterrorizava de todas as formas. Sobral Pinto, seu advogado e de Prestes, chegou a recorrer à lei de proteção aos animais na tentativa de que Berger tivesse ao menos o direito a uma cama e banho. Após tanta tortura Berger enlouqueceu e morreu em clínica psiquiátrica.

A carta de Sarandy Raposo, chefe de Gabinete de Filinto Muller, aponta para o fato de que era mesmo Canepa que decidia se os livros seriam ou não entregues a Prestes:

Figura 21 - Carta do Chefe de Gabinete da Polícia a Canepa.



Fonte: CPDOC

Pelo exposto é possível perceber que a leitura era fundamental na vida de Prestes já que “los libros contribuían a mitigar el desconsuelo acarretado por la condena y el aislamiento” (CASTILLO GÓMEZ, 2016, p.73). No entanto tal atividade dependia da liberação de Canepa: o diretor proibia alguns livros e censurava páginas de outros. Documentário que conta a trajetória de Sobral Pinto, intitulado “Sobral- O homem que não tinha preço” traz a fala do advogado ao relatar um desentendimento com Canepa que ocasionou sua prisão em uma quinta-feira, em que tentou visitar Prestes para entregar um livro:

O Canepa queria me impedir que eu me encontrasse com Prestes. Ele foi posto na Casa de Correção com esse objetivo: impedir as minhas visitas a Prestes. Às quintas-feiras era o dia em que eu visitava o Prestes, então na quinta-feira seguinte eu levei um livro e então como ele não me recebeu, eu fiquei na sala de espera dele, sala de leitura, e fiquei até umas 5 horas da tarde. Acontece que ele resolveu fazer um conserto no gabinete dele e então transferiu o gabinete dele para a sala de espera. Quando eu entrei dei com ele: - quem autorizou o senhor a entrar? – Não, aqui é a sala de espera. Eu entrei por que supunha que era a sala de espera. Ele era um homem alto, forte, ele é tenente de cavalaria, um homem atlético. Ele levantou a mão e ia me dar um soco. Eu abaixei, quando eu abaixei ele rodou, aí eu pulei nas costas dele, eu pulei no pescoço dele. Então ele me prendeu e resolveram então lavar um flagrante de desacato de desobediência e de lesões corporais.

Tal fato ocorreu em 1 de junho de 1938 e Sobral foi preso pela prática dos crimes de desacato e ferimentos leves. Extremamente católico, Sobral escreve uma carta ao Cardeal Dom Sebastião Leme em 9 de junho de 1938, justificando o ocorrido e negando as acusações a ele feitas:

Não posso assim, ser homem de desordem, mas de ordem; de revolução; mas de autoridade; de indisciplina, mas de obediência. Não seria capaz, portanto, de penetrar num presídio para desacatar seu Diretor, dando um funesto exemplo aos meus concidadãos de insubordinação contra as leis justas do meu País. Muito menos, Eminência, iria praticar a inútil loucura de expor a minha vida sem nenhuma finalidade superior, e só pelo prazer de poder dizer, mais tarde, caso conseguisse sobreviver dessa agressão, que era um homem de coragem. A Casa de Correção tem presentemente reforçado o seu destacamento policial- militar, provido, - é bom que saiba -, das mais modernas armas automáticas, e dispõe, além disto, excepcionalmente, de um vasto corpo de investigadores, escolhidos a dedo entre homens de má catadura que se habituaram a não ter o menor respeito para com a vida do seu semelhante; achando-se finalmente, sob a direção de um Diretor, que sendo homem de rara estatura e fortaleza física, é cultor, assíduo, de vários esportes. Como admitir, em tais condições, que eu, em presença de toda essa vasta força material, fosse me aventurar a apelar para a violência física, como instrumento de decisão, quando, pelas razões supra-expostas, ela só serviria para me esmagar? (PINTO, 1979, p.207).

Sobral descreve que Canepa era homem forte e jamais se atreveria a agredi-lo fisicamente, mas além de querer defender-se no sentido de limpar sua imagem, Sobral escreve, no dia 17 de junho de 1938, para Francisco Campos, então Ministro da Justiça e mesmo indiretamente parece indicar uma providência em relação à Canepa. Nesse momento, o que se supõe é que talvez o advogado quisesse sugerir até mesmo a exoneração do diretor:

Sendo você, nesta hora atribulada Ministro da Justiça do Brasil, venho previni-lo do que se está passando, a fim de que você tome as providências que se impõem, não na defesa da minha pessoa, que não está em jogo, mas em defesa da profissão nobre e altiva, que sinto encarnar neste momento, no que ele representa de essencial para a garantia do cidadão brasileiro. Autorizando-o a fazer desta o uso que julgar oportuno e necessário, abraça-o, com o carinho de sempre, o todo seu, Sobral Pinto (PINTO, 1979, p. 210-211).

No entanto, não há nenhum indício de que Canepa tenha sofrido alguma punição pelo desentendimento com Sobral e, com a saída de Francisco Campos e a nomeação de Francisco Negrão de Lima para Ministro da Justiça, a questão fica ainda mais complicada para o advogado. Ele então envia, indignado, carta para Negrão no dia 5 de agosto de 1938:

Fiquei estarecido ao ler o ofício que você enviou ao Canepa a propósito dos meus entendimentos com Luiz Carlos Prestes, Harry Berger e Azor Galvão de Souza, meus clientes, atualmente recolhidos à Casa de Correção. Confesso-lhe, com a minha habitual franqueza, que não o supunha capaz de querer diminuir-me, como o fez, neste ofício de rara infelicidade na sua redação. O tal Estado Novo que vocês inventaram

só produz destes resultados: a inversão de todos os valores. É preciso ter perdido a noção da nossa realidade moral para se admitir a hipótese que um advogado da minha estirpe possa ser posto “sob a fiscalização” de um selvagem como é o atual diretor da Correção, homem sem nenhuma das qualidades intelectuais e morais necessárias para o exercício de funções tão delicadas. Causa pasmo que, após a desautorização pública deste amansador de cavalos quer pelo Ministério Público quer pela Magistratura desta Capital, representados pelo Promotor e pelo Juiz da 1ª Vara Criminal da Justiça do distrito Federal, você se permita humilhar-me, atribuindo a esse Canepa e para ele excelsa e honrosíssima incumbência de fiscalizar a maneira pelo qual eu exerço os meus deveres profissionais. Não, não e não. Urge que você saiba que não estou a mendigar favores (PINTO, 1979, p.212).

Canepa seria um selvagem como afirma Sobral? Impossível é negar, diante de tantos relatos, que Canepa tratava os presos políticos de forma muito distinta dos presos comuns. Se um dia foi “amigo e generoso” com os privados de liberdade sob sua custódia, certamente apenas após a queda do Estado Novo. Mas o caso mais polêmico que envolve Canepa diz respeito a uma presa política: Jean Sarkis. O jornal *Imprensa Popular* noticiou várias matérias que o acusavam de torturar a jovem:

Gravemente enferma, a jovem vem sofrendo todas as brutalidades do regime penitenciário vigente. Somente há dois dias com a intervenção do Wilson Sanos, ficaram patenteados os propósitos do fascinosa Canepa, negando suspender a incomunicabilidade de Jean Sarkis. Esse crime torna-se mais brutal quando a jovem corre perigo de vida, pois se deverá submeter à delicada operação cirúrgica (*Imprensa Popular*, 19 de setembro de 1951).

Todos os tipos de barbaridades, segundo o impresso, foram cometidas contra Jean e todas a mando do Capitão:

O diretor daquele presídio, Victório Canepa, aliciou um tarado para atentar contra a honra da jovem indefesa, altas horas da noite, crime que só não foi consumado em virtude da decidida resistência da valente partidária da paz. Denunciando o crime, Canepa, longe de recuar, continuou suas perseguições, contra Jean Sarkis, culminando com a ordem que acaba de dar aos policiais para transferirem, a força, não obstante o seu grave estado de saúde, para a Penitenciária de Bangu (*Imprensa Popular*, 15 de fevereiro de 1952).

A jovem era vinculada ao Partido Comunista e vista como verdadeira heroína. A moça, segundo o jornal, era torturada pelo carrasco Canepa e sobrevivia às piores condições:

Jean Sarkis está encerrada num cubículo sem cumprir a dieta médica, num colchão apenas. Foi proibida de receber visitas, sua alimentação é a pior possível. Seu estado de saúde se agrava. Em Bangú, para onde quer enviá-la o sádico carcereiro Canepa, não há serviço médico e é justamente por isso que ele insiste no seu propósito sinistro. Quer assassinar aos poucos sem nenhum recurso médico, a corajosa partidária da paz que é Jean Sarkis (*Imprensa Popular*, 12 de março de 1952).

As acusações ao Diretor foram muitas, mas recentemente foi descoberto pelo

pesquisador Marcos Bretas⁴⁵ que Jean Sarkis era na verdade uma espiã infiltrada no Partido Comunista. Será que Canepa desconhecia tal fato? Torturaria uma mulher a serviço do governo? O pesquisador Marcos Bretas encontrou a ficha de Sarkis no Arquivo Público do Estado Do Rio de Janeiro, na qual o chefe do Dops, Cecil Borer, confirma que ela era agente secreta a serviço da polícia. Nos documentos, há declaração do próprio chefe do Dops na época confirmando o esquema de espionagem. Jean Sarkis foi infiltrada no Partido Comunista em 1946. Para dar autenticidade à operação, ela ficou presa por dois anos, foi fichada como comunista no DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública) e condenada. Em 1965, com o nome de Jeanfefe Salomão Coelho, ela entrou com pedido no Dops para que sua ficha fosse cancelada e encerrada sua atividade como espiã. No documento, ela cita os nomes de outros diretores e agentes do Dops, como tendo acompanhado a situação de infiltração pelo Setor Trabalhista do antigo DPPS (Departamento de Polícia Política e Social). O delegado Cecil Borer confirmou, em documento assinado por ele, que Jean Sarkis foi infiltrada e, por ordem dele, encerrou as missões de infiltração e passou a colaborar com outros setores do Dops. Seriam então verdadeiras as acusações contra Canepa no que tange ao caso Jean Sarkis ou parte de uma encenação para ludibriar os comunistas? Não é possível afirmar que sim ou não, no entanto, foi possível perceber as diversas polêmicas que envolveram o nome do Diretor e trazer à tona uma representação acerca desse sujeito muito distinta da apresentada nas páginas de sua revista. Desconfiar de Canepa e interpretar as suas facetas fazem-me melhor perceber os usos que ele, enquanto responsável e editor de *A Estrêla*, fazia de seu impresso.

Nesse sentido, dando continuidade à discussão, o próximo capítulo abordará os escritores do periódico: quem são? O que escrevem? Que discursos esses sujeitos evocam? Quais os temas debatidos? Como o cotidiano na prisão é trazido por esses escritores? O que era permitido escrever? É possível pensar em censura por parte do editor? O que *A Estrêla* silencia? O que Canepa escrevia? Quem eram seus leitores? Convido o leitor a interpretar os usos que o Capitão destinava ao seu impresso e os sentidos das escritas veiculadas na revista da Penitenciária Central

⁴⁵ Informação publicada no jornal *O Globo*, versão online, em 10 de agosto de 2014.

3 ESCRITORES E LEITORES: MOTIVAÇÕES, SUJEITOS E TEMÁTICAS

Ao refletir acerca das tramas e complexidades que envolvem as práticas que se estabelecem no sistema prisional algumas questões surgem ao pensar na produção de um impresso elaborado numa penitenciária: quem são os escritores? Há uma tipificação do jornalismo praticado em unidades prisionais? Quais são os interesses dessas produções? Para tentar responder essas perguntas levarei em conta a seguinte proposição:

[...] a cadeia não é uma miniatura da sociedade livre, mas um sistema peculiar, cuja característica principal, o poder, autoriza qualificá-lo como sistema de poder. Por outro lado, suas hierarquias formais, se bem que devam ser levadas em conta, não podem ser tidas como as únicas ou mais relevantes, pois os aspectos informais das organizações comunitárias são de importância fundamental, se se deseja captá-las no modo concreto de operação. Uma sociedade interna, não prevista e não estipulada, com fins próprios e cultura particular, emerge pelos interstícios da ordem oficial. A interação desses dois modos de vida, o oficial e o interno-informal, rende ensejo, naturalmente, ao surgimento de conflitos, os quais terão de ser solucionados por meio de processos de acomodação (THOMPSON, p.19-20, 2002).

Desse modo, busco refletir acerca de como um jornal produzido em espaço de privação de liberdade se configura como uma organização comunitária dentro da prisão e, se as tramas e dinâmicas para além da ordem oficial estão presentes nas páginas do impresso. Para auxiliar na compreensão dessas questões vale ressaltar a importância do estudo de Flora Daemon⁴⁶ sobre a imprensa carcerária e o fazer jornalístico na prisão a partir da experiência desenvolvida por internos do presídio Evaristo de Moraes na produção do impresso *Em Prol da Liberdade*. Segundo a pesquisadora, os jornalistas aprisionados travam “um embate discursivo com o fazer jornalístico hegemonicamente autorizado sobre o direito de representar um certo perfil humano” (DAEMON, 2009, p. 88), o perfil dos apenados.

É possível identificar a tendência de alguns aspectos ao analisar os textos oriundos da privação de liberdade. O primeiro diz respeito à construção de textos baseados em relatos de vida para garantir a identificação dos leitores privados de liberdade e o segundo está ligado a textos que têm interesse político no sentido de denunciar a precariedade das unidades prisionais, pressionar o poder público e, ao mesmo tempo, se aproximar e demonstrar respeito pela administração do presídio.

⁴⁶ Pesquisa de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense, no Programa de pós-graduação em comunicação: “A imprensa carcerária ou a reinvenção da notícia: um olhar intramuros sobre o fazer jornalístico”, Rio de Janeiro, 2009.

No entanto, *A Estrêla* silencia os conflitos internos existentes que revelam nuances e tramas da vida na prisão no que diz respeito à relação entre os internos em sua convivência, problemas entre a administração e os apenados e pouco se fala sobre dificuldades materiais. Não há questionamentos sobre as práticas existentes, tampouco a Victório Canepa. Compreende-se tal silêncio na medida em que a grande imprensa extra muros faz emergir nos discursos públicos, a referência à condição de monstruosidade dos sujeitos que infringem e quebram a normalidade social (BRASILIENSE *apud* DAEMON, 2009, p. 88) e, no jornal do cárcere, a situação se inverte, como no caso de *A Estrêla*, no momento em que os privados de liberdade são redatores, autores e até mesmo fontes das matérias publicadas no impresso. Verifica-se um movimento no sentido de construir, a partir da escrita, uma representação positiva acerca dos internos da Penitenciária Central como também de seu diretor.

Neste cenário, a prática jornalística no cárcere busca dar visibilidade ao sistema penitenciário e, no contexto complexo em que está inserida, ora permite dar voz às demandas e anseios dos apenados, ora se submete às normas do Estado. Mas, apesar de todas as ambiguidades, percebe-se como a prática jornalística realizada em presídios é um recurso importante na medida em que traz à tona sujeitos invisibilizados e silenciados em seus anseios, apesar das contradições e complexidades que envolvem esse processo. Os escritores do periódico aqui estudado são basicamente os internos, o próprio Canepa, editor da Revista, e alguns especialistas e profissionais da área convidados a escrever. Essas escritas apontam tanto para os sentidos que estas assumem na vida dos apenados, como também reforça o discurso de uma penitenciária humana, o que já vem sendo discutido ao longo dos capítulos anteriores.

A primeira edição da revista traz Victório Canepa como diretor, fundador e responsável pelo impresso, Jacy Monteiro como assistente técnico, A.S. Rangel como redator-chefe, Walter Barros da Silva como secretário e Gilberto César P. de Castro como gerente de publicidade. Quanto aos colaboradores aponta-se que são diversos e sem especificar nomes. Já na segunda edição os nomes mencionados permanecem, no entanto é publicada a seguinte nota:

Todos os serviços prestados a esta Revista quer por parte da Administração, seus Redatores, Compositores e demais funções, são inteiramente gratuitos, sem direito a quaisquer reivindicações presentes ou futuras.

A partir da edição de número 3, o único nome que consta como equipe é o de Canepa. Talvez tenha havido alguma cobrança por parte de envolvidos com o trabalho e os nomes foram retirados a fim de que não houvesse a possibilidade de provar a atuação dos sujeitos no processo de produção de *A Estrêla*. Segundo informações contidas na revista, que podem ser verdadeiras

ou não, toda a renda obtida com a venda do periódico era revertida para as famílias dos internos, o que justificaria um trabalho voluntário por parte da equipe. Mas então se tratando de colaboradores diversos, o que eles nos apontam? Artigo de Flamínio Favero, publicado na *Folha da Manhã* no dia 1 de junho de 1951 e publicado posteriormente na edição de número 4, aborda alguns sentidos dos textos de presos publicados no impresso. Ele diz que “*A Estrêla* está cheia de colaborações reveladoras de tantos mistérios e pensadores que a psicanálise destrincharia com facilidade”:

Abrem suas almas nas mais expressivas tendências assim reveladas, ou então, vestem em temas de emoção os próprios sentimentos. Talvez até nem seja isso, muitas vezes e sem exortações e censuras que a si próprios fazem; clareando pela recordação um caminho errado e animando-se para os novos rumos que desejam seguir, embora nem sempre com ânimo para tanto.

Para interpretar como os apenados escritores “abrem suas almas” trazendo à tona suas subjetividades e sensibilidades que emergem nas páginas da revista, trarei a partir de agora textos que revelam nuances de suas vidas e sentimentos. O que nos contam os internos da Penitenciária Central? O que nos revelam sobre a vida no cárcere?

3.1 A escrita como desabafo: uma forma de amenizar a solidão

A escrita na prisão assume um sentido de grande importância, pois por meio dela, os presos buscam “aliviar tensões e suprir carências mais profundas” (MIGNOT, 2002, p.117). A leitura de diversos trechos de *A Estrêla*, ajuda a pensar nas escritas que emergem do cárcere como uma “tentativa desvairada de abolir a mais difícil das distâncias impostas entre um homem e o mundo” (MORAES, 2000, p.55), que é a prisão. Verônica Sierra Blas aponta a escrita como grande protagonista em espaços de privação de liberdade:

[...] em cualquier historia carcelaria, la escritura se alzaba como protagonista indiscutible: escribir fue clave para resistir en el interior de las prisiones, para hacer posible que los presos y presas no rompiesen los lazos con el exterior, para mantener la moral alta y las ganas de luchar, para conservar la identidad, para sobrevivir a la injusticia, a la tristeza, al pánico, a la desesperación (2016, p.20).

Diante desse cenário a escrita se torna uma forma de superar a solidão, possibilita a ilusão da liberdade tão almejada, torna-se um canal de desabafo e exercício de si, onde “la comunicación mediante la escritura se convierte en una necesidad vital (RUBALCABA

PÉREZ, 2005, p.222). Ao extravasar os sentimentos por meio de escritos, a saudade e o desejo de liberdade são expressos com intensidade nos textos dos autores do cárcere. Escrever se torna um mecanismo de lembrança, de expressar a dor e mostrar o sentido de estar na condição de apenado, de “amanhecer na prisão”:

Você sabe o que é amanhecer na prisão? É um amanhecer triste e melancólico, onde se sente a saudade de tudo e de todos... É ver velhos e moços que passeiam no pátio, sem saber se jamais um dia alcançarão a liberdade.
O amanhecer na prisão é sentir com nostalgia a saudade, a saudade de um passado venturoso; é viver horas e minutos à espera da grande surpresa – a liberdade!!!
O amanhecer na prisão é ter uma vontade louca de retornar ao lar, de viver a vida de amor e de carinho junto aos queridos entes, filhos e esposa... (Ed.3, p.64. Procopinho)

Amores vividos antes do encarceramento, histórias de quem nunca amou. A necessidade de buscar a vida para além do sofrimento, da culpa, das tristezas oriundas das falhas e da consequente prisão, mostram-se presentes:

Do amor...
Eis retratada a vida de um condenado, que outrora nunca amou, hoje sentindo os dissabores da revolta ou, pior, o desfibramento do seu coração, implora da vida somente amor (ed. 4, p.52, Presidiário 1658).

Folheando *A Estrêla* percebo que para os internos é possível “a través de la escritura y gracias a la escritura, lograr vencer el tempo, combatir el sufrimiento y dejar registrada para siempre su memoria, convertida hoy en historia (SIERRA BLAS, 2016, p.35)”. A experiência do confinamento, sem dúvidas, estimula a produção de memória, e o exercício de consciência. Escrever torna-se um processo terapêutico para o encarcerado na medida em que favorece expor subjetividades, esperanças, mas também medos e culpas:

Se arrependimento fosse “absolvição”, os portões desta casa já se tinham aberto para mim! Contudo, resta-me abalizada esperança. Ser compreendido e observado por vós, homem de grandes experiências penitenciárias! Não tenho parentes e nem amigos que me possam ajudar (Presidiário nº 3837, ed. 3, p.62).

Tal escrita oriunda do encarceramento faz também compreender “los prisioneros como individuos que desarrollan su particular universo de lo escrito sorteando las dificultades y restricciones impuestas por la vida privada de libertad” (NAVARRO, 2005, p.19). Segundo (ROCHA, 2004), a decisão de escrever muitas vezes é tomada pela necessidade de reconhecer a realidade e modificá-la. E, diante desse relato o autor realiza um exercício de si, de forma que articula a si próprio diante de determinados valores.

Para interferir na realidade em que vivem, ora esses sujeitos se utilizam de uma linguagem política, ora a linguagem poética se torna um meio de suscitar o universo prisional, as dificuldades da vida no cárcere e revelam a busca por um novo destino. Nesse sentido, a escrita de poemas que emergem da prisão parece ser oriunda de profundo sofrimento, sentimento este que transborda nos versos que nascem entre as grades. É possível perceber que os apenados olham para dentro de si ao escrever, num movimento que traz à tona o passado, as dores do presente, as marcas deixadas pela vida na prisão e o quanto vislumbram a liberdade e um futuro melhor. Talvez esses poemas representem o “grito” de quem queira recuperar a dignidade e a autoestima perdida durante o cumprimento da pena:

Versos de Zé Luiz
 Por crime e por pecado,
 Padece o coração
 De um pobre condenado
 Que ainda sofre por paixão.

Meu sentimento é tão profundo...
 Fui vítima do amor,
 E nada neste mundo
 Pode dar fim à minha dôr!

Imploro então o perdão de Deus,
 Pois do teu amor, ou da tua aflição nem mesmo dos olhos teus
 Posso esperar contemplação
 Sofro tal como Nazareno;
 Vivo isolado do meu lar.
 Mas, como êle, bom e sereno,
 Hei de vencer o meu penar!
 (Presidiário 1776, ed.4, p.10)

Através da leitura dos textos contidos na revista é possível enxergar esses sujeitos para além do crime cometido e perceber o ser humano em suas fragilidades, emoções e sentimentos. Os privados de liberdade escrevem, reescrevem suas histórias, e surgem testemunhos de sofrimentos durante os dias de aprisionamento, além da imensa solidão pertencente ao cotidiano desses sujeitos. Esses escritos trazem “o elemento biográfico a um alto nível de expressividade tornando-os inteligíveis dentro das convenções de determinado contexto histórico e cultural” (CANDIDO, 2000, p. 35) que, neste caso, é o ambiente prisional. Entre os temas mais recorrentes na escrita desses poetas do cárcere estão: liberdade, amor, saudade e a própria prisão. Nessa poesia do cárcere o “amor, de resto, inunda o verso do detento. Há por todos os lados choros, soluços, lábios de coral, saudades, recordações desesperadas, rogos [...] Ser poeta é ser alguma coisa mais do que preso, e um negralhão capoeira, um assassino como Bueno ou o José do Senado, após o testemunho da rima, falam mais livremente e com maior franqueza”

(JOÃO DO RIO, 2008, p. 219). Esses sujeitos, assim como os outros poetas do cárcere, trazem seus testemunhos de vida por meio de seus versos e nesse momento “as representações desveladas permitem que pelo discurso, elas se produzam, num movimento descrito como uma ‘poética da experiência’ onde o narrador se inventa como sujeito da linguagem” (CUNHA, 2000, p. 178).

Mas na Penitenciária Central havia também uma escrita motivada por um tema imposto. Em concurso de poesia com o nome de “Onde está o Poeta”, realizado pela equipe da revista sobre o tema “Com trabalho e disciplina ganharás a liberdade”, teve o texto abaixo eleito como o melhor:

Não sucumbe, camarada!
 Não aumenta teu tormento;
 Pois nem tudo está perdido,
 Nem a vida naufragada.
 Não pensa no longo tempo!
 Vês minh'alma confortada?
 - Quem tem bom comportamento, tem a pena atenuada.

E não é apenas sobre seus sentimentos que os internos se fazem ouvir. Trazem também suas concepções sobre o mundo do lado de fora, questionam a sociedade em que vivem, questionam valores:

Por que não se gastam os dinheiros para matar a fome, o frio; para cessar as pragas?
 Por que não se desbrava o solo, os ares, as ciências no sentido do bem? Por que não vulgarizam os gêneros, a música, as artes, enfim, todos esses valores espirituais que formariam um mundo decente – conservando os filhos, resguardando os pequeninos que nem sabem falar? Por que se invadem as terras alheias com ganância e com ódio? Que exemplos querem dar? (AE, ed. 3, p.29).

Escrevendo sobre temas diversos e publicando artigos que apresentavam forma discursiva elaborada, o Presidiário X⁴⁷, redator da Revista, chama atenção pelas reflexões propostas e pelos belos textos. Sendo assim, destaco a partir de agora algumas das publicações desse autor que considere importantes para seguir interpretando os sentidos das escritas aprisionadas.

3.1.1 Presidiário X

⁴⁷ Esse é o pseudônimo pelo qual o redator se identifica e assina seus textos. Alguns internos se identificam por meio de números, outros com pseudônimos e poucos com seus próprios nomes e sobrenomes.

Enveredar pelos escritos de X levaram-me a uma questão: qual o nível de escolaridade dos internos que colaboravam com a revista? Os textos do redator demonstram um certo nível cultural que o diferencia dos demais, seria então a escolaridade um critério para publicação de textos no impresso? O redator de *A Estrêla* produzia artigos sobre filósofos, sobre o Diretor, sobre execução penal, sobre sofrimentos, sobre suas concepções religiosas:

Lembro-me de Sócrates a propósito de tudo o que se deixou de fazer no mundo, segundo ele e Cristo. Sócrates é mais antigo, mas não foi melhor do que Cristo. [...] E morreu, igual a Cristo, como subversor. Morreu porque, se na época de Cristo havia Judas, ou Pilatos, ou Herodes, na de Sócrates existia Anitis e outros facínoras (AE, ed.3, p.39, Presidiário X)

O interno defendia sujeitos dos quais conhecia as histórias e, sobretudo, defendia seu diretor. Como redator seguia a linha editorial do impresso e seu responsável. Talvez para defender a administração de algum conflito interno, ele chama atenção para o fato de Caneppa ser justo com presos, buscando corrigi-los, recuperá-los, motivo este que deveria levar à paz na unidade. “O diretor ideal, como diz o velho ditado da cadeia, repetido por presos e guardas, é aquele que não é bom nem mau, mas justo (THOMPSON, 2002, p.56)”. Segundo X, Caneppa representa esse gestor:

O Diretor está sempre em seu gabinete, além dos encontros semanais, reuniões semanais. Não sofremos injustiças do conhecimento da Diretoria: há este motivo para seguirmos em paz com a instituição (AE, ed.3, p.19)

Ao tratar da própria execução penal, X era crítico, opinava e elaborava suas ideias de maneira muito coerente. Ao discutir a individualização da pena ele debatia a necessidade abolir a sentença determinada a partir do crime cometido, pois se é o criminoso que deve ser julgado, por que o crime a determinar a pena? Para ele, o crime era um conceito variável de determinada ação lesiva à coletividade. Assim, não importa o crime que haja praticado. Quer-se saber por que e como chegou ao delito e impõe-se que julgado será o criminoso. Explicados os motivos que o levaram ao crime, empreende-se o esclarecimento da procedência ou improcedência dos fatores (AE, ed. 2, p.37).

Segundo Gros (2001) individualizar a pena seria o mesmo que remoralizar, ressocializar. Punir é fazer com que o sujeito culpado assimile normas morais ou sociais. Reforçando o discurso do período, o escritor do cárcere diz que se a função da instituição penal é ensinar, corrigir e readaptar o sujeito socialmente, o tempo de reclusão deve ser proporcional ao tempo de assimilação dessas diretrizes, pois se a intenção da lei penal é corrigir, que fiquem

presos até que se corrijam. E seria possível “corrigir” os internos por meio da privação de liberdade? Essa discussão será feita mais adiante e aqui destaco que X ainda faz observações acerca de suas condições de escrita:

Escrevi pelo tato. Não havia luz depois das 21 horas e já eram 22 quando comecei a escrever numa tira de papel, sobre uma prancha de papelão, sentado à cama (AE, ed.2, p.37).

Veronica Sierra Blas (2016) chama atenção para a importância de perceber as condições que perpassam a produção escrita dos privados de liberdade:

[...] desvelar los usos y funciones dados a la escritura em reclusión, así como determinar sus condiciones de producción y difusión, y analizar sus modalidades de conservación, apropiación e interpretación son tareas necesarias, incluso imprescindibles, cuando de lo que se trata es de comprender de forma global na represión [...](p.19).

Pela capacidade de escrever textos densos e críticos mesmo em condições adversas, parece-me que essa era uma prática de X mesmo antes do encarceramento, talvez tenha sido eleito redator por ter uma formação diferenciada, um nível maior de escolaridade. Seu tempo como redator foi curto, mas significativo. Na edição de número 6 do periódico, outro interno fala da despedida de X, destaca sua importância e deseja felicidades:

Você, que partiu do nosso meio para a tão esperada liberdade! Você, que tão retamente soube acatar e cumprir as determinações disciplinares dessa casa. Você, que, como secretário das comissões, sempre foi um companheiro compreendedor dos seus deveres para com a administração, como para a coletividade...Você, que, como redator e repórter do nosso órgão “A Estrêla” foi sempre um baluarte, um batalhador incansável pelo progresso e pelo desenvolvimento da matéria contida nas suas páginas, para dar assim ao Brasil e a P.C.D.F, uma revista modelo nos assuntos penitenciários. Você, que foi mais que um companheiro, e chegou a quase um irmão, que foi sempre possuidor de todos esses predicados, é também merecedor dos meus votos de felicidade e do meu adeus de amigo. Felicidade, Presidiário X. (AE, ed.6, p.44)

A relevância do trabalho de X fica evidente em um outro artigo onde se conta um pouco da história do “Rei Momo” da Penitenciária Central, aquele que “é gordo, é redondo, mas não é carnavalesco”. Um interno que iniciava suas atividades laborativas na unidade às 5 horas da manhã, pouco falava, mas segundo X possuía suas ternuras:

O que acontece com a sua alma durante a noite não posso adivinhar; nessas horas eu não o vejo e também estou no meu cubículo às voltas com a minha. Mas imagino que este sêr tem um espírito, sei que possui ternuras humanas em seu coração. Sempre me procura para escrever as cartas que manda para casa, querendo saber da saúde da

família e pedindo brôa de milho, de que gosta muito. Depois de escritas, ele quer que leia, a vêr se algum abraço ou beijo ficou omitido (AE, ed.4, p.35).

Segundo Glaucia Diniz Marques (2008), é uma prática muito comum, entre os que não dominam ou dominam pouco a prática de escrita, delegar a outrem a tarefa. O escritor torna-se então até provável criador, na medida em que interfere com suas ideias e conhecimentos. Possivelmente, X assumia esse papel importante também na vida de outros apenados, o que possibilitava a comunicação destes com o mundo para além das grades. Prática esta que ocorre de distintas maneiras e em diversos contextos sociais, como aponta Judith Kalman (2002):

El trabajo de ler y escribir para otros há sido realizado de distintas maneras según el entorno social y el momento histórico. A veces los escribanos eran copistas, es decir, reproductores humanos de diferentes tipos de textos y documentos. En otras ocasiones se convertían en la mano y la mente de los poderosos. También había quienes fungían como intermediários para otros pudieron hacer uso de la lengua escrita (p.288).

A função de X enquanto intermediário da comunicação dos internos fez-me atentar para outros tipos de escritas que circulavam na Penitenciária, no caso a epistolar. Para Foucault, “a carta faz o escritor ‘presente’ àquele a quem dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da vida, das suas atividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de presença imediata e quase física” (1992, p. 149). Esse cenário permite compreender a importância do papel do redator em questão, pois “la limitación de las visitas y los contactos epistolares constituyen de hecho una especie de pena accesoria que se agrega inconmesuradamente a la condena” (CAFFARENA, 2005, p.121). Escrever na prisão torna-se uma possibilidade de resistência frente às penalidades e ao esgotamento físico e mental, um espaço para refletir e para sentir afeto apesar das condições desumanas da vida no cárcere:

[...] la lectura y, sobre todo, la escritura, se alzan como una forma de resistencia, como una manera de mantener su cohesión, su integridad. La escritura se convierte para el prisionero en un medio privilegiado para lograr el reconocimiento de los restos de la conciencia propia. Escribir, cuando se hace de una manera consciente e creativa, cuando pretende ser algo más que un juego, ayuda a extraer el sentido de la propia existencia. La escritura es el medio exclusivo en el que se cosifica el proceso del pensamiento y por consiguiente, la única plataforma para lanzarnos a la aventura de entender, de explicar y de asimilar. A partir del estudio del pensamiento fijado, detenido, plasmado en un soporte, se puede conocer, lo que se supone, en resumidas cuentas, insertar algo en lo real y, por tanto, modificarlo. Este es el valor de la poesía, de las palabras, de la creación: modificar la realidad (RUBALCABA PÉREZ, 2005, p.234).

A escritura carcerária elaborada em condições em que viver é uma luta constante, se configura como uma forma de reconstruir a identidade perdida e dar continuidade à vida apesar

das adversidades e clausura, das péssimas condições, e de “los insultos, las vejaciones. Se escribe, em resumen, para poder seguir siendo persona” (RUBALCABA PÉREZ, 2005, p.235). Diante de todas as reflexões sobre os sentidos da escrita na prisão, quantos outros além de “Rei Momo” delegavam a outrem essa tarefa? O que revela *A Estrêla* sobre o nível de escolaridade dos internos? Segundo Canepa, em relatório sobre as atividades do ano de 1951, publicado na íntegra na revista, 34,8% dos presos da unidade eram analfabetos:

Como se vê, bem altas são as finalidades desse curso, pois além de possibilitar ao penitenciário seu aprimoramento intelectual e meios de um futuro próximo ingressar em curso superior, abrindo-lhes horizontes para nova vida, constitui também, um incentivo à disciplina interna, visto que é o mesmo, pelas exigências de matrícula, um prêmio ao preso de bom comportamento (AE, ed. 10-11-12, p.58).

O texto do diretor leva à reflexão de diversas questões. Na citação acima, Canepa menciona a garantia ao desenvolvimento intelectual dos internos, mas trata a educação como recompensa. Direito garantido a somente aqueles que se comportam dentro dos padrões. O que leva a pensar que a escola da Penitenciária Central era um espaço destinado ao “bom preso”. Mas quem são os internos exemplares? Era uma prática de Canepa instituir prêmios para os privados de liberdade que se comportavam de maneira exemplar. Algumas das propostas por ele implementadas já foram mencionadas no primeiro capítulo dessa tese, mas em trecho abaixo deixa clara a intenção do diretor:

Posteriormente, e dado o elevado quociente dos casos positivos de regeneração, outros benefícios foram se estabelecendo visando o mesmo objetivo, até no governo nitidamente reformador do Sr. Getúlio Vargas surgiram diferentes códigos mais humanizados para serem aplicados na Justiça civil e militar do país e logo depois os prêmios “Getúlio Vargas” e “Getúlio Vargas Filho” (o saudoso Getulinho) prêmios esses que, já agora acrescidos do “Prêmio D. Darcy Vargas”, este exclusivamente destinado às mulheres delinquentes de exemplar comportamento e aqueles aos sentenciados em idênticas condições: o nosso atual diretor cogita de revigorar e estabelecer no período de governo ora em vigor. Conforme se vê, a condição essencial para se obter esses e outros benefícios legais é o exemplar comportamento na prisão, circunstância, aliás, que importa ainda na conquista de outras regalias que se faculta aos presos que façam jús a tais benefícios (AE, ed.1, p.8).

Augusto Thompson⁴⁸, autor com o qual tento dialogar nesse capítulo, em seu livro *A Questão Penitenciária*, relata um fato ocorrido na Penitenciária Lemos Brito, nome que recebeu

⁴⁸ Augusto Thompson Lecionou Direito Penal e Criminologia na Universidade Cândido Mendes . Exerceu os cargos de Procurador do Estado da Guanabara (1963) e do Rio de Janeiro, foi Superintendente do Sistema Penal do Estado da Guanabara (1965), presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro em duas administrações (1983 e em 2003), Diretor Geral do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e Chefe da Comissão de reforma do Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Foi Vice-presidente do Instituto Carioca de Criminologia (2005). Autor de livros na área de Criminologia.

a Penitenciária Central do Distrito Federal anos mais tarde. Na ocasião, Thompson era Superintendente do Sistema Penal do Estado da Guanabara e esteve com um interno considerado de ótimo comportamento:

Numa solenidade festiva, na Penitenciária Lemos Britto, presentes várias figuras da alta administração do Estado, servia como garçom, um interno que era exibido como o exemplo mais convincente da capacidade regeneradora da prisão. Condenado a mais de cem anos, pela soma das penas recebidas em inúmeros delitos violentos, ostentava a estrela amarela, símbolo do excelente comportamento carcerário. Respeitando rigorosamente as normas disciplinares, colaborava eficientemente com a administração, na tarefa de manter em paz a rotina da casa. Era eu, na época, o Superintendente do Sistema Penal. Conversava com o Promotor Silveira Lobo, quando o mencionado rapaz nos serviu de bebida, aproveitando para trocar algumas palavras comigo. Após afastar-se, comentei com meu interlocutor: - É, parece que este homem está mesmo, recuperado. Silveira Lobo demorou-se um pouco seguindo com a vista o interno, objeto do comentário. Depois soltou vagarosamente: - É... Está muito diferente do menino que conheci, logo que caiu nas mãos da Justiça. Engordou, exhibe formas mais arredondadas; os olhos estão meio baços e, em geral, fitam o chão; curva-se com bastante servilidade, diante das pessoas; a voz mostra um certo acento feminino, move-se com lentidão, cuidadosamente, quase diria com receio; formalmente respeitoso, parece preocupado em, por qualquer distração, deixar de cumprir algum comando regulamentar; na pequena conversa que teve com você, sugeriu um intriga entre um guarda e um companheiro. É... daquele jovem atrevido, enérgico, topetudo, independente, altivo, não restou nada. E terminou, com triste ironia: - Foi uma bela regeneração... (THOMPSON, 2002, p.13-14).

Thompson faz-me perceber pelo texto questões muito relevantes. A primeira delas é o fato de que a marca da administração de Canepa sobreviveu por alguns anos mesmo após sua saída. A estrela que enfeitava os internos de bom comportamento, ideia de Canepa e que acabou por inspirar o nome de seu periódico, lá estava na década de 1960, quando a Penitenciária Central já havia mudado de nome e possuía outro diretor. Outro ponto fundamental é pensar em como se comportava o preso exemplar, pois certamente era aquele frequentava a escola e que trabalhava na redação da revista. Desta forma, ser um preso ideal é ser aquele que se submete às regras, que não cria tumultos, que relata à administração o que se passa na unidade, que se mostra cabisbaixo e submisso, sem autonomia, sem iniciativas. Adaptar-se a ser um bom preso será um aprendizado útil à vida extra muros? Adaptar-se à vida na prisão, parece-me apontar o oposto das necessidades e aprendizagens necessárias para a vida em sociedade, como aponta Augusto Thompson:

Parece, pois, que treinar homens para a vida livre, submentendo-os às condições de cativo, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas (THOMPSON, 2002 p.12-13).

Cabe destacar a grande contradição de uma instituição que, por mais que reforce um discurso pedagógico torna-se, por suas ambiguidades, um espaço antieducativo:

Como a prisão, que é antieducativa em si, pode oferecer às pessoas que não pediram para estar lá e que só raramente reivindicam programas educacionais, uma possibilidade de contar com aprendizados úteis no seu momento presente e que lhes servirão até a sua saída? A menos que se considere, como alguns, que repressão e educação são as duas faces da mesma moeda (MAYER, 2013, p.34).

Se o redator X possuía um nível mais alto de escolaridade, ponto alto para sua atuação na equipe do periódico, era possível também supor que apresentasse o comportamento do preso tido como exemplar. Talvez esse sujeito, pelo papel que parecia representar entre os internos, tinha o perfil desejado frente à administração e, ao mesmo tempo, um líder diante dos demais presos. Comportamentos e perfis que ressaltam toda a ambiguidade e contradição que perpassa uma unidade prisional. A direção necessita do interno que se submete ao que é imposto e precisa também de líderes que entendam as ordens da administração e, ao mesmo tempo, ajudem a comandar e manter a tranquilidade na instituição:

Nos sistemas de poder, se o dominador não dispõe de força bastante para, sozinho, manter a massa subjugada só lhe resta a alternativa de selecionar, dela, uma parte, preferencialmente composta de líderes, para ajudá-lo nesse mister. Como é intuitivo, para atingir tal desiderato, terá de conceder vantagens aos coadjuvantes (elevados à posição de aliados) (THOMPSON, 2002, p.51).

Em um contexto em que mais de 30% dos internos eram analfabetos, é possível deduzir que boa parte da população prisional do período possuía baixa escolaridade, creio que poucos eram os internos que preenchiam os pré-requisitos para atuar e colaborar com a produção de *A Estrêla*. Haveria de ser este um preso exemplar e que ainda dominasse as práticas de leitura e escrita. Diante desse cenário, se faz importante suscitar outros dados importantes trazidos por Caneppa, acerca da escolarização oferecida na unidade. Segundo ele, no ano de 1951, um total de 629 presos de “bom comportamento” foram matriculados, com a desistência de 375 alunos. Tal fato leva à reflexão de que a educação na prisão raramente é acolhida como uma oportunidade (MAEYER, 2013). Além disso, não como há saber se a escola que atendia esses sujeitos dava conta das demandas e anseios dos internos, no mais, seria mesmo intenção de Caneppa garantir aos internos aprimoramento intelectual ou apenas manter a ordem na unidade? Trecho abaixo suscita a questão:

A demanda por educação na prisão é paradoxal: ela vem frequentemente da administração que tendo, sem dúvida, medo do ócio, realiza atividades que permitirão

aos detentos suportar o menos mal possível a perda de sua liberdade. Competições esportivas e recreativas, a religião, possibilidade de trabalho em oficinas, formações profissionais e cursos, às vezes são oferecidos aos detentos – isso depende dos países e dos continentes. Além do bem estar físico, social e intelectual que essas iniciativas devem trazer, elas são destinadas, sobretudo, a manter a calma no interior da instituição (MAEYER, 2013, p.34).

Para além da escolarização e, como já mencionado em diversos momentos, Canepa falava de uma unidade prisional pedagógica. Frédéric Gros (2001) ajuda a melhor compreender o discurso de Canepa quando expõe o fato de que no pensamento ocidental, desenharam-se quatro centros de sentido para a pena, elaboraram-se quatro sistemas de justificação, articularam-se quatro discursos:

- um discurso sagrado ou moral, suspenso de um interdito ou de uma norma universal transgredida. Punir é recordar a lei: em que se trata de cerimonia sacrificial e de expiação, de repressão dos corpos e de penitencia das almas, de obediência dolorosa a si mesmo e da psicanálise da necessidade de punição; em que o castigável aparece como traidor, maldito, ou legislador do seu próprio sofrimento;
- um discurso político – econômico que pretende regular-se pelos interesses imanentes de uma sociedade ameaçada. Punir é defender a sociedade; em que trata de ou de simbólicas sociais, de proteção da segurança ou das liberdades públicas, de conservação da propriedade e de cálculo dos custos; em que o castigável assume as figuras do monstro doente, do inimigo, do pequeno déspota, do enganador e do mau calculador;
- um discurso psicopedagógico que pretende obter pela pena a transformação do condenado. Punir é educar um indivíduo: em que se trata de regeneração e de culpabilização, de condicionamento e de emenda; em que o castigável será considerado um indivíduo educável;
- um discurso ético- jurídico que tenta ultrapassar o lado ético da vingança para pensar um justiça relacional. Punir é transformar o sofrimento em infelicidade: em que se trata de reconhecimento e de estima de si, de rivalidade e de desafio, de pedaços de caminho partilhados entre a vítima e o criminoso (p.11).

Todas as questões perpassavam as práticas existentes na Penitenciária Central, mas como já mencionado, o sentido que Canepa elegeu para divulgar seus projetos foi o psicopedagógico. E como os escritores privados de liberdade abordam essa Penitenciária, dita humana e pedagógica, nas páginas do impresso?

3.1.2 “Penitenciária sim, mas humana”

Inspira o título desse subitem o texto de um privado de liberdade que descreve a Penitenciária Central simulando a percepção de um visitante que adentrava a unidade pela primeira vez. A descrição dos guardas e dos internos busca mostrar um ambiente harmonioso

que se parece mais, palavras do próprio interno, com um estabelecimento universitário do que uma prisão. Em um discurso que busca desconstruir a imagem negativa de internos e agentes penitenciários que faz parte da opinião pública e onde a penitenciária é vista como um enorme edifício, lúgubre, sinistro, de paredes, grades e muralhas acabrunhadoras, onde estão amontoados mil, dois mil ou mais presos (MIOTTO, 1992), ele diz:

Quem vem visita-la, logo a entrada fica bem impressionado. Guardas atenciosos, vestidos de um uniforme composto de: blusa branca, de mangas compridas; gravata preta, um distintivo sôbre o bolso da esquerda, calça de casimira azul marinho e sapatos pretos, não trazendo arma alguma – causam logo boa impressão. Vemo-los por toda parte em perfeita comunhão entre os reclusos, num ambiente de perfeita harmonia, respeito e confiança. Quanto aos presos, quem pensa encontrar homens mal encarados, trazendo ódio estampado nas faces, cabeças raspadas, metidos na velha zebra, cheios de números no peito ou nas costas, muito se engana. Não existe nada disso na Penitenciária Central do Distrito Federal (AE,ed.21, p.29)

Causar boa impressão era o lema de Caneppa e os textos dos internos reforçavam a ideia de uma prisão ideal. No entanto, por mais que o diretor buscasse suscitar uma representação inovadora e pioneira sobre o caráter humanizador do tratamento destinado aos seus custodiados, os protestos humanitários contra a prisão são tão antigos quanto ela própria e aparentam-se em geral com a necessidade de reajustar periodicamente a pena aos limiares da tolerância em vigor (PECH, 2001). Nesse sentido, o que pretendo aqui é interpretar quais as práticas e discursos humanizadores perpassam *A Estrêla* e refletem as ações realizadas na Penitenciária dirigida pelo Capitão, a partir do entendimento que esse discurso humanizador da pena não é característica específica do período aqui estudado:

Cabe destacar, ainda que de modo sintético, a percepção de que todas as instrumentalizações que as perspectivas da economia política da penalidade puderam desvelar na relação entre Estado e punição fizeram-se sempre no acompanhamento de atribuições de sentidos racionais, humanizantes e civilizatório das penalidades, os quais foram incorporados nos discursos oficiais e até operacionalizados por meio de políticas públicas (CHIES, 2013, p.25).

Dentre as práticas instauradas pelo diretor havia uma data festiva no mínimo bastante curiosa: o dia do encarcerado, momento que contava com a participação de visitantes ilustres, religiosos e jornalistas. O que se observa é que esse momento festivo tinha como objetivo atrair os olhares para penitenciária e criar a ideia de uma suposta alegria dos internos tendo em vista a “maravilha” de gestão, uma unidade prisional que se configurava como um espaço bom para se viver. No mínimo intrigante supor que haja motivos para comemorar o fato de estar privado de liberdade. É possível pensar em questionamentos quanto ao fato de tornar o encarceramento

um motivo de festa e o trecho abaixo, de um repórter interno, traçando um paralelo entre do dia do encarcerado e a data de libertação dos escravos, já que ambas na mesma data, parece querer justificar a comemoração:

O Dia dos encarcerados e o Dia da Libertação dos Escravos encontraram-se 63 anos depois de decorrido este último. Seria algum feliz propósito que para sempre essas datas se unissem; elas nos dizem muito sobre a sociedade, fala-nos da prisão e sociedade, não como simples faces da vida marcando essa epopeia que é a nossa passagem pelo mundo. Todos nós temos uma história, que ampliada, é a história da sociedade onde vivemos. Logo, não é de se admirar que numa prisão haja festa, pois festa é comemoração, e deve ser interpretada, antes de tudo como uma expansão de sentimentos – coisa que só morre com a gente. [...] O repórter não pretende descrever o seu pensamento, mas que fazer se ele observou o que descreve... (AE, ed. 2, p.17-18).

No entanto, texto de outro presidiário, também se referindo à data festiva, fala de toda tristeza que sente pelo fato de estar preso. Não culpa a instituição, não faz reclamações, ao contrário, culpa-se pelo ato cometido que o levou à prisão e de certa forma agradece por sentir-se menos solitário pela iniciativa e participação das famílias e outros sujeitos da sociedade livre em atividades na unidade. No entanto, expondo sua angústia ele diz que apesar de tanta “boa vontade”, sua infelicidade é grande e nada ameniza a vontade de ser livre:

[...] não podemos dizer, contudo, que somos realmente felizes, apesar de tôdas as demonstrações de boa vontade encontrada em todos vós, em homens ilustres, amigos e entes queridos. E por que? – porque em nossos corações ainda existe, como fantasma, a dolorosa lembrança de um instante impensado. O desejo de liberdade é a nossa maior ambição. A dor, a culpa, a solidão – amenizadas por: Sentimo-nos seguros no meio desta tormenta, por que não somos aquela ilha isolada, temos os vossos carinhos e o vosso reconhecimento (AE, ed.13, p.59)

A citação acima retrata, mesmo que de maneira sutil, as ambivalências do ambiente prisional por mais que este se caracterize por uma proposta mais humana de tratamento. Para alguns autores, a prisão nunca será um ambiente acolhedor para projetos humano-dignificantes, nunca será um espaço de dinâmicas coerentes com uma única diretriz. O sistema prisional é complexo e paradoxal. Essa é a natureza da prisão assim como a violência – simbólica e concreta – permeia todas as suas dimensões e atinge todos que com ela se envolvem (CHIES, 2009). Possivelmente, Canepa não concordaria com essa concepção já que todo seu esforço se deu na intenção de mostrar que a Penitenciária Central se caracterizava como espaço acolhedor e portanto os presos teriam até mesmo motivos para comemorar a “estada” na unidade. O fato é que quaisquer fossem as iniciativas, como relata o texto do interno, a infelicidade é apenas amenizada. Corroborando com a discussão aqui levantada, Julita

Lemgruber (1999) traz para reflexão a ineficiência da prisão e como se caracteriza como um equívoco histórico:

[...] a defesa da melhoria do sistema penitenciário não deve ser considerada uma postura reacionária ou idealista, na medida em que se advogam mudanças em uma instituição reconhecidamente falida, que serve para manter a lógica do Sistema de Justiça Criminal e o status quo. Enquanto não for possível nos livrarmos desse equívoco histórico que é a prisão, não podemos, simplesmente, ficar de braços cruzados. Homens e mulheres são condenados à prisão todos os dias e não acredito que procurar minorar o sofrimento dessas pessoas corresponda a legitimar a ideologia que defende o aprimoramento do sistema prisional para continuar legitimando seu uso, com a justificativa hipócrita de que os infratores vão para as prisões para serem “ressocializados”. A posição advogada aqui é muito diversa (p.161).

A prisão ressocializa, regenera? Torna-se possível pensar em reintegração social? Muitos são os “re” trazidos nos discursos que remetem à privação de liberdade. O texto abaixo, intitulado “O problema social do egresso”, comenta a reincidência por conta da dificuldade que os ex-presidiários encontram ao retornarem à sociedade livre. A concepção desse apenado é que a prisão tem a função de reeducar, curar o privado de liberdade. No século XIX a tônica do confinamento carcerário, que antes recaía sobre o alvo escarmento, passou a dar ênfase especial à meta reabilitação. Designada, indiferentemente, por terapêutica, cura, recuperação, regeneração, readaptação, ressocialização, reeducação, ora é vista como semelhante à finalidade do hospital, ora como à da escola (THOMPSON, 2002). Para o interno escritor todo o esforço regenerador da prisão de nada vale, caso não sejam solucionados os problemas que afetam sujeitos sociais tão estigmatizados quando estes transpõem os muros e grades:

De nada vale o esforço reeducacional da sociedade ao sequestrar o indivíduo numa prisão, afastá-lo de seu seio, quando não lhe proporciona, posteriormente, elementos que assegurem o resultado 100% eficiente de sua cura. Os dados estatísticos da reincidência são provas eloquentes e irrefutáveis de nossa afirmação. O egresso não encontrando ambiente favorável à sua integral recuperação, deixa-se conscientemente levar de novo para o terreno perigoso do crime, não por que queira tal, mas forçado pelas hostilidades provocadas pela sociedade que o puniu e não lhe deu elementos para reerguer-se satisfeitas suas exigências (AE, ed.9, p.37).

Os textos de *A Estrêla* jamais responsabilizam a própria prisão pelo fracasso, não expõem a sua ineficiência. Poucos são os que relatam algum problema da Penitenciária Central e, se mencionado, tratam de eximir Caneppe de qualquer responsabilidade. A ineficácia da prisão é sempre justificada pela ausência de recursos materiais, número deficiente de profissionais de tratamento e quanto à incapacidade dos guardas de ajudar os presos na reabilitação (THOMPSON, 2002).

As atuais instalações da Penitenciária Central do Distrito Federal, que diga-se de passagem, são destinadas ao futuro Presídio do Distrito Federal, apesar de modernas e bem projetadas, ressentem-se da falta de maior número de oficinas que permita aos seus administradores cumprirem totalmente os postulados da educação técnico-profissional, tão indispensáveis à solução do problema da criminalidade entre nós. Com os meios existentes, quer materiais, quer humanos, pouco mais do que é feito atualmente será tentado; estamos porém, certos de que aquilo que for possível fazer nas condições atuais o nosso diretor fará. Ele é um estudioso do problema da moderna técnica de administração penitenciária e como tal está nas condições para resolver estes problemas (AE, ed.4, p.26).

Caneppa era representado enquanto um estudioso, aquele se esforçava para que o melhor fosse oferecido aos internos e parece-me que tinha o propósito de fazer com que aqueles sujeitos acreditassem que estavam na cadeia para seu próprio benefício. Dentro dessa lógica, estão ali a fim de serem melhorados e salvos e se ainda não foi conseguido, o foi por uma série de circunstâncias meramente eventuais e acidentais que, em breve, serão removidas, à força do trabalho entusiástico que se desenvolve com vistas a tal desiderato (THOMPSON, 2002).

Os textos dos escritores apenados mostram como as contradições e complexidades existentes no sistema prisional não eram pauta da revista. Vinculando as práticas de tratamento penitenciário à crença nas filosofias “re”, pouco falava-se dos efeitos perversos do encarceramento. Tal questão faz pensar se é possível mesmo crer, como Caneppa pretendia e como os apenados expunham, por acreditarem ou na tentativa de agradar o diretor, que de fato é possível superar a violência imposta pelo aprisionamento, ou no máximo reduzir seus problemas e consequências:

As filosofias “re”, em que pesem suas diferenças, têm em comum a capacidade de mascarar não só a complexidade das sociedades e de seus fenômenos e instituições, mas também suas inerentes contradições. Ofuscam, ainda, a atuação seletiva do sistema penal, a qual se alimenta da vulnerabilidade de categorias sociais num contexto de contradições. Por último, em nossa perspectiva trata-se de algo indeclinável se ter em mente uma premissa ainda mais fundamental, a de que o “bom presídio” é um mito... Mesmo as mais adequadas e salubres estruturas, acompanhadas de dignos serviços de hotelaria e do acesso aos direitos da utopia da pena neutra, não retiram- apenas anestesiaram- os efeitos perversos do sequestro. A prisão é uma instituição antissocial, deturpa qualquer possibilidade de reprodução de condições mínimas de sociabilidade saudável, motivo pelo qual é muito difícil se realizar análises que, ao final, concluam por uma solução dos seus paradoxos. Nenhuma conclusão será pelo melhor, mas sim pela possibilidade de sua redução de danos ou por sua abolição (CHIES, 2013, p.33).

Punir é castigar, a privação de liberdade leva ao sofrimento. Nessas condições é possível de fato efetivar e garantir o sucesso de uma ação pedagógica? Para Thompson a “ilusão de que a pena de prisão pode ser reformativa mostra-se altamente pernicioso, pois, enquanto permanecemos gravitando em torno dessa falácia, abstermo-nos de examinar seriamente outras

viáveis soluções para o problema penal” (2002, p.96). Falácia ou não, Canepa em muitos dos seus textos expõe a sua forma de conceber o espaço prisional e apresentava o que para ele era o caminho para alcançar um espaço regenerador e pedagógico. Nesta direção, a partir da compreensão de que o mundo prisional é bem mais complexo e contraditório do que é possível perceber em *A Estrêla*, trarei a partir de agora os escritos de Canepa.

3.2 Os artigos de Canepa: escrita especializada

Canepa assinou diversos artigos em sua revista, mas elegi para este capítulo⁴⁹ quatro deles, por se tratarem de textos que abordam questões importantes a respeito das práticas instauradas na Penitenciária Central e os traços mais marcantes do discurso do diretor. Esses escritos elucidam acerca do que Canepa intitula sua Ciência Penitenciária, que é definida por Armida Bergamini Miotto (1992) como o conjunto de estudos sobre a realidade das prisões, da vivência de problemas e suas soluções, da arquitetura e do que possa interferir ou relacionar-se com a dicotomia execução-cumprimento da pena, buscando humanizar a vivência nas prisões.

Apesar do número de artigos publicados, Canepa não foi um autor de livros, como já mencionado anteriormente, o que talvez seja um dos motivos do seu não reconhecimento enquanto um intelectual na área. Escrevia sobre diversos temas e sobre suas experiências e análises a respeito de outras penitenciárias, dentro e fora do país. A seguir o quadro com todos os artigos de Canepa publicados em *A Estrêla*:

Quadro 16 - Artigos de Victório Canepa publicados em *A Estrêla*

ANO E NÚMERO	DATA	ARTIGOS ESCRITOS POR CANEPPA
½	Maio de 1951	Significação da Estatística Criminal
1/3	Junho de 1951	Prisão de Alcatraz Inversão Sexual A Liberdade de Pensamento na Penitenciária Serviço Religioso e Moral nas Prisões Assistência Social aos Presos e a Família Significação da Estatística Criminal Programa de trabalho A Influência da Arquitetura no Progresso Penitenciário
¼	Julho e Agosto de 1951	Western State Penitentiary (Pittsburgurgh) Casa da Custódia e Tratamento Significação da Estatística Criminal Prisões Abertas
1/5	Setembro de 1951	A mulher é ou não é mais criminosa do que o homem?

⁴⁹ No capítulo 4 serão abordados outros textos de Canepa, além dos demais já discutidos ao longo dos capítulos 1 e 2.

Bureau Federal de Prisões		
1/7 e 8	Nov. e Dez. de 1951	San Quentin (California State Prison at San Quentin) “Probation” e “Parole” A mulher é ou não é mais criminosa que o homem?
2/9	Janeiro de 1952	California Institution for Women “Tehachapi”
2/10,11 e 12	Fev., Mar. e Abr. de 1952	Programa de trabalho para o ano de 1952 Medical Center for Federal Prisons Springfield
2/ 13 e 14	Maio e Junho de 1952	Penitenciária Estadual de Graterford
2/15,16 e17	Jul, Ago. e Set. de1952	Penitenciária de Joliet
2/18	Outubro de 1952	Os três malhos
2/ 19 e 20	Nov. e Dez. de 1952	Index Analytique et des Noms
3/23 e 24	Março e Abril de 1953	Mancha reminiscente no sistema penitenciário francês O negro criminoso
3/27, 28 e 29	Jul., Ago. e Set. de 1953	Prisão Aberta Deus e as prisões Revoltas e Motins nas Prisões
4/33 e 34	Jan. e Fev. de 1954	A Penitenciária Agrícola de Neves As prisões Brasil afora
4/35,36 e 37	Mar., Abr. e Maio de 1954	As prisões Brasil afora. Rio Grande do Sul
4/38 e 39	Junho e Julho de 1954	Penitenciária Central do Distrito Federal Trabalho Prisional

Dentre os textos elencados trabalharei com os seguintes: “Inversão Sexual”; “A Liberdade de Pensamento na Penitenciária”; “Serviço Religioso e Moral nas Prisões” e “A Influência da Arquitetura no Progresso Penitenciário”, pois tratam das vivências de Caneppa na instituição e, sobretudo, o texto acerca da arquitetura prisional, deixa claro o projeto de prisões que atravessou sua atuação.

Para iniciar essa discussão é importante trazer a proposta de Caneppa no sentido de tornar sua gestão democrática. Como se dava esse processo? No artigo “A liberdade de pensamento na Penitenciária”, ele relata que reunia-se semanalmente com representantes da massa carcerária a fim de que fossem atendidas as demandas dos internos:

Todos nós somos escravos. Escravos das convenções sociais, escravos do dever, da dignidade, do amor, da ética, do segredo profissional, enfim, do nosso próprio eu. A liberdade de pensamento na Penitenciária Central está condicionada apenas aos princípios supra-citados e à orientação amiga dos presos, não só pelos funcionários da Casa, como por mim nas Reuniões semanais, reuniões estas que dão ao prês, através do orador presidiário que os representa, o direito humano e justo de apresentar ao Diretor da Penitenciária o pensamento individual e coletivo da sociedade carcerária (ed.3, p.35)

A prioridade de Caneppa era manter a calma e a ordem. Para alcançar tal fim, ele fazia diversas negociações e oferecia prêmios, como os que já mencionados. A condição para se alcançar “regalias” na Penitenciária Central era o bom comportamento. Educação como prêmio, liberdade antecipada como prêmio e certamente possibilidades de trabalho também como prêmio. Tratava-se mesmo de uma gestão democrática? Os direitos eram garantidos a todos os internos? Não é possível afirmar nada a esse respeito, mas trabalho com as pistas que Caneppa

deixou. Augusto Thompson ajudou-me refletir sobre o papel do diretor da prisão ao enfatizar que este “almeja ser em maior ou menor grau, um regenerador de homens – seja movido por idealismo, seja movido por interesses pragmáticos ou egoístas” (2002, p.31). Portanto, acredito que todas essas razões moviam o trabalho do Capitão. Sobre a liberdade de pensamento na unidade, afirma:

Nêsse ponto, meus caros ouvintes, é que cumpre-me falar sôbre a liberdade de pensamento na Penitenciária Central. Ela existe, não como uma utopia, mas sim, como uma realidade. Sendo o psiquismo humano insondável, não poderia, ainda que o desejasse, exercer ou fazer exercer sôbre os cérebros dos homens, que se encontram nêste Estabelecimento Penal, uma censura inter-craniana. Cabe-me, apenas orientá-los, através da Secção de Psicotécnica e Ensino, dando-lhes consêlhos técnicos e de caráter paternal, colocando-me à disposição de seus anseios, suas inquietudes, baseado nos sadios princípios da solidariedade cristã e conseguir que seus pensamentos se elevem, através do trabalho orientado pela Psicotécnica, através do estudo e da fé em Deus, até o caminho da recuperação total, caminho êste que os reconduzirá à vida em sociedade (AE,ed.3, p.35).

E Canepa então estabelecia contato com alguns dos internos, escolhidos como representantes. Esta, para além do caráter “paternal” descrito pelo diretor, se configura também como estratégia de controle. Por outro lado, temos que considerar que o número de internos em uma instituição prisional é sempre muito maior do que o corpo de guardas e funcionários. Nesse contexto é importante atentar para:

Nos sistemas de poder, se o dominador não dispõe de força bastante para, sozinho, manter a massa subjugada só lhe resta a alternativa de selecionar, dela, uma parte preferencialmente composta de líderes, para ajuda-lo nesse mister. Como é intuitivo, para tal desiderato , terá de conceder vantagens aos coadjuvantes (THOMPSON, 2002, p.51).

Esse cenário revela que “no interior mesmo das relações entre os dominantes, bem como entre os dominados, existem hierarquias de poder” (GOMES, 2013, p.34). Canepa, com anos de experiência no sistema prisional, certamente conhecia muito bem as dinâmicas estabelecidas entre os internos e a melhor forma de gerir conflitos entre eles, entre eles e guardas e entre eles e a própria administração. O que percebe-se é que “em certas circunstâncias, pode haver convergência de interesses entre dominantes e dominados, pode haver pacto e negociação políticos. O poder, nessa perspectiva teórica, não é monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados” (GOMES, 2013, p.35). A partir desta perspectiva, é possível compreender as práticas e políticas desenvolvidas por Canepa e retratadas nos artigos por ele escritos.

3.2.1 Em prol da calma e harmonia: sexualidade e religião

A sexualidade no cárcere sempre foi um tema permeado por preconceitos e negação de direitos, o que acabou por centrar o debate sobre uma ideia limitada e equivocada de uma homossexualidade compulsória nestes espaços e uma análise pouco aprofundada da questão (BIASSANI, 2013). Diante de tal cenário é fácil supor que na década de 1950 quase nada ou muito pouco fazia-se no sentido de garantir aos apenados e apenadas o direito a exercerem sua sexualidade durante o cumprimento da pena.

Para abordar essa questão, um dos grandes investimentos de Caneppea foi o Centro de Estudos e Pesquisas Sexuais criado em parceria com um médico chamado Gilvan Torres. Segundo Caneppea, “num Estabelecimento Penal que visa a recuperação do homem, este problema deve ser encarado sob o prisma do humanitarismo. O preso deve ter vida sexual normalizada” (AE, ed.3, p.31). Com intuito de conhecer melhor a questão e produzir números e resultados acerca de temática tão pouco discutida, o trabalho no Centro de Estudos se deu a partir da segregação dos internos em 3 grupos. Presos casados; julgados como capazes para a vida sexual normal; incapazes temporários em virtude de enfermidades e aqueles considerados degenerados sexualmente. Para tal, foi criado na unidade um espaço adequado que garantisse os encontros íntimos:

O preparo científico do prêso, as instruções indispensáveis sobre a higiene sexual, a par dos exames minuciosos de saúde, foram feitos; sendo ainda cuidado, com toda a atenção que o caso requeria, o sigilo sobre as relações. A criação de um ambiente simples, com a aparelhagem de higiene completa, e que tornasse o mais natural possível os encontros necessários (AE, ed.3, p.31).

Essa foi uma iniciativa do diretor ainda na sua primeira gestão na Penitenciária Central e ao retornar, ele acusa o diretor que assumiu após sua saída de utilizar-se de maneira equivocada do tal Centro de Estudos:

O Centro de Estudos e Pesquisas Sexuais da Penitenciária Central interrompeu suas atividades, dado o desvirtuamento de suas altas finalidades humano-sociais, durante a gestão anterior, contudo, logo que fôr possível, novos ensaios e novas pesquisas serão levadas a efeito (AE, ed.3, p.31).

É possível supor que este debate e o próprio espaço criado por Caneppea, gerasse muita polêmica. Segundo Bárbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz (2002), no que tange à manifestação sexual nas prisões, a lei é omissa. São muitos os preconceitos, tabus e julgamentos

morais que regem a sexualidade dentro da prisão. Ainda segundo as autoras, a visita íntima é uma conquista recente que, embora garantida por lei, na prática é utilizada por um número insignificante da população carcerária. Somente com a Resolução de nº 01 de 30 de abril de 1999, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário do Ministério da Justiça passou a recomendar aos Departamentos Penitenciários Estaduais o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, o que não representa a garantia de fato.

Avaliando o cenário em que estão inseridas as políticas voltadas para a questão, penso que Canepa estava diante de um desafio e, o parlatório, nome atual dado aos espaços de visita íntima nas prisões, era algo extremamente novo e, talvez por isso, ele quisesse suscitar pesquisas e resultados em torno de como a garantia desse direito refletia no comportamento dos apenados. Segundo ele, o homem segregado da sociedade, embora temporariamente, não abdica das suas aspirações, nem dos seus desejos e possui a ambos, num grau mais intenso do que as do homem livre, dadas as circunstâncias psicológicas de reclusão. Em consequência, é natural que a noção de dever e de direito seja mantida, em todas as comunidades organizadas, para que se estabeleça o equilíbrio indispensável à garantia da ordem e da estabilidade. E, ainda por uma questão de direito, era necessário reconhecer a vida sexual como primordial necessidade biológica e como medida de segurança contra as anomalias das relações entre os presos.

E quais seriam essas anomalias? Possivelmente a homossexualidade e atos sexuais violentos. Lemgruber (1999), ressalta que a repressão à homossexualidade é intensa e que nas unidades para homens a violência e agressão sexual são frequentes. Canepa demonstrava estar às voltas com questões a serem debatidas sobre o tema e lançava as seguintes interrogativas: seria a homossexualidade um vício abominável que mereça as punições legais como crime? Ou apenas uma manifestação bizarra da natureza e da sensibilidade, que deva ser tolerada? Dar-se-á o caso de podermos considerá-la como enfermidade? Mesmo considerando a homossexualidade uma anomalia bizarra ele ressaltava que esta deveria ser pensada pela ótica do humanitarismo e destacou que estudos de um médico chamado Dr. Frank Lydston, de Chicago, abordava duas formas de perversão sexual: a congênita, e talvez hereditária e a perversão sexual adquirida, já que há “riscos dos instintos fisiológicos em abstinência desviarem o sujeito preso da heterossexualidade” (BITTENCOURT, 1993, p.124). Mesmo salientando indagações acerca do assunto, ele já reforçava que as experiências realizadas na Penitenciária Central já apontavam resultados positivos:

Destas experiências surgiram os melhores resultados. Presos de comportamento irritadiço, tornaram-se serenos e como consequência natural, houve um maior índice no rendimento do trabalho (AE, ed.3, p.31).

O trecho de Canepa evidencia que muito além do discurso humanista, emergia um interesse utilitário no sexo regulamentado da visita íntima que identifica neste uma possibilidade de gerenciamento da população prisional (BASSANI, 2013), o sentido de acalmar a prisão. A possibilidade da visita íntima possivelmente se configurava para os presos como um dia importante, que para além do afeto e sexo, trazia também notícias do mundo extramuros. Com o reforço dos vínculos familiares e do direito de exercer a sexualidade esses apenas certamente mantinham-se mais calmos e tranquilos. Mas e as mulheres presas? Tinham o mesmo direito? Esse era um debate que envolvia apenas os internos e na Penitenciária de Mulheres de Bangu, regida pelas normas das Irmãs do Bom Pastor, um dos principais objetivos das freiras era eliminar o exercício da sexualidade das internas (Lima, 1983). Tal fato leva à reflexão para o fato de que não somente o direito ao ato sexual em uma relação heterossexual era negado, como também a repressão ao homossexualismo era imensa. A citação abaixo ajuda a elucidar quanto ao contexto em que as relações homossexuais entre as presas se dão:

[...] a característica afetiva do feminino conduz muitas encarceradas, na ausência ou carência de relações heterossexuais sólidas, à homossexualidade como uma estratégia de adaptação e resistência às privações carcerárias; esta, não obstante em muitos casos, desencadeada por motivações distintas da orientação sexual já anteriormente existente, ou dos critérios típicos da homossexualidade nas prisões masculinas, reforça os estereótipos de inadaptabilidade aos padrões de ‘normalidade’ (CHIES, BARROS, LOPES, COLARES, OLIVEIRA, 2009, p. 274).

Em pesquisa realizada por Lemgruber (1999, p.117) na Penitenciária Talavera Bruce, esta verificou que “levando-se em conta depoimento de internas, guardas e pessoal da administração, grande número de presas envolve-se na prática homossexual – algumas esporadicamente, outras com maior freqüência e constância”. A mulher presa é vista e se coloca como transgressora em seu papel de mãe e esposa, e numa sociedade em que o papel social da mulher se confunde com a figura de mãe, muitos a encaram como um ser apartado do convívio social, ignorante quanto às regras do jogo do mundo em que vive, infantil por sua condição de dependente da figura masculina, e impedida de exercer sua própria sexualidade. Na Penitenciária de Bangu era a oração e o aprendizado das tarefas domésticas que deveriam manter as presas tranquilas e sob o comando austero das freiras.

Por outro lado, seguindo essa perspectiva da necessidade de manutenção da calma e harmonia na Penitenciária, e como já dito anteriormente, Canepa ressaltava a importância da religião na recuperação dos presos. Apesar de nada ter dito, é possível que ele acreditasse também que esta seria capaz de auxiliar os “degenerados sexualmente” tendo em vista o cunho moralizante atribuído ao papel religioso nas prisões e já que percebia a “inversão sexual” como

um problema social. O texto de Canepa sobre a religiosidade na prisão reforça também a importância de conhecer de perto os problemas prisionais, como ele conhecia, o que o autorizava a transmitir para a sociedade as questões que perpassavam o sistema. Uma forma de se legitimar como sujeito da prática e especialista na área. Vale ainda ressaltar que por mais que o artigo em destaque seja intitulado “Serviço Religioso e Moral nas Prisões”, o foco era a instituição igreja:

O melhor sistema para conhecer um problema é vive-lo; para falar ou escrever sobre ele é preciso senti-lo de perto. Os que sentem bem de perto o problema penitenciário, como eu o sinto, são os mais indicados para levar ao conhecimento do público a benéfica influência da Igreja nos corações dos presos, abrindo-lhes caminhos claros para a obtenção da regeneração. Só a fé em Deus faz nascer nas almas dos homens a vontade de recuperarem-se, iluminando-lhes o caminho do Bem, com as suas cores; orientando-lhes nos momentos de ostracismo e nostalgia da família distante; amparando-lhes na crença de Deus e apagando nos seus corações os máus sentimentos, através da instrução divina do arrependimento. Nas bases desses preceitos de fé e bondade é que a Igreja aparece junto às prisões, ajudando o Diretor a guiar os homens para futuro melhor (AE, ed.3, p.37).

Mas a questão é muito mais complexa do que ele aponta e parece-me “ser mais fácil domesticar pela palavra vinda da divindade” (OLIVEIRA, 2010, p.131). Sem questionar os efeitos positivos da prática religiosa no cárcere, pois “a crença na ajuda divina é para muitos apenas a esperança de conforto espiritual, única forma de ajudá-los a estabelecer alguma ordem no caos de suas vidas” (VARELLA, 2005), há também outras questões que precisam ser interpretadas. Possivelmente a religião para Canepa era muito mais do que um caminho de regeneração, mas também uma possibilidade de manter os presos disciplinados já que a disciplina e a diminuição da violência são os dois elementos mais citados pelos funcionários que atuam no sistema quando se referem às influências da religião no comportamento do preso (DIAS, 2008).

A pesquisa de Camila Caldeira Nunes Dias (2008), apesar de analisar a relação entre religião e violência na prisão em dias atuais, ajuda-me a pensar no papel da igreja no contexto prisional e nas relações estabelecidas por meio das práticas religiosas na Penitenciária Central. Segundo a autora a participação religiosa significa conquista de benefícios simbólicos e materiais para o preso, ou aparece como passatempo para sujeitos que nada têm para fazer o dia todo.

Atualmente, ao contrário do que acontecia na Penitenciária dirigida por Canepa, prevalece a atuação de igrejas evangélicas nas prisões do país. O censo nacional mostra que a maioria dos brasileiros se assumem católicos, mas o censo penitenciário atual mostra que a maioria dos presos denominam-se evangélicos. Segundo Dias (2008), isto acontece por que os

internos evangélicos recebem regalias dentro da unidade e ainda são ajudados materialmente pela instituição, o que leva à problematizar se de fato converteram-se aos valores religiosos ou utilizam-se para receber tais benefícios. Será que esta era também uma realidade na Penitenciária Central? Os presos católicos teriam regalias? Não é possível afirmar, mas a hipótese é bastante viável se considerarmos as concessões feitas pelo diretor aos internos de bom comportamento. Se a conversão religiosa pode ajudar alguns internos, existem tensões, contradições e paradoxos que giram em torno das situações que envolvem as práticas religiosas no cárcere. É possível supor que muitos apenados que abrigavam a Penitenciária Central envolviam-se com a igreja católica a fim de serem privilegiados e percebidos pela administração e funcionários como sujeitos mais calmos e disciplinados, sendo este mesmo o principal objetivo de Canepa. E qual seria para ele o espaço adequado para disciplinar e recuperar os internos?

3.2.2 Prisões não são masmorras: arquitetura prisional

Como Canepa pensava o espaço prisional? Como tal espaço relacionava-se com as práticas que buscavam a humanização da pena? O texto do diretor sobre arquitetura fala da importância de projetos que visem a reabilitação dos internos:

Pesados muros, parecendo verdadeiros “fortes”, produzirão, indubitavelmente, reações psíquicas até mesmo no corpo de funcionários, reações essas que atuam fortemente contra a possibilidade de pôr em causa a principal finalidade: a reabilitação e as obrigações funcionais (AE, ed.3, p.63).

Há algumas marcas e, sobretudo ausências, se compararmos os projetos tradicionais de prisões com o modelo arquitetônico proposto por Canepa. O principal deles é a crítica aos pesados muros e grades. O diretor sinaliza para a violência simbólica que estes causam a todos que abrigam e trabalham numa penitenciária. A repressão física, segundo ele, muitas vezes é o único objetivo do espaço prisional. Nesse sentido, conter os corpos e evitar fugas não pode tornar-se o fim do projeto arquitetônico de uma prisão:

O tempo que já se passou autoriza-nos a dizer que, se a arquitetura de uma instituição penal deixa-nos transparecer, com o seu primitivismo, a idéia de que ela se destina ao único objetivo de evitar fugas, os administradores desses estabelecimentos, embora profundos conhecedores de seu “metier”, estão fadados a fracassar em maior ou menor

grau, na sua qualidade de reabilitar socialmente o indivíduo e se converterão a simples guardadores de homens. Igualmente, se os internados estão mentalmente vencidos e deprimidos dentro de masmorras até à alma, dêsse meio repressivo e coercivo não se poderá esperar uma zelosa e consciente operação; pelo contrário, eles mergulharão na letargia e no desespero; e sentido somente a dificuldade de fuga, lançarão mão de qualquer meio para obtenção da liberdade (AE, ed.3, p.63).

A reflexão do diretor é relevante na medida em que reforça o discurso de que o espaço prisional revela seus objetivos e uma mudança significativa requer rever o ambiente e suas linhas arquitetônicas. Analisando as práticas e propostas de Canepa, percebe-se que este busca na inculcação ideológica alcançar seus objetivos no que tange à disciplina e ordem e ao que ele chama de reeducação dos presos. Para tanto, segundo ele, não será em um espaço extremamente repressor que tais objetivos serão alcançados. Matthews (2003) ajuda a compreender e reforça a importância que o diretor delega às marcas de uma instituição penal:

El espacio nunca es neutral. Establece divisiones sociales. Define y redefine el comportamiento. Envía mensajes. Proporciona las bases para la construcción y difusión de ideologías. Es un mecanismo a través del cual se logra la distribución y circulación de los cuerpos. Refleja y define las relaciones sociales y, finalmente, es un mecanismo a través del cual se ‘ejecuta’ el orden (MATTHEWS, 2003, p.53).

O discurso de Canepa é o discurso da prisão moderna. A partir do momento em que os objetivos da prisão passam a assumir a importância do tratamento voltado para os presos e não somente a punição propriamente dita, foi preciso pensar um novo espaço carcerário a partir de bases científicas e que fosse capaz de humanizar a pena, tendo em vista que “la arquitectura define y fija la forma, es espacio y la función de las prisiones” (OLIVER OLMO, GARGALLO VAAMONDE & URDA LOZANO, 2013, p.124). Vale aqui destacar a importância de John Howard, trazido no primeiro capítulo da tese como uma importante referência teórica de Canepa, no pensamento de um novo modelo arquitetônico prisional:

John Howard, no siendo arquitecto ni proyectista, ocupa un lugar primordial em la genealogia de los materiales e inmateriales que más van influir en arquitectura penitenciaria subsiguiente (OLIVER OLMO, GARGALLO VAAMONDE & URDA LOZANO, 2013, p.125).

No entanto, o projeto mais conhecido foi o de Jeremy Bentham, o panóptico. Era um discípulo de Howard, mas entre eles havia uma diferença fundamental: enquanto Howard priorizava o tratamento dos presos estando a arquitetura das unidades prisionais a favor desta, para Bentham o mais importante era edificação que deveria evitar fugas e vigiar os presos. O panóptico se configurava como um edifício de planta circular em seis pavimentos, com as celas encostadas às paredes exteriores e o interior inteiramente vasado de forma a garantir que um

único guarda, “o olho que tudo vê”, vigiasse toda a prisão. Tratava-se de um projeto custoso, do qual verificou-se a ineficiência tendo em vista o fato de ser impossível garantir uma vigilância central:

Si reducimos la cuestión al absurdo, el panóptico se tendría que haber ensanchado y agigantado hasta convertirse en un macropanóptico y, en ese caso, además de cometerse una descomunal aberración urbanística y arquitectónica, el “ojo que todo lo ve le” se hubiera quedado muy lejos de las celdas de los prisioneros y sin posibilidad de distinguirlos. Lo único que parecía agigantar el panóptico era su influente fama [...](OLIVER OLMO, GARGALLO VAAMONDE & URDA LOZANO, 2013, p.124).

O projeto que visava apenas conter fugas era justamente o que Canepa negava e razão pela qual atribuía o fracasso das instituições prisionais no sentido de recuperar os apenados. Fica claro então que o modelo considerado por ele como ideal afastava-se do já reconhecidamente fracassado modelo de Bentham e possuía, ao menos teoricamente, uma preocupação para além de possíveis fugas:

Si se observa bien podrá verse que, de forma más o menos explícita, para los responsables carcelarios de cualquier época y lugar, la primera y la última preocupación es la seguridad de los edificios destinados al encierro; em outras palavras, que su estrutura permita la vigilancia y la contención de la población reclusa (OLIVER OLMO, GARGALLO VAAMONDE & URDA LOZANO, 2013, p.124).

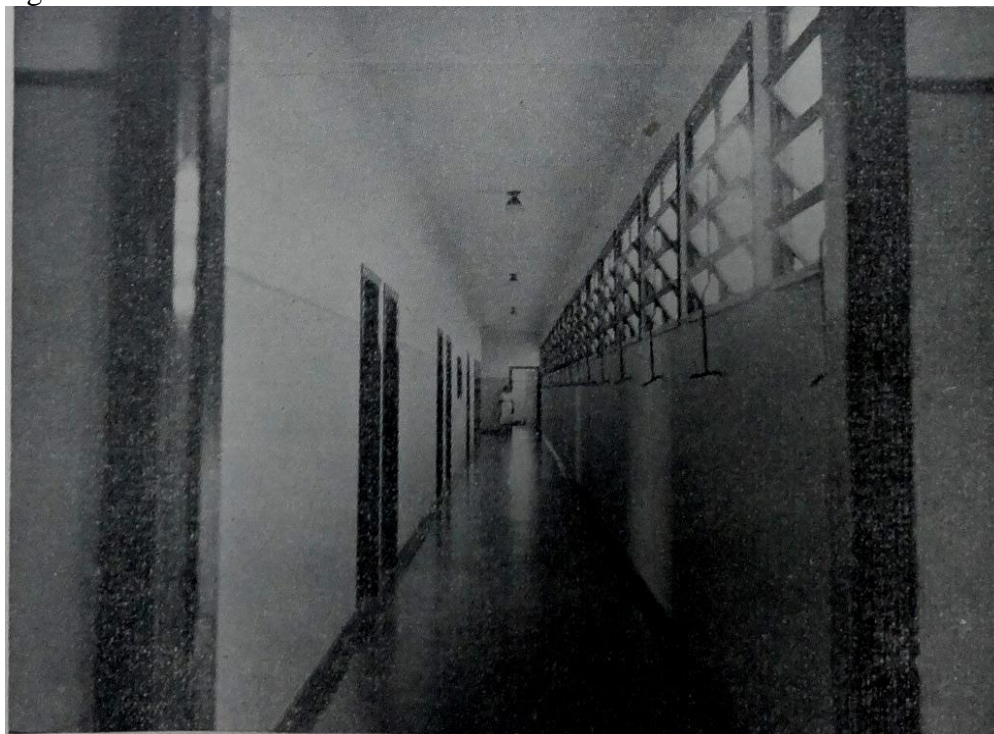
Canepa falava sobre a influência da arquitetura prisional e dos efeitos psicológicos que “prisões masmorras” podem causar em presos e funcionários, mas ele pôde colocar em prática seu modelo? Além de ter idealizado com o arquiteto Horta Barbosa a Penitenciária Central, juntamente com Lemos Britto o diretor pensou o projeto da Penitenciária de Mulheres de Bangu onde é possível verificar linhas arquitetônicas que diferem-se de outras prisões. O que percebe-se é a ênfase na negação da aparência prisional sendo este um elemento crucial da proposta da construção da Penitenciária de Mulheres como experiência modelo de uma nova concepção de prisão (LIMA, 1983).

Essa questão fez lembrar da minha primeira impressão ao entrar na Penitenciária Talavare Bruce, a Penitenciária pensada por Canepa. Evidente que além da mudança de nome, esta passou por modificações físicas ao longo dos anos, mas conservou a característica ressaltada pelo capitão: o fato de desconstruir a imagem tradicional de uma prisão. Foi a primeira unidade prisional que conheci, como já mencionado anteriormente e não remeteu à representação de penitenciária que perpassava o meu imaginário e de muitos que comentavam assombrados a possibilidade de eu visitar sozinha uma unidade prisional. Nada me

impressionou a não ser o fato de não me sentir em um espaço de privação de liberdade. Assim, visitei diversos locais da unidade com exceção da carceragem e lá não vi grades e nem pesados muros.

Ao contrário de outras unidades do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, a escola, meu local de visita, estava em espaço externo e não foi preciso passar pelas celas para encontra-la. A Escola Estadual Talavera Bruce ocupa o mesmo lugar onde aconteciam as atividades educativas realizadas pelas Irmãs do Bom Pastor que dirigiam a Penitenciária de Mulheres de Bangú com Caneppe. O corredor da administração onde havia o gabinete do diretor e também o da Madre Superiora, era o mesmo local onde existia a sala de moral e a sala de aula e, onde hoje, existe a referida unidade escolar. Ao olhar a foto contida na edição de número 3, reconheci o corredor da escola que atende as mulheres de Bangu:

Figura 22 - Corredor da Penitenciária de Mulheres.



Fonte: *A Estrêla*, ed.3

Os corredores com tantos basculhantes e a ausência de grades faz com que muitos dos espaços da unidade remetam à escolas, hospitais e não a um presidío. Essa é a principal característica desse projeto arquitetônico, o que é ressaltado na revista:

O aspecto exterior é alguma coisa de estranho em se tratando de uma prisão, a localização e disposição no terreno demonstram a preocupação de tornar acessível a frequência à religião sem preconceitos sociais, às vezes, superando os ditames legais; ela aproxima a humanidade através da fé sem importar-se se há presos ou livres – apenas separa-a ali por que a lei deve e tem de ser respeitada (AE, ed.3, p.8).

Em Bangu, a Penitenciária que abriga mulheres é a única que possui uma capela em seu interior que, além de assumir a proposta de moralizar as presas por meio da religião e “prepará-las” para serem boas mães, esposas, mulheres do lar, também era uma ponte com o mundo exterior. Os encontros abertos à comunidade traziam a participação de sujeitos livres e temos aí uma penitenciária de portas abertas para sociedade. Para além da integração das presas com o mundo externo, esse era um meio pôr em evidência o exemplo de instituição modelo.

Figura 23 - Capela da Penitenciária de Mulheres.



Fonte: A Estrêla, ed.3

Nesse período a Penitenciária de Mulheres era composta por: sala de moral, sala de aula, sala de costura, biblioteca, cozinha, rouparia, pavilhões celulares, dependências de serviço médico, refeitório, sala de visitas, dois pátios, creche, gabinete do diretor, gabinete da superiora, capela e celas de castigo. Mas como pensar em celas de castigo em uma proposta que visava humanizar a pena? O projeto inicial da Penitenciária não contava e, inicialmente, não foram construídas. Caneppa não era a favor, mas depois de muitos pedidos das freiras, as chamadas

“surdas” foram construídas. Tratavam-se de celas onde internas consideradas “rebeldes” eram trancadas por dias e em total isolamento. Lá mesmo faziam suas refeições e necessidades fisiológicas, sem contato algum com outras internas, funcionários e sem a luz do sol. Além dessa mudança, os alojamentos que eram coletivos, tornaram-se individuais, celulares. Essas alterações fizeram parte da necessidade das freiras de controlarem as internas mais facilmente até mesmo na hora do banho, conforme relata o repórter de *A Estrêla*:

Por uma escada estreita, de fácil acesso, chegamos nos pavilhões celulares. Tivemos ocasião de observar muitos detalhes interessantes: cada pavilhão é composto de 30 células, cada célula tem uma parte taqueada, encerada, muito limpa, com cama tipo patente, um pequeno armário, sanitário, só não dispõem de banheiro. O que facilita às Madres à fiscalização da higiene do corpo em horas certas, pela manhã e tarde (AE, ed.3, p.7).

Parece-me que a ausência de muros e grades foi substituída por uma extrema repressão e vigilância de corpos e almas. Se na arquitetura podemos falar de algumas mudanças, no tratamento há algo de tão inovador? Tenho minhas dúvidas, mas Canepa discursava sobre a novidade trazida: “nesta casa nada há de estrangeirismos, tudo é feito de início, novo; tudo foi organizado do princípio, tudo é “sui generis” à própria casa é puramente brasileira” (AE, ed.1, p.21). Elça de Mendonça Lima também analisa o discurso do diretor acerca de sua concepção de arquitetura prisional:

A ausência de grades e a baixa altura e aparente leveza do muro que circunda a Penitenciária de Mulheres são elementos importantes de uma nova psicologia prisional que, reconhecendo na arquitetura o “elemento-ponte” entre o plano físico da prisão e seu funcionamento interno “pelo integral aproveitamento do trabalho”, critica a arquitetura prisional passada, acusando-a de primitivismo, por deixar transparecer “a ideia de que ela se destina ao único objetivo de evitar fugas”. Esta mesma crítica aponta para o fato de que “os administradores desses estabelecimentos (refere-se aos antigos), embora profundos conhecedores de seu “métier”, estão fadados a fracassar em maior ou menor grau, na sua qualidade de reabilitar socialmente o indivíduo e se converterão a simples guardadores de homens (LIMA, 1983, p.63).

De fato, aos olhos de quem visitava a instituição tudo parecia funcionar bem naquele espaço que mais parecia com um reformatório, uma grande casa. Resta saber se a negação de um espaço físico característico de um espaço prisional se estabeleceu de fato como um “elemento-ponte” para um tratamento que fosse considerado mais humano e, mais do que isso, que levasse à tão proferida regeneração daquelas mulheres. Penso que o que acontecia dentro da unidade não era tão novo, como afirma seu criador, sobretudo após a instalação de celas de castigo. Ele mesmo traz pistas a respeito das contradições e ambiguidades e de como substitui um mecanismo de repressão por outro:

A religião, a disciplina, a observação, a vigilância incessante e meticulosa, e a reeducação, substituem as grades, os muros lúgrubos do passado (Caneppa no texto Serviço religioso e Moral nas prisões, p.67).

Supostamente o espaço causava boa impressão, pois mesmo eu, anos depois, não senti-me tão agredida ao visitá-lo. Além disso, era ressaltada no período toda ordem e limpeza e o quanto parecia-se com espaço doméstico. A fotografia de uma das celas expressa essa semelhança:

Figura 24 - Célula da Penitenciária de Mulheres.



Fonte: A Estrêla, ed. 3

O excesso de preocupação com a limpeza e a ordem, assim como a semelhança com um espaço doméstico, estavam ligados à uma formação sexista que visava “regenerar” moralmente as presas fazendo com que se tornassem aptas à assumir o lar quando fora alcançada a liberdade. Nesse sentido, cabe a questão: obtivera resultados positivos essa proposta? Uma proposta arquitetônica diferenciada foi capaz de levar a um tratamento de fato mais humano? Como as

presas sentiam-se nesse espaço? Se Caneppa conseguia manter a calma entre os presos, em determinados momentos, por meio de negociações e regalias, parece-me que o castigo era uma marca na gestão das freiras. As “surdas” também existiam no presídio masculino e para lá eram enviadas as internas mais “rebeldes”, antes da construção destas na Penitenciária de Mulheres, mas creio que esse era o meio mais utilizado não tanto por Caneppa, mas pelas Irmãs do Bom Pastor no sentido de punir comportamentos vistos como irregulares. A necessidade de evitar espaços coletivos e dos castigos, aponta para uma possível incapacidade das freiras de manter a ordem por outros meios. O que parecia tão limpo e organizado por fora funcionava tão bem no cotidiano? A representação de uma unidade modelo e eficiente era real? Elça de Mendonça Lima fala da boa aceitação entre juristas e penitenciaristas do modelo de Penitenciária pensado por Caneppa e gerido pelas freiras:

Esta tentativa reformista ressoou favoravelmente e encontrou imediata correspondência entre penitenciaristas, juristas e administradores prisionais da época. O plano da Penitenciária de Mulheres figurou-se bastante adequado à nova imagem que buscava espelhar, dado que inúmeras referências ao mesmo retratam, na nova aparência da Instituição, suas novas finalidades (LIMA, 1983, p.64).

Ao mesmo tempo, pode-se falar em novas finalidades? Na prática problemas surgiram, o plano original da Penitenciária modificou-se e a vigilância realizada pelas imposições das freiras criaram também reações psíquicas negativas nas internas. O que não foi causado pelos muros e grades o foi pela forte repressão das irmãs:

Preside a maior parte do período e o caracteriza do ponto de vista da aparelhagem prática de encerramento existente, um dispositivo que combina mecanismos de reclusão de tipo reformatório com uma moral e prática de reforma que se concretiza numa rigorosa disciplina formal do corpo e da alma; esta é desprovida de instrumentos eficazes para se impor. Veremos que acabará por funcionar como uma máquina de produção de “rebeldes” e “históricas” e dará a justificativa para a introdução e o reforço dos dispositivos de punição que o plano original queria evitar. Assim, se no início do período não havia nenhuma “surda”, para uma penitenciária planejada para aproximadamente 60 mulheres, no ano da construção de 10 surdas (1953), esta terá uma nova capacidade de 120 mulheres (LIMA, 1983, p.67).

Os textos de Caneppa suscitam muitas questões, problemáticas, avanços, contradições e ambiguidades. No entanto, como já dito em vários momentos, somente o lado positivo de seus projetos e práticas é abordado na revista *A Estrêla*. Nesse contexto, para dar continuidade a essa discussão, finalizarei este capítulo na busca por refletir na seguinte questão: para quem se direcionavam os escritos do periódico? Quem constituía seu público leitor?

3.3 Indícios de um público leitor

Buscar compreender a recepção da revista e quais as pistas nela encontradas sobre seus leitores torna-se relevante na medida em que a leitura é uma prática de invenção e produção de sentido não aleatória, mas está sempre inscrita no espaço de coações, restrições e limitações compartilhadas; e por outro lado que, como invenção, sempre desloca ou supera estas limitações que as restringem (Chartier 2001).

Para tal compreensão surgiu uma dificuldade: o fato de não haver no periódico uma coluna específica de carta de leitores sendo o destaque muito maior para o relato daqueles que visitavam a Penitenciária. Segundo Élide Vaz (1999) “as cartas de leitores servem para traduzir níveis de receptividade a determinadas posições ou notícias vinculadas pelos jornais, bem como para testar as formas de estilo adotadas e o alcance do conteúdo, assim como para denotar tendências políticas, partidárias, éticas ou de cidadania” (VAZ, 1999, p. 38). Será possível pensar na censura dessas cartas por não apontarem uma recepção positiva? Quais seriam os motivos para não dar destaque aos relatos do público leitor? Não é possível aqui afirmar as reais razões e mesmo acerca dos poucos escritos de leitores encontrados é preciso não perder de vista o fato de que estes ao serem redigidos e publicados perdem o seu caráter de comunicação espontânea, presentes nas cartas íntimas e são “resultado de uma série de filtros que envolvem a seleção do que é ou não publicado, o que acaba por transformar o seu conteúdo em uma representação do real” (VAZ, 2007, p. 44).

Tendo em vista a dificuldade para mapear os leitores do impresso, elaborei estratégias para pensar no seu possível público leitor a partir de indícios encontrados e nos próprios usos que Caneppe fazia de *A Estrêla*. Vale também atentar para o fato de que “a prática de assinatura era habitual para o segmento abonado e mesmo remediado da sociedade” (MARTINS, 2001, p.227). Quem seriam então os assinantes da revista?

Na tentativa de responder a essa indagação busquei pistas a partir de alguns poucos textos de leitores e dos anúncios contidos no impresso. Ao mapear os anunciantes do periódico encontrei 50 empresas dos mais diversos produtos e serviços, conforme o quadro a seguir:

Quadro 17- Anunciantes da Revista *A Estrêla*

Empresa	Produtos
Fábrica de Vassouras- Manuel Valente e Irmãos	Vassouras
Almeida Loureiro e Cia	Aves, ovos, legumes, etc (fornecedor da Penitenciária)

Sociedade Industrial de Máquinas Fekima Ltda	Fábrica de máquinas para indústria de calçados
Instaladora Casa Berta	Cosinhas, lavanderias, caldeiras, cofres (Fornecedor da Penitenciária)
Refrigerante Guará	Bebidas, refrigerantes
Correia dos Santos Teixeira e Cia Ltda	Contruções e materiais para contruções
Odol	Pasta, líquido e escova
Palermo Irmão e Cia	Rádios, discos, refrigeradores, etc
Clima Representações Ltda	Gráficos
Casa Rosas	Produtos do mar
Rubino e Cia Ltda	Massas alimentícias
Padaria Nacional	Pães (fornecedora do governo)
Gráfica Ondimar	Artes gráficas em geral
Transportes Irmãos Fernandes Ltda	Fornecedores de leite da Penitenciária
Açougue Brasil Pacheco e Cia Ltda	Carnes (fornecedor da Penitenciária)
Casa Pif Paf	Aves abatidas, aves vivas, uvas, ovos e mais gêneros
Lactargye	Depurativo infantil e medicamento auxiliar no tratamento da sífilis
Ferreira Filho e Cia Ltda	Gêneros alimentícios
Sociedade Citrus Ltda	Frutas e legumes (fornecedores da Penitenciária)
Jockey Club Brasileiro	Corridas de cavalo
Fábrica de Produtos Químicos Columbia	Para indústria de calçados
Ypiranga Condor	Tinta para usos gerais
Coca- Cola	Refrigerante
Moselito	Refrigerante de uva
Papelaria Heitor Ribeiro Ltda	Artigos de papelaria
Tulipa	Trabalhos e decorações em flores naturais
Pinto – Corretor de grandes oportunidades	Corretor de imóveis
Mate Leão	Bebida- Chá
Grapette	Refrigerante
Casa dos Músicos	Consertos, fabricação e vendas de instrumentos musicais
Casas Puga	Aves abatidas e pequenos animais
Tecnigráfica AS	Artes gráficas
Silva e Barreto	Atelier de Gravura
Grassi Ltda	Instalações hospitalares e científicas
Casa Caxias	
Luiz Costa	Acessórios para refrigeração
Guaraná Pagé	Refrigerante
Floricultura Barbacena Ltda	Flores
Mesbla	Amplificadores para todos os fins
Fabrica de Espelhos Sul América	Espelhos
Açúcar Pérola	Açúcar refinado
Casas Maia	Rádios e Máquinas de costura
A Seda Moderna	
Gordura de Coco Carioca	
Guaraná Antarctica	Refrigerante
Indu	Campanha industrial metalúrgica
Neurobiol	
A.M. Caillaux	Sementes
Casa São Francisco	Material Fotográfico
L. Pestana	

Padaria, floricultura, produtos alimentícios, refrigerantes, fábricas, lojas e serviços diversos. Anúncios estes que me parecem destinados à sociedade livre e associados ao consumo do período em uma sociedade que se modernizava:

[...] propaganda e publicidade integraram-se, passando a atuar conjuntamente como mecanismo crucial dos quadros de demanda, elemento vital do quadro capitalista – emoliente que tornava tudo mais fácil, em favor do crescimento do consumo. O caráter propagandístico da publicidade potencializava-a, gerando energias motivadoras do comportamento, elemento decisivo na conduta social do século XX (MARTINS, 2001, p.254).

Mas o acesso a esses produtos e serviços não era possível para aqueles que se encontravam privados de liberdade e revelam o que o grupo social daquela época se interessaria em consumir. Segundo Brandão (2006), todos os anúncios tem caráter documental, pois eles retratam, pelas informações que fazem circular, pelas ofertas e procuras de produtos e serviços, o universo dos objetos e das preocupações presentes num determinado grupo social de uma dada época. Segundo a autora, por fazer parte do discurso cotidiano do cidadão e se fazer presente desde os primeiros jornais impressos que começaram a circular, esse tipo de discurso se torna um objeto interessante para apreender aspectos da língua e da vida social e cultural de uma determinada comunidade discursiva.

Brites (2000) argumenta que as propagandas que se estabeleceram na primeira metade do século XX eram resultado da sociedade moderna que assistia ao desenvolvimento de indústrias e a uma crescente urbanização, o que acabava por incluir em seu slogan um plano de consumo baseado também em discursos médicos voltados para a saúde da criança. Tal fato justifica a presença de produtos como Lactargye, depurativo infantil e medicamento auxiliar no tratamento da sífilis e de um suplemento alimentar chamado Neurobiol. Esse tipo de anúncio traz mais um indício do quanto às propagandas presentes na revista estavam ligadas à sociedade consumidora do período, sujeitos que estavam além dos muros e grades, mas que se interessavam pelas temáticas penitenciárias. E, mais do que isso, tratava-se de um público leitor que interessava a Canepa. A reflexão de Chartier auxilia a pensar na questão do leitor idealizado e faz pensar nas práticas de leitura que envolvem *A Estrêla*:

A forma como o escrito se apresenta ao leitor impõe uma ordem, uma forma de decodificação, seja induzida por artifícios que o escritor utiliza ou por recursos oferecidos pela impressão do texto, dando indícios do tipo de leitor e prática de leitura que idealiza para aquele texto (CHARTIER, 1996, p.20).

Deste modo, tendo 30% da população abrigada na Penitenciária Central analfabeta, os textos, em maioria, são voltados para especialistas. Como discutido no capítulo anterior, suponho que um dos grandes objetivos de Canepa era tornar a revista um espaço de divulgação de seus feitos, legitimando-se enquanto especialista na área diante de seus pares. E certamente, apesar de tantas escrituras que revelam parte dos sentimentos e cotidianos dos internos, estes não constituíam o foco do periódico. Os anúncios são claramente destinados ao público da sociedade livre e muitos deles ocupavam páginas inteiras e chamavam atenção por suas ilustrações:

Figura 25 - Anúncio Coca-Cola.



Fonte: *A Estrêla*, ed. 9

O anúncio da Coca-Cola é um dos exemplos de produtos inacessíveis aos presos e também de como o periodismo potencializou-se a partir dos clichês de elaboração filigranática, litografias precisas, imagens arrebatadoras de rotogravura, caricaturas inventivas e, mais ainda, a serviço da publicidade, instrumento primordial para atrair anunciantes e aumentar as tiragens,

tornando-se, no ramo da publicação, rentável negócio (MARTINS, 2001). Possivelmente os anúncios eram lucrativos e uma grande ajuda na manutenção de *A Estrêla*. Se a afirmação de que todo o recurso alcançado com o periódico era destinado ao auxílio das famílias dos internos é verdadeira, posso supor que valor arrecadado com os anunciantes assumia grande importância.

Nas contracapas das edições havia uma tabela com os valores para anunciantes e estes eram determinados pelo espaço ocupado na revista. Destaco ainda que fornecedores da Penitenciária, sinalizados no quadro de anúncios aqui exposto, tinham suas marcas publicizadas. A figura a seguir expõe os exemplos mencionados:

Figura 26 - Anúncios.

<p>AÇOUGUE BRASIL PACHECO & CIA. LTDA. Fornecedores da Penitenciária Central do Distrito Federal Monte Castelo, 10, 12 e 14 Antigo Largo da Sé Telefones: 43-4668, 43-4740 e 43-4642 DEPÓSITO: Av. Rodrigues Alves, 435 - Tel. 23-4052</p>	<p>GRÁFICA ONDIMAR <small>ARTES GRÁFICAS EM GERAL</small> ONDINA MARQUES ALVES <i>Livros Comerciais</i> <i>Impressos em Geral</i> <i>Arquivos e Fichários</i> <i>Alto Relevo</i> <i>Encadernação</i> <i>Cartuchos</i> Tel. 32-3132 RUA FREI CANECA, 243</p>
<p>Gêneros Alimentícios de 1ª. ordem</p> <p>Ferreira Filho & Cia. Ltda.</p> <p>Rua do Mercado, 19 - Tel. 23-2945</p>	

Fonte: *A Estrêla*, ed. 4

No que se refere aos preços a partir da localização da revista, encontra-se a seguinte informação:

Figura 27 - Tabela de preços para anunciantes.

TABELA DE PREÇOS PARA ANÚNCIOS	
4. ^a capa	Cr\$ 2.500,00
3. ^a capa	" 1.500,00
Página	" 1.000,00
½ página	" 500,00
¼ de página	" 250,00
⅓ de página	" 125,00
MENORES	" 100,00
Indicador profissional ...	" 50,00

Para 4 ou mais publicações, desconto de 25%.

Os clichés serão pagos à parte.

Os anúncios serão pagos após a publicação e por vez, mediante recibo firmado por pessoa autorizada.

A renda líquida reverterá em benefício da Assistência Social da P.C.D.F.

NOTA — Todos os serviços prestados a esta revista, quer por parte da Administração, seus Redatores, Compositores e demais funções, são inteiramente gratuitos, sem direito a quaisquer reivindicações, presentes ou futuras.

Fonte: A Estrêla, ed.4

Alguns textos da revista falam sobre os leitores e trazem algumas pistas. Na edição de número 1, há um trecho onde é ressaltado que os temas que abordados e as matéria inseridas, configuraram-se na perspectiva de dar ao público interior uma leitura que lhe diz respeito e que, na medida do possível, instrui e diverte; agradecem também ao público leitor extra muros, destacando que terão orgulho em acolher aqueles que se dignarem manifestar sobre a revista. Acolhem então apenas comentários elogiosos de seus leitores. Com a ausência de uma seção destinada aos leitores, não é possível saber se estes fazem críticas ao periódico ou expõem suas opiniões acerca de alguma temática noticiada ou abordada no impresso. Somente os elogios ocupam espaço em *A Estrêla*, como o da leitora que se identifica como “Prisioneira da vida”:

Foi assim que folhiei “A Estrela”. E finda a sua leitura, peço licença para agradecer a vocês todos que nela põem inteligência e coração, a vocês todos por quem e para quem ela foi criada, a lição de fé e de confiança, de coragem e de resignação que ali encontrei. Somos também prisioneiros da indiferença alheia, do destino que dizem cego e cruel [...] (AE, ed. 3, p.57).

Atentando para o que aponta Chartier (2002, p. 138) quando afirma que distinção e divulgação se caracterizam como noções solidárias e nos permitem propor uma compreensão da circulação dos objetos, busquei textos que trouxessem pistas acerca dos possíveis locais por onde a revista circulava. Apesar de não haver encontrado muitas indicações, pude perceber que esta estava presente em espaços do legislativo e judiciário:

Os jornais publicaram, há dias, uma nota sobre o requerimento encaminhado pelo Senador Ferreira de Souza solicitando vários esclarecimentos sobre nossa revista. Pudemos apreciar assim, o interesse que desperta o nosso trabalho, mesmo nos altos círculos legislativos (ed.3, p.34).

Severino Alves de Souza, então Juiz das Execuções Criminais, agradece o recebimento da revista, solicitando ser seu assinante:

Agradeço-lhe, com prazer, a remessa da revista “A Estrêla”, órgão da Penitenciária que, com carinho e consciência dirige, dentro dos moldes sociológicos modernos, solicitando inscrever-me na lista dos seus assinantes (ed. 4, p.40)

Ana Luiza Martins (2001) sinaliza que aos poucos, técnicas experimentadas de venda dos periódicos nortearam os empreendimentos e a obtenção de assinaturas se fazia através de sutil mecanismo, indiretamente impositivo, através do envio “descompromissado” de exemplar para apreciação. É possível então supor que Caneppa fazia circular o periódico nos espaços que julgava importantes para seu reconhecimento e para assim conquistar novos assinantes. O objetivo era atrair os olhares de sujeitos ligados ao Judiciário e Legislativo do país, universidades, outras instituições penais, e em demais instituições onde especialistas e interessados na temática do Sistema penitenciário se encontrassem. Por mais que os internos sejam também leitores, os próprios textos publicados e os usos que Caneppa faz de seu periódico, já expostos em diversos momentos, fazem perceber que os seus pares eram o alvo principal.

O próximo capítulo que tem como objetivo compreender como a revista foi um meio de circulação de ideias, modelos e congressos a partir dos espaços por onde circulava o diretor, também aponta para esta perspectiva. Assim, prossigo com a discussão na tentativa de responder as seguintes interrogativas: por onde Caneppa viajava? De que Congressos participou? O que nos conta sobre suas impressões em outros países e penitenciárias brasileiras?

4 A *ESTRÊLA* COMO ESPAÇO DE LEGITIMAÇÃO DE UM MODELO PRISIONAL

4.1 Propagando viagens

Ao me deparar com as viagens do editor, percebo que este transitou por diferentes espaços, observou modelos prisionais, discutiu ideias e compôs uma bagagem, sendo sua revista o espaço em que ele traz o “testimonio directo de lo visto, oído y vivido” (VIÑAO FRAGO, 2000, p.88). A partir de artigos, Canepa publica em seu periódico o que foi observado durante os seus percursos por entre muros e grades de unidades prisionais norte americanas, europeias e brasileiras. Diante desses relatos de viagem percebo como *A Estrêla* tornou-se um espaço utilizado pelo diretor para legitimar, a partir de suas experiências, um modelo de unidade prisional julgado por ele ideal e de cunho humanizador.

Tendo já discutido, no primeiro capítulo da tese, as motivações dos sujeitos viajantes, busco agora pensar as seguintes questões: que credenciais garantiram a Canepa a possibilidade de viajar para conhecer unidades prisionais de outros países? O que as viagens revelam? Que modelos prisionais são observados, criticados, legitimados? Talvez o capital cultural do gestor e todas as vivências por ele experimentadas durante seus anos de atuação como diretor permitiram que este fosse considerado alguém com um notório saber no que tange às políticas e práticas voltadas para o sistema prisional. Assim, foram muitas visitas às instituições prisionais dos Estados Unidos e Europa e também do Brasil⁵⁰. Os relatos desses percursos de Canepa serão aqui interpretados e, antes de adentrá-los, vale atentar para pontos importantes desses escritos de viagem, a partir das reflexões Luis Alburquerque García (2011):

Los ‘relatos de viajes’ responden a mi entender a três rasgos fundamentales que se complementan com algunos más que luego veremos: (1) son relatos factuales, en los que (2) la modalidad descriptiva se impone a la narrativa y (3) em cuyo balance entre lo objetivo y lo subjetivo tienden a decantarse del lado del primero, más en consonância, en principio, com su carácter testimonial (p.16)

Esses relatos trazem em si um caráter narrativo onde ele comenta o que presenciou nos presídios, suas características físicas, alguns dos sujeitos que encontrou, a descrição do que foi

⁵⁰ Não foi possível elencar com detalhes o ano das viagens feitas por Canepa, pois em seus relatos não há esta informação precisa. Em alguns momentos ele menciona o período e alguns dos percursos na Europa se deram por ocasião do I Congreso Penal y Penitenciario Hispano-Luso- Americano y Filipino, no ano de 1952. Ao longo do texto trarei as informações que pude mapear.

observado acerca do cotidiano dos internos. Nesses escritos tece suas observações, fazendo críticas, elogios e reflexões sobre os modelos encontrados em um movimento onde o discurso se pauta nas travessias realizadas, nos espaços vistos e tudo que o cercava: sujeitos, experiências, modelos e práticas. A partir dos escritos acerca de seus trânsitos ele valorizava e divulgava suas experiências, como também enriquecia e legitimava seu impresso, pois:

[...] constituem indicadores relevantes o papel desempenhado pelas revistas e, ao mesmo tempo, o lugar que assumem na enunciação dos discursos, já que tais publicações buscam, simultaneamente, responder às necessidades do contexto histórico local e acompanhar o que se “passa lá fora” (Fernandes, 2008, p.16).

Nesse sentido, penso que as expectativas de Canepa no que tange às suas viagens giravam entorno do conhecimento sobre o que havia de mais moderno e desenvolvido nos sistemas penitenciários norte-americanos e europeus, o que o possibilitava a divulgação dessas ideias e modelos tanto no seu impresso, quanto nos espaços de debate em que atuava. Além disso, seus trânsitos lhe concediam autoridade para analisar e comparar as diversas realidades distinguindo o que deveria ser imitado ou criticado e em que aspectos a Penitenciária Central poderia ser comparada com a realidade das prisões de outros países. Um processo de comparação que situa os padrões norte-americanos como matriz e produto de uma sociedade civilizada e a Europa com sua história e cultura (AMORIM, 2017).

Por meio dos escritos de viagem de Canepa é possível adentrar por outras realidades e compreender parte da organização dos sistemas penitenciários internacionais. O conhecimento do que se passava no estrangeiro permitia que este sujeito viajante avaliasse as prisões brasileiras na medida em que “o contato com o que se passava em outros países, com outros povos, conferia credibilidade às opiniões emitidas e visibilidade às causas pelas quais o viajante se empenhava” (MIGNOT, 2007, p.252). Tratam-se de observações, elogios, críticas e prescrições que precisam ser compreendidas como resultado de uma seleção daquilo que foi eleito para ser dito e também silenciado. Tratam-se de textos imbuídos da representação de Canepa acerca do que se constituía como um presídio humano e moderno numa “prática discursiva produtora de mediações culturais, cujos efeitos aparecem nas estratégias de apropriação de determinadas ideias, conceitos e modelos” (SCHUELER, 2007, p.107). E o que Canepa nos revela sobre seus itinerários?

Como membro da Associação de Prisões de Nova York e da Sociedade de Prisões de Philadelphia, Canepa conheceu diversos presídios dos Estados Unidos e deu a estas visitas destaque em *A Estrêla*. Para cada uma das instituições visitadas ele escreveu um artigo: Alcatraz; Western State Penitentiary; Tehachapi; Medical Center for Federal Prisons

Springfield; Penitenciária Estadual de Grateford e Penitenciária de Joliet. Para compreender a passagem de Canepa por esses presídios é preciso levar em conta o fato de que havia no período uma valorização da assistência e eficácia técnica norte americanas no que diz respeito ao sistema penitenciário. Diante do exposto, é possível supor que Canepa tinha total consciência do quanto essas viagens terminavam “por investir um saber que incrementava seu capital intelectual e político” (GONDRA, 2010, p.14).

De acordo com Carvalho (2007) viajar, relatar a viagem feita e dar publicidade ao relato são práticas indissociáveis do ponto de vista dos objetivos que lhes conferem sentido. A propagação de ideias, e todo o contexto de relações que uma viagem permite ao indivíduo, favorece para a aproximação dos sujeitos e a divulgação de iniciativas. E o que Canepa divulgava sobre essas unidades prisionais norte americanas? Antes de atravessarmos, por meio de seus relatos, os muros e grades das prisões dos Estados Unidos, destaco a representação do viajante a respeito do regime penitenciário em questão:

Só depois da primeira Grande Guerra mundial foi que a fâmula renovadora dos sistemas penitenciários começou a tremular e aí observaremos que a América do Norte foi a que mais se adiantou, realizando profunda reforma e construindo centenas de novas penitenciárias, reformatórios, escolas e assim apresentando ao mundo um panorama gigantesco de realizações penais e penitenciárias (AE, ed.18, p.5).

Um sujeito que lançava seu olhar para outras realidades. Logo, sua visão guiada pelas experiências que anteriormente vivera, o permitia não somente observar, mas traçar aproximações e possíveis contribuições para a realidade do sistema prisional brasileiro. As visitas de Canepa aos diversos presídios, portanto, funcionavam como técnica de investigação e de conhecimento, como prática de observar, experimentar, comparar e produzir conhecimento sobre o outro (GONDRA, 2010).

Em seu artigo sobre a prisão de Alcatraz o diretor menciona o fato de se tratar de uma missão oficial a convite do governo, o que reforça a ideia de seu prestígio. Canepa viajava por que obtivera reconhecimento e, ao mesmo tempo, as viagens o legitimavam ainda mais no debate sobre os sistemas penitenciário de outros países e do Brasil. Chamon e Faria Filho (2007, p.56) destacam a escrita enquanto “uma atitude reflexiva transposta para o papel” em um momento privilegiado de apresentar ao seu país o outro visitado, o que se configura como uma marca de legitimação entre os seus contemporâneos. Nesse sentido, as viagens do diretor “podem ser compreendidas com base em suas motivações, itinerário, duração, produtos e efeitos” (GONDRA, 2010, p.13).

O cenário que constituía o contexto social do período era apresentado em seus registros, quando fala sobre o momento da viagem, logo após a Segunda Guerra Mundial, com destaque para o patriotismo dos presos norte-americanos, que mesmo em estado de privação, se colocavam na postura de defesa de seu país:

Quando visitamos Alcatraz, o último conflito mundial já finalizava. Nas oficinas e na lavanderia dessa prisão, podemos afirmar que o esforço e cooperação de guerra fornecidos pelo preso foram notáveis. Mesmo relegados da sociedade em virtude de seus crimes, não olvidaram a pátria, dando tudo o que podiam e lhes era permitido para a defesa contra o inimigo comum (AE, ed.03,p.18).

As escritas de Canepa sobre as instituições visitadas não eram meras observações descritivas. A todo tempo apresentava suas reflexões sobre o que viu e tecia suas críticas:

Não existe a preocupação de procurar devolver a sociedade, não mais um assassino, não mais um ladrão, mas um homem que, cumprida a pena que a Justiça lhe impoz, venha a procurar, no trabalho, um digno reinício de vida. Devido à localização dessa ilha, bem podia ser aproveitada para algo mais útil. Mas, bem claro se nota nas autoridades penitenciárias do País, o orgulho pela posse de Alcatraz. E assim é um estabelecimento mal aproveitado: é Alcatraz, e nada mais (AE, ed.03, p.21).

É possível perceber um “jogo de omissões, sanções e exaltações possibilitadas através da escrita” (SIMMEL, 1997, p. 168). Escrituras estas que possuíam características importantes e similares ao tratar de diferentes instituições. Canepa sempre destacava o espaço físico, as atividades realizadas pelos internos, normalmente elogiava o diretor da unidade mesmo tendo diversas críticas ao presídio e, em alguns momentos, comparava com prisões brasileiras, sobretudo a Penitenciária Central. Não se pode perder de vista que os relatos de viagem de Canepa tratavam as experiências vividas como espaço privilegiado para a articulação de novos paradigmas no que tange à humanização da pena. Mesmo ao falar da unidade que ele considerava a melhor dos Estados Unidos, estava sempre disposto a apontar, a partir de sua concepção sobre o melhor tratamento a ser destinado aos privados de liberdade, opiniões acerca das práticas estabelecidas e sobre a arquitetura dos presídios:

Graterford é a melhor Penitenciária dos Estados Unidos é uma espécie de dependência da “Eastern Penitentiary”. O seu diretor é o Capitão Herbert Smith que, aliás, dirige as duas instituições. Apenas uma séria crítica pode ser feita à construção - é o desperdício de um milhão de dólares no grande muro de concreto que circunda a prisão. Parece-nos, não seria necessário o muro, em todo o caso, mesmo para uma prisão de máxima segurança, um muro com a metade da altura do que ali foi levantado seria mais que suficiente. Outra crítica pode ser feita a respeito dos blocos de células que são muito longos para uma supervisão suficiente (AE, ed.13, p.3).

Descrevendo todos os espaços por onde passava e, sempre em tom prescritivo, pronunciava sua opinião acerca daquilo que deveria ser feito na unidade:

Quando inaugurada, era a mais moderna e cara das prisões do mundo. Era um modelo do tipo Auburn. Foi a primeira prisão que possuiu água corrente, “toilettes”, aquecimento e ventilação, para cada uma das células. A primeira instituição, no gênero, a ter fechaduras automáticas que permitiam abrir e fechar toda uma fila de células, de uma só vez. Embora a prisão fosse iluminada a velas, até 1898, foi ainda a primeira a possuir iluminação elétrica. Mas, ao par de todas essas comodidades, apresenta graves defeitos: somente a residência do Diretor, os escritórios e blocos de células estão incluídas na nova construção. As oficinas, refeitórios, hospital, ginásio, escola e outras dependências importantes estão situadas no edifício da velha “Reform School” que já era considerada antiquada, quando foi abandonada, em 1876 (AE, ed.4, p.17)

Bastaria um pouco de bom senso e de conhecimento da ciência penal para exigir, urgentemente, o abandono da “Western Penitentiary” e a construção de uma nova prisão onde haja espaço e salubridade. Não há necessidade de construções tão custosas e extravagantes como tem sido tradicional nas construções de máxima segurança. O muro, tão dispendioso, poderia ser evitado, assim como outros tantos absurdos (AE, ed.4, p.17).

Para interpretar os relatos de Canepa é preciso compreender que ele falava, sobretudo, a partir do cargo que ocupava. Ele era um gestor experiente e esta atuação o tornava capaz de realizar avaliações a partir do momento que era um homem da prática, aquele que conhecia de perto os problemas de um ambiente prisional e, ainda, um estudioso. Bourdieu (2004) auxilia na compreensão do lugar social de Canepa e como essa questão se reflete nos seus discursos e práticas:

Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu habitus como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis (p.158).

Havia sempre o destaque para aqueles que ocupavam o mesmo cargo que ele: os diretores das prisões. Como discutido no capítulo anterior, em muitos momentos, os discursos que perpassam a temática tratam de atribuir os problemas às questões materiais, falta de funcionários, entre outras, mas sempre qualificando o gestor de presídios como aquele que se esforça para desempenhar sua função da melhor maneira:

O diretor Ashe, que é um ex-educador, é um dos mais aptos administradores do Estado. Muito do sucesso da administração dessa penitenciária, deve-se ao gênio e ao magnetismo pessoal desse homem (AE, ed.4, p.17).

Além dos presídios norte americanos, Canepa viajou pela França, Inglaterra e Espanha. Sobre essas viagens ele não publicou artigos, mas realizou uma Conferência em São Paulo, sob os auspícios da Associação Brasileira de Prisões e patrocinada pela Sociedade Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária de São Paulo, que, segundo ele, foi um registro fiel daquilo que foi possível ver e examinar durante as viagens de estudo em prol da causa penitenciária. Segundo Luis Alburquerque García (2011), buscar essa proximidade com a realidade é sempre uma busca de quem escreve e também de quem lê um relato de viagem:

El ‘relato de viajes’, recordamos, contiene un sujeto de doble experiencia: el viaje y la escritura. Es un sujeto de doble instancia: sujeto viajero, individual e irremplazable que, además, escribe esa experiencia. Su estatuto ficcional es ciertamente peculiar. Se trata del hombre de carne y hueso, sin mediación de ningún otro tipo de voz imaginaria. El lector suspende su capacidad de incredulidad y acepta como no ficcional lo que el sujeto relata, aunque a veces recurra a lo ficcional (sin menoscabo de la credibilidad), pero siempre con el fin de garantizar la verosimilitud (p.29).

Com o título de “Os Sistemas Penitenciários” a conferência realizada foi publicada na íntegra em *A Estrêla* e aborda com detalhes as unidades visitadas e os comentários sobre cada uma delas. A ocasião contou com a presença do então Secretário de Justiça de São Paulo, prof. José Lourenço Procurador da Justiça de São Paulo, Cezar Salgado; Juiz das Execuções Criminais de São Paulo, Oscar Martins de Mello, o Presidente do Conselho Penitenciário de São Paulo, prof. Flaminio Fávero; Juiz Privativo das Execuções Criminais da Capital da República, Severino Alves de Souza, o Presidente da Associação Brasileira de Criminologia e Ciência Penitenciária, João Augusto de Mereje, entre outros. Canepa sentiu-se honrado em aceitar, segundo ele, pesada, mas honrosa tarefa de se dirigir a “tão seleta assistência, composta de homens cultos que labutam na ciência penitenciária do Brasil” (AE, n.18, p.3). Possivelmente Canepa sentia-se privilegiado e um “porta-voz” dos modelos penitenciários existentes:

Com isto, o relato da viagem, menos que uma descrição imparcial, transforma-se em um efetivo instrumento e forma de exercício de poder. Nessa direção, trabalhamos com a hipótese de que as viagens funcionam como dispositivo comparativo e, ao mesmo tempo, um observatório privilegiado para refletir-se acerca da circulação de ideias, projetos e modelos educacionais em curso (GONDRA, 2010, p.14).

O gestor demonstrou-se um crítico dos regimes penitenciários da Europa, sobretudo no que tange aos presídios ingleses. Nesse processo, compara os modelos e práticas que perpassavam os sistemas europeus e os julgava antiquados, ficando muito atrás das políticas implementadas no Brasil. Sua visita à França aconteceu em 1939 e ele relata que lá tudo se

encontrava “bastante atrasado e as modernas leis penais não encontraram no campo da ciência penitenciária desenvolvimento digno de registro” (AE, ed.18, p.6), com prisões que continuavam sob o regime das improvisações. No que concerne aos países europeus visitados Caneppa faz críticas severas no que diz respeito ao tratamento destinado aos presos a partir de sua observação a respeito do cotidiano dos internos:

Mas o fato é que a França conserva a separação dos presos em pequenos boxes de madeira, de forma que o prêso nas visitas, na missa, etc., só pode olhar para a frente, não podendo ver o que se passa nas adjacências. Não conseguimos compreender como semelhante processo é calorosamente defendido pelo Sub-Administrador das Prisões de França (AE, ed.18, p.6).

Dentre os 3 países da Europa mencionados, a crítica mais ferrenha se deu ao modelo inglês. Segundo Caneppa era “muito difícil comparar a racionalização do sistema penitenciário inglês com a de qualquer outro país, não havendo dúvida que o povo britânico é diferente do americano do norte e do sul e dos demais povos europeus” (AE, ed.18, p.7). Seu relato sobre o que foi observado já se inicia a partir da constatação de 3 características do modelo britânico: uniformidade, monotonia e corrupção. Assim ele descreve:

Uniformidade, monotonia, corrupção, são termos relativos e são os fundamentos, em escala maior ou menor, que se encontram na maioria das instituições inglesas. Somos forçados a dizer que nas prisões que conhecemos na Inglaterra o regime está muito atrasado em comparação ao instituído nas prisões de certos países, no que concerne ao tratamento dispensado aos adultos; entretanto, precisamos reconhecer as grandes dificuldades que a <<Comissão de prisões>> encontra para melhorar as prisões na Inglaterra, após-guerra, devido a falta de recursos em todos os setores de atividade do reino inglês. As dificuldades poderiam ser assim agrupadas: falta de recursos financeiros para a renovação dos atuais e construção de novos edifícios; carência de pessoal treinado, com conhecimentos adequados à difícil profissão de tratar dos presos; excesso de burocracia e finalmente, o receio quase patológico dos membros da Comissão e, em geral, de todos os que labutam na ciência penitenciária (AE, ed.18, p.7).

Julgando extremamente problemático e atrasado o tratamento oferecido aos presos na Inglaterra, ele comparava as práticas realizadas nas prisões britânicas àquelas desenvolvidas por ele na Penitenciária Central e chegou a dizer que, caso os presos ingleses conhecessem as atividades realizadas na unidade dirigida por ele, morreriam de inveja:

O único exercício ou recreação ativa praticada na maioria das prisões inglesas é o mesmo insensato caminhar à roda de um círculo usado ainda hoje, passados cem anos! É-lhes permitido caminhar de dois em dois, restringida a conversação com seus companheiros. Continuam sob vigilância dos guardas e, salvo as circunstâncias de atender às necessidades da natureza não podem dar um passo fora do círculo ou cessar a marcha. Essa absurda prática é defendida com muito calor por homens que lidam na

<< Comissão de Prisões >> da Inglaterra, os quais se baseiam nos princípios de que o homem em ocupação sedentária, só precisa de uma hora de exercício por dia como medida de saúde. Se êsses pobres prisioneiros ingleses vissem o nosso jôgo de futebol nas prisões, o cabo de guerra, o cinema, a televisão, a ginástica metódica e ritimada, seriam capazes de morrer de inveja! (AE, ed.18, p.8).

Caneppa finaliza o seu relato sobre as prisões inglesas dizendo que “embora não seja apologista das prisões americanas, era preciso frisar a diferença enorme entre o que se faz na Inglaterra e nos Estados Unidos” (AE, ed.18, p.11) e parte então para o país europeu com o qual pareceu demonstrar mais empatia: Espanha. Lá ele visitou a Prisão de Carabanchel, a Prisão de Alcalá e a Prisão Provincial para Mulheres em Madrid. Também cita as outras prisões da Espanha: Prisão de Ocanã, Prisão de Burgos, Prisão Central Industrial Del Dueso, Prisão Celular de Barcelona, Prisão Provincial de Córdoba, Prisão de Mulheres de Barcelona, Prisão Provincial de Alicante e Prisão de Novelda, também em Alicante. Segundo ele, o mais interessante do sistema penitenciário espanhol era a remissão da pena pelo trabalho, o que passou a ser lei no Brasil somente a partir de 1984, no artigo 126 da Lei de Execução Penal⁵¹. As críticas ao regime penitenciário da Espanha são poucas se comparadas aos outros países visitados e ele alega que as dificuldades encontradas no sistema do referido país se davam pela sua situação econômica:

As células não nos agradaram, nem quanto às dimensões nem quanto à estrutura, arranjo e disposição para fiscalização; no momento havia 4 e até 5 presos presos em cada célula. O Pavilhão dos Menores, que deve ter uns 45 x 8 metros, alojava cêrca de 200 menores. Enfim, devemos compreender a falta de material, as deficiências de instalações, etc, decorrem da situação econômica que a nação atravessa, a qual somente agora, pelo esforço hercúleo do govêrno, se está recuperando aos poucos, parecendo que em breve voltará a ser como antes da guerra, um país farto, organizado, colorido, hospitaleiro e bom (AE, ed.18, p.16).

Apesar de Caneppa destacar as políticas norte americanas como as mais modernas, mais adiante será possível perceber como o que foi visto na Espanha influenciou muito as suas ideias e discursos. Ele descreve o então diretor da prisão de Carabanchel, Faustino Riviera de La Torre, como um homem bastante conhecedor do assunto e com idéias modernas. Ainda assinale que as autoridades penitenciárias do país pensavam criar grandes colônias agrícolas para recolhimento dos presos primários condenados, procedentes do meio rural e que possam dedicar-se ao preparo do terreno até atingirem e obterem uma produção que lhes assegure auto-

⁵¹ Em 2011 passou a ser lei também a remissão por estudo e o artigo 126 assumiu a seguinte redação: O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo da execução da pena.

suficiência. Seguindo sobre seu relato a respeito das prisões espanholas ele destaca as oficinas laborativas encontradas como o laboratório farmacêutico da Prisão Escola de Madrid “voltado a para produção em grande escala, de drogas, medicamentos, etc., para consumo de tôdas as prisões espanholas” (AE, ed.18, p.16). Já na Prisão Provincial para Mulheres em Madrid descreve que, “embora o prédio não permita a instalação de oficinas que obedeçam às exigências técnico-modernas, há ali um bom número de oficinas, como por exemplo, as de confecção de roupas brancas para os reclusos e para as firmas particulares” (AE, ed.18, p.16).

Parece-me que na Espanha⁵² o diretor estabelecia melhores relações e, inclusive, cita como foi bem recebido em Alcalá de Henares por um inspetor penitenciário, chamado Don Calixto Delastegui, que o levou para conhecer a cidade. Ele conta que visitou a Universidade local e que o lugar é uma das relíquias espanholas (AE, ed.18, p.16). Tal relato explicita que os percursos de Canepa nos países em que visitava transbordavam os muros e grades das prisões locais e que suas motivações enquanto viajante perpassavam também um interesse pela cultura dos lugares visitados. Da prisão de Alcalá ele destaca as oficinas laborativas de encardenação e tipografia destinadas aos presos. Segundo ele o resultado dessas oficinas “sobre o ponto de vista educacional do recluso é bom e acreditamos que o resultado funcional também o seja” (AE, ed.18, p.16).

Na edição número 15 de *A Estrêla*, Canepa faz um comentário geral sobre suas viagens à Europa salientando que depois de tudo que verificou nos 15 estabelecimentos prisionais europeus, podia afirmar que o Brasil não estava tão atrasado. Ressalta que a Penitenciária Central e muitos outros presídios brasileiros estavam, em certos pontos de vista, à frente aos do Velho Mundo, principalmente, os da França e Inglaterra. Ainda destacou como notável, entretanto, o esforço e a dedicação dos Governos Espanhol e Português⁵³ em prol da solução do problema penitenciário. Também salientou que a Espanha, só com a organização e solução do problema das mulheres delinquentes, em estado de gestação e lactância, se tornava digna de elogios e que Madrid possuía órgãos de suma importância: o Patronato de São Paulo e outro é o Serviço de Proteção aos Filhos das Delinquentes. Por fim, comentou ainda que Portugal estava processando uma reforma completa nos estabelecimentos penais com a inauguração de três novas unidades, uma para homens, uma para mulheres e uma outra Agrícola.

⁵² Talvez essa proximidade com a Espanha revele a afinidade de Canepa com governos autoritários. No período aqui estudado o referido país estava sob o comando do ditador Francisco Franco.

⁵³ Somente neste trecho da revista ele se refere à sua ida a Portugal.

Interpretar os relatos de viagens divulgados em *A Estrêla* são importantes na medida em que fazem perceber como essas experiências influenciaram as práticas de Canepa não só no que tange à própria Penitenciária Central, mas sobretudo para demonstrar como estão presentes nos discursos de Canepa a necessidade de uma reforma nos presídios brasileiros.

4.2 Apropriação de discursos e ideias

As viagens feitas por Canepa, as associações e grupos de que participava, além dos eventos de discussão, apontam para a apropriação que este sujeito fez de ideias que estavam presentes em outras unidades prisionais e também em espaços de debate. O conceito aqui é compreendido a partir de Roger Chartier (2002), quando afirma que no ponto de articulação entre o texto e o do sujeito, a apropriação dos discursos conduzem a uma nova compreensão de si próprio e do mundo.

Nesse sentido, as apropriações oriundas de diversas experiências decorrem também a partir da atuação do editor da revista como membro da Associação Cultural dos Presídios de São Paulo, do Conselho Penitenciário do Distrito Federal⁵⁴, da Associação Americana de Prisões de Nova Iorque⁵⁵, da Sociedade de Prisões de Philadelphia⁵⁶ e Presidente da Associação Brasileira de Prisões. Já nas últimas edições do periódico ele assinava seus artigos apenas como representante, no Brasil, do grupo Permanente de Trabalho Latinoamericano de Defesa Social

⁵⁴ O Conselho Penitenciário do Distrito Federal foi criado pelo decreto Decreto nº 16.665, de 6 de Maio de 1924, a fim de regular o livramento condicional dos sujeitos em cumprimento de pena. Deveriam sempre assistir às sessões do Conselho Penitenciário o diretor e o médico do estabelecimento penal em que se acharem os condenados, sobre os quais haja de deliberar o Conselho Penitenciário, a fim de que possam prestar informações. Os diretores de unidades penais, para que fosse possível conceder o livramento condicional aos presos, deveriam apresentar um relatório constando as seguintes informações: circunstâncias peculiares à infração da lei penal que possam concorrer para apreciação da índole do preso; caráter do liberando, revelando tanto nos antecedentes, como na prática delituosa, a natureza psíquica e antropológica do preso; procedimento do sentenciado na prisão; relações afetivas do sentenciados e situação econômica, profissional e intelectual do preso.

Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16665-6-maio-1924-505793-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁵⁵ Fundada em 1844, A Associação de Prisões de Nova York é uma organização não governamental independente que defende uma forma mais humana e eficaz para a justiça criminal. Em 1846 recebeu autoridade do Estado para inspecionar as prisões e para comunicar as suas conclusões e recomendações ao público. Atuante por mais de 170 anos. Cf. <http://www.correctionalassociation.org/about-us/mission-history>

⁵⁶ A sociedade foi fundada em 1787 por proeminentes cidadãos da Filadélfia, incluindo Benjamin Franklin e Dr. Benjamin Rush, com o intuito de corrigir os abusos na cadeia da cidade. Cf. Biblioteca Mundial digital- <https://www.wdl.org/pt/item/9493/>

da O.N.U. O que conferiu a Canepa autoridade para fazer parte de tantos grupos? Portanto, seria uma demonstração de seu reconhecimento e do capital simbólico acumulado durante os anos de atuação no Sistema Penitenciário? Bourdieu (2004) ajuda a refletir sobre a legitimação social por meio do capital cultural:

O capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente (BOURDIEU, 2004, p.163).

Por meio dos relatos de viagens de Canepa e de sua participação em Congresso, associações e como membro representante da ONU na América latina, o diretor da Penitenciária Central torna a revista *A Estrêla* um espaço de circulação de ideias e modelos que julga necessários para adequar o Sistema Penitenciário à uma proposta humanizadora que fosse capaz de levar à regeneração dos presos. Sendo assim, para melhor compreender as ideias debatidas no período, trarei, a partir de agora, a Associação Brasileira de Prisões, criada por Canepa, as medidas da ONU para o tratamento dos penitenciários e o I Congresso Penal e Penitenciário Hispano Luso Americano e Filipino, que realizou-se em Madrid, no ano de 1952. Interpreto a atuação de Canepa nesses espaços de discussão a fim de compreender como ele se apropriou dos discursos em voga, buscando fundamentar um modelo prisional, além de legitimar-se enquanto referência em temas associados ao sistema penitenciário.

Nesse cenário as redes sociais desse sujeito permitem suscitar processos de interação com seus grupos e as relações interpessoais construídas durante sua trajetória. Frequentando e criando espaços de sociabilidade, atividades científicas e construção de propostas para o sistema penitenciário, Canepa foi tecendo seus percursos profissionais e fortalecendo relações sociais com seus pares. Para entender as redes estabelecidas por esse sujeito é preciso destacar que:

A noção de rede, deste modo, significa muito mais que um instrumento metodológico de análise de processos interativos: é um conceito central para a compreensão dos processos estruturadores da sociedade. Estes complexos processos interativos são a chave para o entendimento – segundo alguns autores – dos fenômenos subjacentes à organização da sociedade. O fato de conhecermos as inserções dos indivíduos (a partir de suas redes egocentradas) em suas práticas cotidianas de sociabilidade nos permite inferir sobre as suas possibilidades de acessar os recursos e, portanto, qual a sua posição na sociedade. (FONTES; STELZIG, 2004, p.58)

Diante de tal perspectiva, compreendo que a Associação Brasileira de Prisões, criada por Caneppe, se configurava como um processo interativo na medida em que constituía um espaço de reuniões e discussões por onde diversos sujeitos especialistas e atuantes no Sistema Penitenciário Brasileiro circulavam e debatiam os temas em voga. Na revista não há matérias que tragam o efetivo trabalho da associação, dando destaque apenas para solenidades e discursos de suas reuniões onde eram realizadas as entregas dos diplomas de “sócios beneméritos”. Segundo Caneppe, havia no Brasil a ausência de órgãos que controlassem e ajudassem os gestores de presídios em suas funções, sendo a Associação uma auxiliar nesse sentido:

Falando com toda sinceridade, sem querer ferir as susceptibilidades humanas, devemos confessar, com coragem, que no Brasil, não existe nenhum órgão de controle que oriente ou ajude os diretores dos Estabelecimentos Penais na sua árdua missão, apenas alguns Conselhos Penitenciários dos Estados e recentemente a Associação Brasileira de Prisões, buscam auxiliá-los. Fora disso, os estabelecimentos penais são administrados sob a boa ou má vontade de seus diretores que, de uma forma geral, são colocados naqueles postos por injunções políticas, recaindo, quase sempre, em pessoas desajustadas a essa função especializada por natureza (AE, ed.33, p.55).

A participação em atividades desenvolvidas por associações acadêmicas ou profissionais e a inserção em grupos de convivência estimulam a gênese e a circulação de novos pensamentos. Contatos sociais e o intercâmbio de ideias, leituras e escrituras constituem elementos importantes na formação e no desenvolvimento de projetos profissionais (Rocha, 2012). Segundo Negrão de Lima, a associação era também um órgão auxiliar do governo:

São estas palavras as palavras que me ocorrem ao receber o diploma de Presidente de Honra da Associação Brasileira de Prisões, novel instituição cuja diretoria é constituída de cidadãos que conhecem com profundidade as questões relacionadas com o penitenciarismo, e que portanto está apta a prestar os mais assinalados serviços, coadjuvando o govêrno na tarefa de tratar com dignidade aqueles que, por terem errado, não são menos merecedores de uma vida compatível com o senso de humanidade cristã do povo brasileiro (AE, ed.15-15-17, p.5).

Para além de toda pompa que havia nos momentos de solenidade da associação, não percebi, ao folhear as páginas de *A Estrêla*, toda importância que esta assumiu na prática. No entanto Miotto (1992) aponta que esta promoveu reuniões (análogas a congressos) incentivou e alimentou, durante um bom número de anos, o interesse pelas questões penitenciárias e estimulou o estudo respectivo. A realização de sua primeira reunião foi no Rio de Janeiro, em 1952; a V Reunião, realizada em Porto Alegre, em 1956, onde teve destaque o tema da formação

do pessoal penitenciário, e na VI, realizada em São Paulo, foi dada relevância ao tratamento penitenciário.

Compreender a atuação de Canepa por esses espaços leva à reflexão ao que aponta Chartier (1996), quando afirma que não é somente a condição de leitor e escritor que caracteriza a identidade do intelectual. Ela é também marcada pela participação desse indivíduo nas pequenas sociedades onde os eruditos se encontram, discutem e mantêm trocas culturais. Não é a qualidade de letrado que estabelece as estratégias de sociabilidade de um intelectual, mas, ao contrário, é exatamente a participação na sociedade dos homens de letras que define a condição de letrado. Nesse sentido, apesar do silenciamento em torno da trajetória de Canepa após sua morte, é possível considerá-lo um intelectual tendo em vista sua participação em associações e grupos importantes para o debate nacional e internacional envolvendo as questões penitenciárias?

Angela de Castro Gomes (2004) salienta, corroborando com a perspectiva de Chartier (1996), que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita.

Diante dessas reflexões penso que mesmo sem deixar uma produção bibliográfica significativa e cair no esquecimento após sua morte, Canepa, pode ser considerado um intelectual. Assim interpreto a trajetória desse sujeito, mesmo supondo que uma das hipóteses para o silenciamento acerca de seu trabalho seja justamente o fato de não ser reconhecido como tal. Portanto, sua atuação enquanto representante, no Brasil, do grupo Permanente de Trabalho Latino Americano de Defesa Social da O.N.U, reforçam minhas hipóteses.

O trabalho do diretor no referido grupo fez circular em *A Estrêla* o processo de construção, do que vieram a ser, em 1955, as “Regras Mínimas para o Tratamento do Presos”. O diretor apresentava para os outros gestores a necessidade de que os padrões da ONU fossem seguidos e determinassem as ações e políticas voltadas para o tratamento dos sentenciados. Apropriando-se do que era debatido no grupo, ele disseminava na revista as ideias debatidas e as incorporava no sentido de apontar políticas para o sistema prisional. Segundo Miotto (1992), foi a partir de 1920 que se iniciou o reconhecimento de direitos e deveres dos presos e dos estados a partir da elaboração do “Conjunto de Regras para o Tratamento dos Presos” que, mais tarde, culminaram nas “Regras Mínimas”:

[...] foram sendo elaborados e postos em prática regulamentos e outros textos normativos, cujos termos significavam, já por si mesmos, o reconhecimento de direitos e deveres, tanto para os presos como para o Estado (seus órgãos, seus funcionários), no exercício do direito de punir, na fase processual e na fase de execução das penas. Foi essa nova perspectiva que propiciou, na década de 1920, a elaboração daquele “Conjunto de Regras para o Tratamento dos Presos”, de cuja reelaboração resultaram as “Regras Mínimas para o Tratamento do Presos”, aprovadas pela ONU em 1955 [...] (MIOTTO, 1992, p.40)

O processo de elaboração das regras propriamente ditas iniciou-se em 1933, quando a Comissão Internacional Penal e Penitenciária aprovou “um esquema do padrão mínimo dos regulamentos para o tratamento e disciplina dos sentenciados”, o qual foi, mais tarde, aceito pela Liga das Nações. Em 1949, a Comissão deliberou iniciar a revisão desses regulamentos e, ao mesmo tempo, a “Primeira Comissão Internacional de Peritos em Prevenção Criminal e Tratamento de Delinquentes”, convocada pelo Secretariado das Nações Unidas, recomendava que as Nações Unidas iniciassem a elaboração da “Padrão Mínimo do Regulamento para Tratamento dos Sentenciados”, manifestando desejo de que esse “Padrão” encontrasse aprovação por parte de uma Organização Internacional. Foi também deliberado que os Regulamentos do ano de 1933 deveriam ser utilizados como ponto de partida.

Quando o Secretariado das Nações Unidas tomou conhecimento da decisão adotada pela Comissão Internacional Penal e Penitenciária (C.I.P.P.), solicitou da Comissão que procedesse à revisão e submetesse o resultado à O.N.U., para as demais formalidades. A C.I.P.P., incumbiu a uma sub-comissão, constituída dos Srs. Lionel Fox, Presidente da Comissão e Prisões da Inglaterra e do País de Gales (Presidente); Paul Cornil, Secretário geral do Ministério da Justiça da Bélgica, professor de Leis Criminais da Universidade de Bruxelas e antigo Diretor da Prisão Administrativa da Bélgica; Hardy Gorasson, Diretor da Prisão Administrativa da Suécia; Charles Germain, Diretor da Prisão Administrativa da França; Luigi Ferrari, Diretor da Administração das Prisões da Itália; e Professor José Beleza dos Santos, Deão da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, dos trabalhos preliminares para concluir a revisão recomendada.

Essa sub-comissão se reuniu várias vezes e suas propostas foram discutidas em duas sessões plenárias da C.I.P.P., nos anos de 1950 e 1951. A sessão de encerramento da C.I.P.P. teve lugar em julho de 1951. A Comissão estudou por vários dias o assunto e, afinal, elaborou um documento. Nessa reunião compareceram mais de uma dezena de diretores de prisões, como Delegados e Consultores da Comissão. O “Esquema”, como consequência desse fato, foi considerado um trabalho de conjunto, alicerçado na experiência e prática permanente de Administração de Prisões.

Os esforços realizados pelas Nações Unidas para estabelecer diretrizes internacionais para a justiça criminal têm alguns precedentes. Em 1872, a International Prison Commission (Comissão Internacional de Prisões) – que mais tarde se tornou a International Penal and Penitentiary Commission (IPPC) (Comissão Internacional Penal e Penitenciária) – foi criada durante uma conferência internacional destinada a elaborar recomendações para a reforma prisional. O IPPC tornou-se membro da Liga das Nações e continuou realizando conferências sobre o controle da criminalidade a cada cinco anos. Com a dissolução da IPPC após a Segunda Guerra Mundial, suas funções foram transferidas para as Nações Unidas em 1950, inclusive a prática de realizar conferências⁵⁷ internacionais sobre questões relacionadas ao controle da criminalidade com intervalos de cinco anos entre si⁵⁸.

O período aqui estudado, apesar do silenciamento em âmbito acadêmico, caracterizou-se como extremamente significativo no que tange à discussão da humanização da pena no Brasil e no mundo e, as redes tecidas por Canepa o credenciavam para participar dos principais espaços de discussão realizados na década de 1950. Nesse cenário merece destaque o I Congresso Penal e Penitenciário Hispano- Luso- Americano e Filipino por ter sido bastante divulgado nas páginas de *A Estrêla* tendo em vista participação significativa de Canepa. Vale ainda ressaltar na ocasião deste evento o diretor viajou pela Espanha, Inglaterra, França⁵⁹ e Portugal. Para melhor compreender as ideias debatidas no referido Congresso, lançarei mão, a partir de agora, dos textos da revista e dos documentos que pude acessar em Madrid, as principais discussões abordadas e como se deu a participação do diretor.

Canepa foi convidado pelo governo espanhol para participar e tal convite se fez por meio de um ofício destinado ao então Ministro da Justiça do Brasil. O documento ressaltava os méritos do trabalho desenvolvido pelo gestor no país:

Exmo. Señor D. Francisco Negrão de Lima, Ministro de Justicia y Negocios Interiores
– Rio de Janeiro.

Señor Ministro y querido amigo:

Para conmemorar el I Centenário de la aplicación del Recurso de Casación em los Delitos de Contrabando y Defraudación que luego se extendido a la totalidad de 1.^a

⁵⁷ Mais de sessenta depois essa tradição se manteve, e o Brasil se foi anfitrião do 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime, realizado na cidade de Salvador com o tema “Estratégias amplas para desafios globais: sistemas de prevenção ao crime e justiça criminal e seus desenvolvimentos em um mundo em transformação. Entre 1955 e 2015, 13 congressos aconteceram a cada 5 anos.

⁵⁸ Essas informações foram extraídas do documento intitulado “Congressos das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Justiça Criminal” disponível em <http://nacoesunidas.org> e da edição de n. 13-14 de *A Estrêla*.

⁵⁹ Canepa se refere à primeira ida à França no ano de 1939, no entanto, quanto aos outros países da Europa, o único período que tive conhecimento, por meio da revista, remete à viagem no ano de 1952.

Jurisdicción Penal, se celebrará este año en España, em Congresso Hispano-Luso-Americano Penal y Penitenciário. El Gobierno del Brasil, fué convidado por mediación de esta Embajada, a hacerce representar al mismo, por nota enviada a este Ministério de Relaciones Exteriores, el passado mes de Agosto, y recentemente los organizadores del Congresso han invitado al Major Victorio Caneppa para assistir a este Congresso, en su calidad de “Diretor da Penitenciaria Central do Distrito Federal, da “Penitenciaria de Mulheres” e do Sanatorio Penal”, por lo que me atreveria a recurrir a la mediación de V. E., com el ruego de que otorgue al mencionado Señor, la autorización necesaria para llevar a cabeo este viaje a España y representar oficialmente a las organizaciones penitenciarias de este país, lo que con tanto agrado veriamos nosotros, dados los meritos que concurren en el Major Victorio Caneppa. Agradeciéndole la atención que tenga a bien dispensar a mi ruego, aprovecho la oportunidad para reiterarle las seguridades de mi alta consideración. (ass.) El Conde de Casa Rojas” (AE, ed.15, p.33).

Outros sujeitos compareceram, como representantes do Brasil: Prof. Noé Azevedo – Prof. J. Soares de Melo, magistrado, Presidente do Tribunal do Júri de São Paulo – Prof. José Loureiro Junior, Secretário da Justiça do Govêrno do Estado de São Paulo – Prof. Hélio Gomes – Prof. Eduardo Theile – Dr. Sebastião Portugal Gouveia – Enio Novais França, ambos representantes do Instituto dos Advogados de São Paulo – Dr. Alberto Moreira, representante do Instituto dos Advogados desta Capital e Mário Accioly, Procurador da República. A delegação Brasileira tomou parte ativa em tôdas as comissões, a partir da seguinte organização: o Dr. José Loureiro Junior, no estudo do “Tratamento da Criminalidade Infantil e Juvenil”; Dr Noé Azevedo, na “Unificação do Direito Penal”; Dr. J. Soares de Melo, nos trabalhos da “Cassação Criminal de Espanha”; Dr. Eduardo Theiler, apresentou trabalho sôbre a “Unificação do Direito Penal” e Dr. Helio Gomes, presidiu a Comissão de “Medicina Legal”, finalmente o Major Victorio Caneppa, presidiu os trabalhos referentes à “Penitenciária”. A delegação brasileira, “foi entre tôdas a mais numerosa e a mais considerada pelo valor de seus componentes, profundos conhecedores das questões em debate” (AE, ed.18, p.24).

Caneppa destacou-se no Congresso e foi homenageado, fato relatado pelo chefe da delegação, Marcio Acioly, em ofício encaminhado ao Ministro da Justiça:

Permita-nos Vossa Excelência que ponha em relêvo a atividade, o esforço e a dedicação de todos os representantes do Brasil, principalmente do Major Victorio Caneppa que mereceu ser condecorado pelo Govêrno de Espanha com a medalha de ouro “Mérito Social e Penitenciário”, recompensa, aliás, bem merecida pelo seu destaque (AE, ed.18, p.24)

Em entrevista concedida para publicação em *A Estrêla*, o diretor fala da atuação da delegação brasileira durante o Congresso:

Felizmente, os brasileiros que compareceram ao Congresso, saíram-se muito bem. O Dr. Marcio Acyoli, Procurador da República, foi o nosso chefe de Delegação e soube

muito bem nos guiar em tôdas as fases do Congresso; o Professor Noé de Azevedo, foi o nosso Presidente no Congresso tendo se sobressaído em diversas Comissões, principalmente, na 4.^a Comissão, da qual eu era seu Presidente; o Professor Helio Gomes, foi o Presidente da Comissão que estudou o tema “O Valor do Diagnóstico Psíquico-Médico”, e num debate em plenário, fez verdadeira demonstração do seu alto saber. Os demais, foram muito felizes nas suas intervenções sendo que o Dr. Thiller, alto funcionário do Ministério da Justiça, apresentou dois trabalhos interessantes para o Congresso (AE, ed.15, p.32).

O gestor atuou como Presidente da 4^a Comissão, a que discutiu a tese apresentada pelo professor espanhol, Antonio Quintano Ripollés, intitulada “Modernos Aspectos das Instituições Penitenciárias Ibero-Americanas”. A partir da Crônica da organização e desenvolvimento do Congresso⁶⁰ e de seu livro de resumos⁶¹, verifiquei 5 temas gerais debatidos e 108 trabalhos apresentados.

Assim, convocado para comemorar o centenário do recurso criminal espanhol, iniciado pelo decreto Real de 20 de junho de 1852, o referido congresso realizou-se entre os dias 6 e 12 de julho de 1952, no Palácio da Justiça de Madrid e na Universidade de Salamanca e contou com a assistência de representantes dos Ministérios da Justiça de Portugal, das Filipinas e Brasil⁶². Segundo informações contidas na Crônica do evento, este era o quarto congresso penal espanhol, pois foi considerado uma continuação de outros congressos penitenciários⁶³: o primeiro em Valencia, 1909, o segundo em La Coruña, em 1914 e o terceiro no ano de 1920, em Barcelona.

Também participaram do evento de 1952, penalistas, penitenciariistas, processualistas, médicos forenses e psiquiatras, policiólogos⁶⁴, sociólogos e membros de Patronatos da Espanha e Portugal. Contou com representantes oficiais da Bolívia, Brasil, Colombia, Cuba, Filipinas, Panamá, Peru e Santo Domingo, além de entidades científicas e profissionais da Costa Rica, Chile, Equador, México. Estiveram também presentes as seguintes entidades europeias e americanas: Federação de Advogados Belgas; Gabinete Internacional para Unificação do

⁶⁰ Francisco Castejon. Anuário de Derecho Penal y Ciencias Penales, Tomo 5, pags. 389-416, 1952. ISSN: 0210-3001.

⁶¹ Tive acesso ao documento na Biblioteca da Secretaria General de Instituciones Penitenciarias em Madrid. Lá me foi permitido fotografar o livro, mas não tenho autorização para divulgar imagens do documento. Trata-se de uma publicação da Escuela de Estudios Penitenciarios, ligada ao Ministério da Justiça da Espanha.

⁶² Exerceu essa função José Loureiro Junior que, em 1951, foi nomeado secretário de Justiça e Negócios do Interior de São Paulo.

⁶³ Nos documentos localizados em Madrid há referência a outros dois Congressos: o II Congresso Penal e Penitenciário hispano- luso- americano e filipino, realizado em 1955, no Brasil, na cidade de São Paulo, e o III Congresso realizado em Coimbra, Portugal, no ano de 1963. Os seguintes eventos não serão abordados no presente capítulo por não serem mencionados em *A Estrêla* e por que cabe aqui pensar em como Canepa apropriou-se dos debates realizados nos espaços por onde circulou e os divulgou em seu periódico.

⁶⁴ Esse termo era utilizado para designar estudiosos da polícia e segurança pública.

Direito Penal; Comissão Internacional de Polícia Criminal; Sociedade Internacional de Defesa Social e o Instituto Internacional para estudo do Direito Social.

Os assuntos em discussão, a partir dos 5 temas do Congresso, geraram propostas que, de forma sucinta, apresentam-se no quadro⁶⁵ a seguir:

Quadro 18 - Resumo das propostas debatidas no Congresso

COMISSÃO	RESUMO DAS PROPOSTAS APROVADAS
1ª) O recurso espanhol, origem, desenvolvimento no mundo hispânico e possíveis reformas.	Sob exposição do senhor De La Plaza: mantém a finalidade de saída de recursos de velar pela unidade da interpretação da lei, no interesse das seguranças legais e adota a ordenação dos recursos de defesa em matéria civil e em processo penal.
2ª) “A assistência jurídica e policial no ambiente hispânico e especialmente a reincidência internacional”	Sob exposição do senhor Del Rosal: define a reincidência internacional como três infrações do mesmo tipo ou similar, ocorridas em no máximo cinco anos, e quando superior a três, poderá considerar o autor como delinquente reincidente e perigosos se o tribunal identifica na personalidade do réu tendências ao delito, estabelecendo outras medidas, entre elas um serviço central da polícia judicial.
3ª) “Tratamento da criminalidade infanto-juvenil”	Sob exposição do senhor Cuello Calón, propõe o limite de 16 anos e que a internação, que teria inicialmente um caráter repressivo, seja predominantemente educativo, preparando o menor para a vida livre, em um ambiente confiável com sentimento de responsabilidade, pelo sistema Borstal, prisão-escola ou análogos, com jurisdição especializada e com medidas de perdão, advertência, liberdade condicional, inserção em família ou semi-internato e, por último, internação em instituições privadas ou estatais, comuns ou especiais, assim como o cuidado com os menores pós tratamento.
4ª) “Aspectos modernos das instituições penitenciárias ibero-americanas”	Sob exposição do senhor Quintano Ripollés, defende a finalidade de sancionar condutas puníveis, a finalidade moral de correção dos delinquentes e a finalidade social de reinseri-los à liberdade, em condições de viver honradamente, demandando ao Direito Penitenciário as normas jurídicas necessárias, e coordenando a execução com intervenção jurídicas, mediante um organismo <i>ad hoc</i> ; o agrupamento de delinquentes de acordo com sua constituição e perversão; a criação de estabelecimentos especiais para perigosos e para reincidentes; a organização do patronato e de bibliotecas prisionais e a reabilitação através do trabalho, nas mesmas condições socioeconômicas do trabalho livre.
5ª) “Valor do diagnóstico psico-médico no criminoso”	Sob apresentação do Dr. Piga, defende o equilíbrio das divergências entre o pensamento jurídico e o pensamento médico para melhoria do diagnóstico; a psicologia médica como base da psiquiatria forense, o critério ético rigoroso na perícia, a avaliação psiquiátrica dos condenados, o modelo de histórico criminológico e a aplicação do diagnóstico psicológico e médico no exame do acusado com as garantias necessárias. Recomenda a unificação da terminologia psicológica-psiquiátrica nos códigos, a criação de cadeiras de Medicina Legal nas faculdades de Direito e a agregação de comissões legislativas, como assessores de medicina legal.

Sendo a quarta comissão presidida por Canepa e tendo o enfoque na questão penitenciária, já que as demais relacionam-se com questões jurídicas conforme é possível

⁶⁵ A partir dos documentos estudados elaborei o quadro e traduzi as propostas para o português.

perceber no quadro acima, darei destaque, a partir da crônica de preparação e desenvolvimento do Congresso aqui discutido, aos detalhes do debate presidido pelo diretor e iniciada pela palestra conferida por Quintano Ripollés⁶⁶. De maneira mais detalhada, foram elencadas 10 propostas aprovadas em plenária. A primeira delas diz respeito às finalidades das instituições penais: a moral de corrigir o delinquente, a social de devolvê-lo para a sociedade em condições de viver honradamente; sobre o direito penitenciário ficou a determinação de conter as normas jurídicas necessárias para a aplicação da pena com a garantia de liberdade individual e organização social, tratando ainda no terceiro item a necessidade de coexistir outras ciências penitenciárias servindo aos mesmos fins do direito penitenciário. Este último deve tratar da execução da pena, relacionando-se com o judicial a fim de propor a sua intervenção na execução das penas e medidas de segurança.

Propõe ainda a simplificação da diversidade nominal ligada às penas privativas de liberdade e a existência das distintas modalidades de tratamento penitenciário. No que tange à individualização da pena determina um exame realizado com o detento a partir de uma comissão mista composta por especialistas. Trata também da divisão dos presos por categorias tendo como critérios além de sexo e idade, o caráter do preso, suas características pessoais e sociais e tipo de delito cometido, o que deve determinar a criação de estabelecimentos específicos para determinados tipos baseados nos critérios mencionados e os níveis de periculosidade dos sentenciados. Finalizando as propostas do Congresso no âmbito da referida comissão, foi destacada a importância da criação patronatos para a proteção da família dos presos e para orientar os egressos, após o cumprimento da pena, a fim de que sejam reinseridos socialmente. Por último, tratam a importância de bibliotecas nas instituições penais para o empréstimo de livros aos apenados. Apesar dos trabalhos não se apresentarem no caderno de resumos por temas, pude, a partir de seus títulos, mapear 18 artigos que abordaram assuntos penitenciários:

Quadro 19 - Trabalhos enviados ao Congresso com temas da 4ª comissão

Autor	Título
BALAGTAS, Eustaqui C.	Administración de Prisiones en Filipinas
BATISTA GUTIERREZ, Juan	El trabajo em las prisiones
BELAUSTEGUI MAS, Calixto	Principios fundamentales del trabajo penitenciário
BRANCO E MEIRA, Carlos	El trabajo como instrumento de readaptación social de delinquentes em el sistema penitenciário portuguê

⁶⁶ Ver “Vida y publicaciones de don Antonio Quintano Ripollés” in *Anuario de Derecho Penal y ciencias penales*, disponível em <https://dialnet.unirioja.es-articulo>.

	El trabajo como instrumento de la readaptación de los delincuentes
GODOY TROCONIS, Diego	Modernos aspectos de las instituciones penitenciarias ibero-americanas
JEREZ, Eliseo	La gradación de la pena, función penitenciaria, Estructura jurídica de su Magistratura especializada
LEITÃO, Antonio	La Prision- Escuela de Leira. Sus características fundamentales y métodos de actuación Notas sobre la experiência portuguesa de Prision- Escuela
LEVENE, Ricardo	Instituciones penitenciarias hispano-americanas
MARTINEZ VIADEMONTTE, José Agustín	La situación penitenciaria en la Republica de Cuba Unificación de la Legislación Penal
Patronato de Recluidas y Liberadas de Buenos Aires	Sobre la creación de una sección permanente denominada “Patronatos de Liberados y Reclusos” com sede em Madrid
PETTINATO, Roberto	Bases para un sistema penitenciario “justicialista
PINTO, Roberto	La ejecución da pena mayor en colonia penitenciaria
PINOCHET ESPINOSA, Ramón	La Recuperación Social
QUINTANO RIPOLLES, Antonio	Modernos aspectos de las Instituciones penitenciarias Iberoamericanas
ROMERO Y SANCHEZ QUINTANAR, Mariano	Repercusiones del derecho del trabajo em las instituciones penitenciarias
Seccion de Ciencia Penitenciaria	Transcendencia del sistema de redención de penas por el trabajo

O tema mais destacado nos artigos é o trabalho prisional como perspectiva para a recuperação social do interno, além de textos que trazem uma abordagem sobre determinadas instituições prisionais e sobre patronatos no atendimento aos sujeitos egressos do sistema Penitenciário. Canepa não apresentou proposta de trabalho e, como se pode observar pelas temáticas discutidas, tratou-se de um Congresso na área do Direito e a base de boa parte dos temas são jurídicas, o que talvez justifique o número reduzido de trabalhos que abordaram a questão penitenciária em si.

Deste modo, evidenciar as viagens, associações e espaços de debate pelos quais Canepa participou e divulgou em sua revista, torna-se relevante na medida em que faz perceber como esse sujeito apropriou-se das discussões do período para prescrever políticas e ações voltadas para o sistema penitenciário brasileiro. As propostas elaboradas e aprovadas no Congresso, propostas vistas em outros países e as determinações da ONU passaram a fazer parte do discurso do diretor quando se referia às ações necessárias para uma reforma do sistema penitenciário do Brasil a partir de sua perspectiva de um modelo prisional adequado e humanitário. E quais foram as prescrições do gestor? Como são divulgadas em *A Estrêla*?

4.3 Prescrições para as prisões brasileiras

As viagens de Canepa ao exterior e sua participação nos espaços de debate aqui mencionados fizeram com que este se tornasse um interlocutor privilegiado a ponto de interferir na política de estados brasileiros. Ao destacar os relatos desse sujeito sobre as prisões brasileiras, percebo como este incorporou os debates internacionais em seus discursos. Apesar do tom ufanista que boa parte dos textos de Canepa assume ao falar do regime penitenciário brasileiro e, sobretudo, da Penitenciária por ele dirigida, o primeiro artigo intitulado “As prisões Brasil afora”, publicado na edição de número 33, discute as imensas dificuldades enfrentadas pelo sistema penitenciário nacional:

Devemos compreender, inicialmente, que o Brasil, talvez seja, na América do Sul, o país mais difícil para o desenvolvimento do progresso penal-penitenciário e as razões são plausíveis e simples. Num país como o nosso, onde a extensão territorial é notória, pois está colocado em 4º lugar no mundo, de clima quente em quase todo o seu território, com um movimento demográfico crescente e acentuado que se encaminha, cada vez mais célere, para o sul, com uma divisão política em 21 estados e 5 territórios, com administradores políticos, onde permanece cada vez mais difícil a questão de transportes e comunicações, embora possua a 3ª frota de aviões comerciais do mundo, há que considerar-se que uma viagem do Rio à Belem, em avião comercial, são necessários dois dias, onde a desigualdade de riqueza entre os estados é notória, sendo uns mui ricos, como os do centro e sul e, outros, do norte e nordeste, extremamente pobres, e onde, principalmente, o desinteresse que certos homens de govêrno nutrem pelas questões penais-penitenciárias é evidente, embora sejam poucos o desinteresse que certos homens de govêrno nutrem pelas questões penais-penitenciárias é evidente, embora sejam poucos, isto nos faz reconhecer da latente incompreensão desses assuntos. Daí devemos dizer que é necessário e urgente que os homens do govêrno olhem e cuidem com mais carinho o problema penitenciário e não deixem os nossos irmãos apodrecerem nos cárceres. Em cada Estado, os seus dirigentes, responsáveis pelo setor penitenciário, deveriam procurar equacionar o seu problema e procurar resolve-lo com inteligência e acentuado senso prático (AE, ed.33, p. 56).

Parece-me que essas colocações críticas de Canepa têm a ver com um projeto seu de criar o Código Penitenciário Brasileiro e o Código de Execuções Criminais. Possível supor que estivesse propondo uma legislação que se aproximasse do que é hoje a Lei de Execução Penal, criada apenas em 11 de julho de 1984, e que regulamenta o tratamento e os direitos dos privados de liberdade no país. Propunha também uma Escola Penitenciária para a formação dos sujeitos que atuam nas prisões do Brasil, o que me faz pensar que as proposições de Canepa visavam apontar caminhos legais e de formação a fim de evitar improvisações e orientar as políticas públicas dos diversos estados brasileiros. No mesmo artigo em que salienta os problemas das

prisões Brasil afora, ele comenta a necessidade de unificação do sistema penitenciário por meio dos códigos que, segundo ele, deveriam ser criados:

O Código Penal Brasileiro tem efeito em todo o nosso país, por isto, deveríamos unificar o nosso sistema penitenciário, criando o Código Penitenciário Brasileiro e o Código das Execuções Criminais. Essas duas leis deveriam regularizar, em todo o território brasileiro, o tratamento que se deveria dar aos delinquentes, assim como, a aplicação das execuções criminais pelos Estados. Só com estas medidas poderíamos evitar as improvisações no campo penal-penitenciário. Não resta a mínima dúvida que, no Código Penitenciário Brasileiro a ser elaborado, deveria constar, entre outras coisas, a criação de uma Escola Penitenciária, sem que, entretanto, essa medida ou nenhuma outra fosse implicar com a criação da Cadeira de Direito Penitenciário nas Faculdades de Direito da Capital da República e nos Estados (AE, ed.33, p.55).

O Diretor defendia que eram necessárias tais medidas para evitar as improvisações e não permitir que, os por ele chamados de “penalistas platônicos”, os que nunca realizaram obra penitenciária, fizessem intervenções nas ações da área. Caneppa intitulava-se como um dos maiores especialistas penitenciários do país e destaca a medida, segundo ele, a mais acertada, do Governador de Alagoas, que constituiu uma comissão para resolver o problema do Estado:

Há que se proceder como o ilustrado Governador de Alagoas, que, desejando solucionar o problema penitenciário de seu Estado, constituiu uma comissão de homens práticos e técnicos no assunto e que tivessem, sobretudo, demonstrado capacidade de realização. O problema daquele Estado foi resolvido com seus próprios recursos, dentro das modernas idéias, por etapas e de forma mais rápida possível, tanto é que num prazo de menos de um ano, o Estado de Alagoas já possuiu um estabelecimento penal aberto, está começando a construção de uma penitenciária moderna, capaz de alojar todos os delinquentes do Estado, sem se preocupar com a causa de superlotação de suas prisões (AE, ed.33, p.57).

O próprio Caneppa auxiliou a comissão mencionada à convite do então Governador de Alagoas, Arnon de Mello, e esteve na capital daquele Estado entre os dias 24 e 27 de março de 1953, visitando a Penitenciária de Maceió e outras do local. Após observar os presídios de Alagoas, o diretor fez uma conferência, no dia 26, às 10 horas, no salão Nobre da Faculdade de Direito de Alagoas, intitulada “REGIME PENITENCIÁRIO BRASILEIRO”, à qual compareceram o Governador Arnon de Mello, Secretários de Estado, Corpo Jurídico da Capital Alagoana, alunos da Faculdade e inúmeros convidados. Esta viagem é um exemplo do quanto Caneppa se tornou um interlocutor privilegiado no que dizia respeito às políticas e práticas na área, o que é mais uma demonstração do seu reconhecimento enquanto grande especialista capaz de apontar caminhos e soluções para os problemas penitenciários. A conferência realizada é publicada na edição de número 23 de *A Estrêla* e ele inicia sua fala agradecendo o convite:

É bem justo e humano que eu me sinta um pouco orgulhoso e muito honrado com a distinção que o Governo de Alagoas me culmina convidando-me para colaborar com êle no setor penitenciário. Assim, como sinto eu, as mesmas emoções em me ser facultado o privilégio de dirigir a palavra, neste respeitável recinto, a tão distinta assistência composta de homens cultos, estudantes e estudiosos de assuntos de tão relevantes efeitos sociais, como este, que é o do Direito Penal-Penitenciário (AE, ed.23, p.22).

Este mesmo homem “honrado e um pouco orgulhoso” seguirá sua fala discorrendo sobre a decepção que era o sistema penal brasileiro com exceção da Penitenciária por ele dirigida:

Quem percorrer os Estados do Brasil, com o propósito de verificar o que foi feito no setor de assistência aos delinquentes, ficará decepcionado, pois, raros são os Estados que nestes últimos 25 anos tenham realizado alguma coisa nesse setor. Entretanto, não poderemos deixar de fazer justo louvor ao Distrito Federal, que realizou notável obra penitenciária, servindo de orgulho para o Brasil e de exemplo para o mundo (AE, ed.23, p.23).

Segundo Canepa “nada mais triste e constrangedor do que visitar as prisões do Brasil” (AE, ed.23, p.23) e apenas em Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, São Paulo e o Distrito Federal, naquele período, apontavam para algumas melhorias significativas. Sugere então que o estado de Alagoas se adaptasse ao novo Código Penal para também avançar:

O sistema penitenciário de Alagoas, para as execuções criminais, está necessitando de uma adaptação aos princípios consagrados no Novo Código Penal. Não resta a mínima dúvida que esses princípios nos impossibilitam de realizarmos obras 100%, tais as suas exigências e complexidade. O nosso Código exige uma aparelhagem e uma organização difíceis de ser conseguidas, a não ser com gastos enormes e de um certo tempo de trabalho sistematizado Mas, não foi isto que atemorizou o Governador Arnon de Mello, muito pelo contrário, foi justamente isto, que o aconselhou a tomar atitudes para uma adaptação que suprima o antagonismo da lei (AE, ed.23, p.23).

Para Canepa não seria possível resolver os problemas de Alagoas sem que houvesse a criação de um Departamento Penitenciário, para todo o Estado, diretamente subordinado à Secretaria do Interior e Justiça. Esse Departamento ficaria responsável pela política criminal do Estado, não somente estabelecendo os meios de instrução e educação dos delinquentes, mas, principalmente, realizando observações e levantando dados que pudessem orientar a profilaxia do crime. Sem se afastar desses primordiais objetivos, deveria ainda organizar os estabelecimentos penais, nos moldes do moderno regime penitenciário, criando escolas, oficinas, serviços sociais, serviços psicotécnicos, a fim de poder restituir a sociedade o homem delinquente regenerado, curado, capaz de tornar-se útil, a si e a sociedade. Para tanto, o programa a ser elaborado para o Estado de Alagoas deveria orientar-se da seguinte forma:

a) Penitenciária a ser construída em lugar pouco afastado do centro, uns quilômetros mais ou menos, a fim de facilitar os trabalhos dos internos e não dificultar as visitas das pessoas de suas famílias, e facilitando-lhes o acesso; b) de caráter misto, Agro-Industrial, posto que a população de Alagoas é composta de 73,98% de homens que trabalham na agricultura; c) De regime celular sem a sua construção, porque é o mais aconselhável para evitar a promiscuidade e principalmente o homo-sexualismo, tão comum nos centros de coletividade humana; d) Que se construa junto um pequeno hospital, com isolamento para os portadores de moléstias contagiosas; e) da mesma fôrma uma seção psiquiatria, para os fronteiriços, epiléticos e etc. que possam ser tratados sem ter a necessidade de internação em Manicômio; f) Que a Penitenciária seja dotada de oficinas de fácil aprendizagem; g) Que exista bôa extensão de terras para aprendizagem agrícola, criação de animais de pequeno porte, horticultura e pomicultura, não só, para a aprendizagem e a ocupação dos interinos como para economia do próprio estabelecimento; h) Escolas e campos de esportes devem ali existir; i) Que ali só possam exercer suas atividades os funcionários de capacidade comprovada (AE, ed.23, p.24).

O segundo artigo intitulado “As prisões Brasil afora”, de autoria de Caneppa, trata das prisões do Rio Grande do Sul, sua terra natal e, inicia sua escrita, justificando-se pelas críticas feitas ao estado em que nasceu:

Não se interpretem as minhas observações como simples críticas ao meu Estado Natal, pelo contrário, o meu desejo é mostrar aos dirigentes daquele glorioso povo, que estamos esperançosos em que se faça uma reforma no seu sistema e instalações penitenciárias, e que se críticas houver, são decorrentes da necessidade de indicar os erros, apontando o caminho que nos pareça mais acertado (AE, ed.35, p.53).

Aquele que viaja, observa e então é capaz de propor reformas e mudanças. Esta é a representação que a revista faz de Caneppa quando traz os relatos de suas viagens. Extremamente crítico, com anos de prática na gestão de presídios e conhecedor de tantos modelos, praticas e ideias, ele se destacava enquanto sujeito que acumulava os saberes necessários para auxiliar na reforma penitenciária que o Brasil necessitava. Mesmo quando suas visitas às Penitenciárias não eram oficiais, como no caso da viagem para o Rio Grande do Sul, ele adentrava as prisões locais e se fazia presente às autoridades. Ele encerra seu artigo em que trata das observações que fez da Casa de Correção de Porto Alegre e as encaminha por meio de carta para o governador:

Senhor Governador.

Juntamente com os prezados companheiros da Casa Civil do Govêrno, dr. Paulo Emilio Acioli e acadêmico Rafael Peres Borges, tivemos ensêjo de visitar, sábado último dia 10, à tarde, a Casa de Correção de Pôrto Alegre. Fizemos um longo exame dos vários departamentos, iniciado na capela em que o venerando padre Pio realiza o seu mister de assistir espiritualmente aos detentos que ali comparecem e terminado em sombrios subterrâneos, onde parece que o homem perde essa condição, jogado num antro de todo incompatível com os seres humanos, ainda mesmo aqueles que hajam resvalado para os abismos do crime. É dessa visita, senhor governado, feita ocasionalmente, sem caráter oficial, justificada apenas, perante os guardas, pela circunstância de ter o dr. Paulo Emilio Acioli sido, durante vários anos, presidente da Conferência Vicentina que funciona na Casa de Correção aos sábados, que desejamos

dar a V. Excia. algumas informações, porque nos parece impossível calar a realidade apavorante que é, presentemente, aquele estabelecimento penitenciário (AE, ed.35, p.54).

Um espaço apavorante, insalubre e sem higiene material e moral. Assim definia a Casa de Correção de Porto Alegre. Uma prisão que jamais poderia recuperar qualquer preso em seus corredores sombrios onde reinavam o rebaixamento e a podridão. Para o gestor, só seria possível imprimir um bom sistema penitenciário onde fosse possível distribuir as várias classes de deliçuentes. As instituições penitenciárias, deveriam ter como finalidade jurídica a de sancionar uma conduta retilínea em obediência as leis penais, como finalidade moral, a de corrigir o delinquente, e, como finalidade social a de reincorporá-lo à vida livre em condições de viver honradamente.

A partir de suas visitas ao exterior e do que conheceu dos presídios brasileiros, o diretor conclui que o sistema penitenciário deverá conter normais jurídicas necessárias para aplicação da pena com a garantia da liberdade individual e de uma boa organização social, separando em grupos e, em estabelecimentos distintos, os deliçuentes por sexo e por idade em 3 formas de estabelecimentos: estabelecimento de segurança mínima; estabelecimento de segurança média; estabelecimento de segurança máxima. Estes estabelecimentos deveriam se aproximar da ideia de uma “cidade em miniatura” e guiados pelas recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o tratamento dos presos. Basicamente são essas as ideias de Canepa ao concluir o texto “Os sistemas penitenciários”, onde ele diz:

Terminando êsse desprezencioso trabalho, que é um documentário sincero do que temos visto no estrangeiro e em nossa terra, no desempenho da árdua mas apaixonante função que nos foi confiada, numa cousa insistimos ressaltar. O avanço incontestável dos métodos penitenciários postos em voga no Brasil, em seus centros mais adiantados, não obstante a carência de elementos materiais e normas com que os administradores penitenciários lutam constantemente (AE, ed. 18, p.22).

Em texto publicado na edição de número 18, Canepa traz, de maneira minuciosa todas as políticas que deveriam ser implementadas pelos estados em prol da reforma que se fazia necessária. Nesse texto e nos demais já trazidos, fica evidente a presença dos debates do Congresso realizado na Espanha e das políticas verificadas em outros países:

Como vimos pelo relato que se vem fazendo, para que se possa imprimir um bom sistema penitenciário necessário se torna ter estabelecimentos vários, onde se possa distribuir as várias classes de deliçuentes. As instituições penitenciárias, devem ter como finalidade jurídica a de sancionar uma conduta retilínea em obediência as leis penais, como finalidade moral, a de corrigir o delinquente, e, como finalidade social a de reincorporá-lo à vida livre em condições de viver honradamente. O sistema penitenciário deverá conter normais jurídicas necessárias para aplicação da pena com

a garantia da liberdade individual e de uma boa organização social. Que as normas fundamentais do tratamento individual penitenciário não se faça apriori e sim por exames individuais do condenado e isto feito por pessoas ou comissões especializadas (AE, ed.18, p.21)

No trecho, o gestor repete as proposições do Congresso realizado em Madrid e chega a repetir o que foi determinado pela comissão que presidiu: a divisão por classes de internos, a função social e moral da prisão e a questão dos testes aplicados aos presos por especialistas para a garantia de tratamento individual. Ele ainda faz um detalhamento mais preciso ligado à classificação de internos: delinqüente de constituição anormal, viciado ou psicopático, sem entretanto atingir a categoria dos não imputáveis, que requer tratamento psiquiátrico preferente; delinqüente por perversão pessoal de fatores endógenos, independente da educação e do meio. Tratamento preferentemente de intimidação; Delinqüente por perversão social, de fatores exógenos determinados pela falta de educação e de meios tratamentos amplamente corretivos e educativos, de ressocialização e regime progressivo na sua integridade e delinqüente por infração de normas que fogem a ordem moral. Regime de mera custódia com tratamento educativo. Esses apenados deveriam estar ocupando os diversos tipos de estabelecimentos penais que, de forma geral, deveriam ser de 3 tipos: estabelecimento de segurança mínima; estabelecimento de segurança média e estabelecimento de segurança máxima. Os estabelecimentos citados deveriam selecionar os presos em diversas categorias como primários, reincidentes habituais ou não; declarados especialmente perigosos; invertidos sexualmente; velhos aleijados e outras classificações que se fizerem necessárias. O gestor também ressaltava a necessidade do cumprimento das recomendações da ONU:

O sistema penitenciário deve proporcionar em síntese, nas penitenciárias o que recomenda a delegação da ONU: trabalho técnico organizado, obrigatório e remunerado; Assistência social aos presos e suas famílias; Livre culto religioso; Facilidade nos encontros sexuais conjugais; Assistência médica e dentária; Isolamento dos deliçüentes portadores de moléstias contagiosas; Arte teatral, coral, musical e esportiva de forma educacional; Alimentação técnica-racional; Vigilância segura, eficiente mais, nunca deshumana; Vestimenta higiênica e que não deprima o homem; sem números; Vida coletiva durante o dia e isolamento individual notuno [...] (AE, ed.18, p.21).

Caneppe exaltava o avanço de algumas experiências brasileiras e, ao mesmo tempo, tentava ditar o modelo prisional ideal para os estados que julgava atrasados e constringedores pelo Brasil afora. Ao lançar seu olhar para penitenciárias do exterior e garantir seu lugar nos principais espaços de debate, ele buscava legitimar-se e incorporava em seus discursos as principais questões abordadas no período. Em sua bagagem, após seus percursos de viagem, sobretudo no ano de 1952, para conhecer presídios e atuar em espaços de debate, ele trouxe,

entre outros temas, a preocupação com a classificação dos presos por categoria de periculosidade, assim como a necessidade de pensar nas políticas de egresso a fim de evitar a reincidência, o que antes não fazia parte do seu discurso.

Ao regressar mostra também a vontade de que outros sujeitos viajantes fizessem do Brasil e da Penitenciária Central seus destinos. Aquele que se voltou para as prisões do estrangeiro, buscava também ser referência de um modelo prisional no exterior. Sua legitimação passava pelo reconhecimento do esforço. Para este sujeito, o trabalho precisava ser visto, divulgado, propagado:

E honra nos seja feita, êsse progresso que se espelhará no primeiro golpe do observador de prisões e regimes penitenciários do exterior, representa inegavelmente um esforço sobrehumano, de brasileiros que se veem dedicando com denôdo e afinco ao estudo da ciência penitenciária. Estudo que não se circunscreve a simples teoria, que é doutrina e sabedoria, mas sobretudo à prática, que é ação e trabalho. Que possamos prosseguir, todos os que temos aos ombros a responsabilidade dessa tarefa humaníssima de dar aos transviados da lei, aos egressos da sociedade, o amparo que bem o merecem para que não sossobrem de todo no abismo a que dia foram atirados e voltem a ser homens cristãos, cidadãos prestantes, criaturas de Deus (AE, ed.18, p.21).

Conhecer o Canepa viajante trouxe à tona as discussões que envolviam o sistema penitenciário, em diversos países, no período aqui estudo. Os destinos desse sujeito revelaram a busca pela conquista de um espaço como interlocutor privilegiado e formulador de políticas. No movimento de propagação, apropriação e prescrição, o gestor utiliza sua revista como meio de divulgação de práticas que revelam as especificidades do discurso humanizador da pena na década de 1950. Nesse sentido, interpretar as ideias e modelos veiculados em *A Estrêla* revela parte de em um período histórico pouco estudado em âmbito acadêmico e que ajuda a refletir acerca da recorrente busca pela humanização da pena, das dificuldades e poucos avanços conquistados no âmbito da reforma que o regime prisional brasileiro exige.

POST SCRIPTUM: CARTA AO EDITOR

Prezado Senhor Victório Canepa,

Tornei-me, desde 2013, uma leitora assídua da revista *A Estrêla* e por quatro anos estive a interpretar os discursos nela presentes. Num primeiro momento lancei meu olhar para as capas do seu periódico, o que me permitiu rastrear as principais temáticas discutidas durante os anos de circulação de seu impresso: 1951-1955. Das 22 capas, dei evidência a 10 delas para perceber quais sujeitos, instituições, eventos e atividades desenvolvidas na Penitenciária Central ganharam destaque. Selecionei as imagens que, a meu ver, deixaram mais claro o objetivo da revista e possibilitaram traçar os caminhos da pesquisa por mim realizada durante o curso de doutorado. Assim, entrelaçando as capas com que foi contado sobre elas, num movimento entre empiria e teoria, foi possível articular os contextos e as especificidades no âmbito histórico, político, social e pedagógico que envolve as discussões que perpassam o periódico.

Após a análise das capas foi preciso melhor compreender e problematizar as representações trazidas na revista acerca de seu trabalho enquanto gestor prisional. Para tanto, tentei ir além do que foi contado nas páginas do impresso, o que me levou a outras fontes de pesquisa, sobretudo a imprensa local. Perscrutei pistas e busquei outras histórias num movimento de desconfiança ao que até então havia lido na sua revista. Nos seis jornais em que fui mapeando as suas diversas facetas, percebi ambiguidades, contradições. Nesse momento ficou mais claro os usos que fez do impresso e o quanto este se tornou um espaço importante para a publicização de sua imagem. Tantos elogios publicados em *A Estrêla*, mas algumas poucas e significativas críticas nas páginas dos jornais que circulavam no Distrito Federal. Um diretor que trazia a representação de um gestor generoso e altruísta na Penitenciária Central foi também chamado de carrasco e torturador de presos políticos. Suponho que para romper com a representação negativa dos anos anteriores, o senhor abria as portas da penitenciária para a sociedade livre, pois talvez pudesse provar que era mesmo um diretor que entregava o coração para os presos com sentimentos que visavam apenas o bem estar de seus custodiados e a humanização da pena. Mas o senhor seria mesmo esse sujeito tão altruísta? Pude perceber que bem mais que generosidade perpassava seus objetivos. Havia a necessidade de divulgar seus feitos, de legitimar-se enquanto especialista, de promover sua carreira. Quem sabe chegar a alcançar cargos mais altos como o do colega da pátria hermana, o Roberto Pettinato? Percebi muita proximidade entre ambos no que tange às políticas ditas humanizadoras. E assim, nessa busca por projeção, o senhor lutou

pelo reconhecimento de seus pares, sujeitos que visitavam a penitenciária, especialistas estrangeiros renomados como o Professor Teeters. E o que dizer da sua relação com Filinto Muller? Parece-me que ser seu amigo poderia trazer-lhe benefícios, não é mesmo? Nessa época falavam muito mal do senhor, a exemplo do advogado Sobral Pinto com quem travou uma discussão que levou à agressão física. Enquanto em *A Estrêla* eu só pude perceber a representação positiva acerca de sua imagem, Sobral Pinto abriu-me os olhos para o fato de nem sempre ter sido assim, pois ele, Carlos Prestes e outros presos políticos que estiveram sob sua gestão na Casa Correcional Dois Rios e na Casa de Correção, não simpatizavam nem um pouco com o senhor e o acusavam de maltratar os internos. Sobral chegou a chamar-lhe de selvagem. Muitas foram também as polêmicas abordadas no jornal *Imprensa Popular*, mas a principal delas que envolveu Jean Sarkis, a comunista que na verdade era uma espiã do governo, o que será sempre uma dúvida.

Diante de tantas contradições que giraram em torno do seu nome e tendo melhor compreendido os usos que fazia de seu impresso, parti então para o terceiro momento de minha tese, pois precisava conhecer os escritores e leitores da revista da Penitenciária Central. O que escreviam? Que discursos evocavam? Quais os temas debatidos? Quem eram seus leitores? Neste momento pude perceber que mesmo silenciando possíveis conflitos internos inerentes a toda instituição prisional, o impresso traz à tona sujeitos quase invisibilizados em âmbito acadêmico e faz emergir escritos que buscavam amenizar a solidão. Internos revelaram sentimentos, defenderam a sua gestão, retrataram a Penitenciária Central como um espaço humano e digno. As escrituras desses sujeitos levam à reflexão sobre as práticas cotidianas na unidade prisional e a relação que o senhor estabelecia com eles. Tratava-se de uma série de trocas e prêmios e a valorização do preso que apresentava bom comportamento. E tudo isso, segundo o discurso de seu impresso, visava a ressocialização destes. Percebendo as práticas estabelecidas na Penitenciária Central passei a questionar e a problematizar se a prisão é de fato capaz de recuperar alguém e levantei questões que trazem a complexidade da privação de liberdade, pontos silenciados em *A Estrêla*.

O senhor também publicou muitos artigos e eles também tornaram-se ponto importante de interpretação na medida em que elucidam a respeito do que intitulava Ciência Penitenciária. A partir de seus escritos dei destaque a duas temáticas: a sexualidade e a arquitetura prisional. Compreendi que, sobretudo no tange à garantia do direito dos presos ao sexo, havia um objetivo em seus propósitos: manter a calma e a harmonia dentro da unidade. Aliás, apesar do discurso da humanização da pena, percebo que garantir a ordem e o controle dos presos era uma das suas principais estratégias e muitas das suas ações, na verdade, possuíam essa intenção. Quanto ao

modelo de arquitetura prisional que defendia, procurei relacioná-lo com as suas práticas que buscavam a humanização da pena e este me pareceu um projeto menos agressivo ao menos no campo material. Menos grades, muros mais baixos, espaços mais limpos. De fato o espaço prisional não é neutro e define comportamentos. Mas e na prática? O que representou esse modelo? Para refletir sobre essa interrogativa, adentrei a Penitenciária de Mulheres de Bangú e, a partir de minhas recordações do espaço, fui trilhando com sua revista, a partir das imagens nela publicadas, esse modelo de arquitetura prisional que buscava a reabilitação de presos e de presas. As características físicas da Penitenciária de fato lembravam uma grande casa, um lugar que remetia a um lar. Tal espaço visava a formação moralizantes das presas que deveriam ser treinadas para serem boas mães e donas de casa. Práticas que acabaram por criar mulheres histéricas e reprimidas em sua sexualidade. Aliás, a garantia ao sexo não fazia parte do cotidiano dessas apenadas, não é mesmo senhor Canepa? Um espaço menos agressivo e repressor buscava outros mecanismos de controle: vigilância excessiva, imposição da religião e disciplina extrema. Penso que na prática as imposições geraram reações psíquicas nas internas, como causariam os grandes muros e grades. Avanços por um lado, contradições e ambiguidades no campo da prática, o senhor concorda?

E para quem se direcionavam esses textos que buscavam a representação da Penitenciária Central como instituição modelo e Canepa como gestor empenhado na humanização da pena? Essa foi também um questão de meu terceiro capítulo e, como não havia um espaço bem definido para os leitores do impresso, busquei pistas e indícios que me apontassem para o público leitor da revista. A partir dos poucos textos de leitores encontrados, dos anúncios existentes e tendo em vista os próprios usos que o senhor fazia do impresso, tentei discutir quem eram os leitores da revista. Logo pelos 50 anúncios mapeados foi possível supor que estes não eram destinados aos privados de liberdade, pois eram ligados ao consumo do período em uma sociedade que se modernizava, tratando de produtos e serviços inacessíveis aos internos. Ressalto ainda que 30% dos apenados, por serem analfabetos, não tinham acesso à leitura da revista.

Suponho que um dos seus grandes objetivos era tornar *A Estrêla* um espaço de divulgação de seus feitos e legitimar-se enquanto especialista diante de seus pares. Apesar de muitos textos revelarem parte dos sentimentos e cotidianos dos internos, estes não se constituíam em leitores privilegiados do periódico. Penso então que o seu objetivo era atrair os olhares de sujeitos ligados ao judiciário, legislativo, universidades, outras instituições penais e em demais espaços por onde especialistas e interessados pela temática do sistema penitenciário se encontrassem.

Diante dessa perspectiva, parti para o quarto capítulo de minha pesquisa a fim de compreender como seu periódico tornou-se um espaço de legitimação de um modelo prisional.

Para tanto mergulhei em seus relatos de viagens e nos espaços de debate dos quais participou. Conhecer seus trânsitos me fez perceber as discussões que envolviam o sistema penitenciário, em diversos países, no período aqui estudado. Seus destinos revelaram a busca pela conquista de um espaço como interlocutor privilegiado e formulador de políticas. Por conhecer os presídios de outros países, o senhor conquistou o espaço de um sujeito que poderia então apontar caminhos para o sistema penitenciário brasileiro. Sua participação em associações e espaços privilegiados de discussões também corroboravam para a sua legitimação enquanto especialista. Suas prescrições partiam do acúmulo de conhecimento a partir de suas observações de instituições penais e revelaram a proposta de um modelo prisional, entendido pelo senhor como ideal e de cunho humanizador. No movimento de propagação, apropriação e prescrição, utilizou sua revista como meio de divulgação de práticas que revelam as especificidades do discurso humanizador da pena na década de 1950. Nesse sentido, interpretar as ideias e modelos veiculados em *A Estrêla* revelou-me parte de um período histórico pouco estudado em âmbito acadêmico e que ajuda a refletir acerca da recorrente busca pela humanização da pena, das dificuldades e poucos avanços conquistados no âmbito da reforma que o regime prisional brasileiro exige.

Apesar de todas as contradições e ambiguidades que perpassam a sua revista e a sua trajetória profissional, reconheço que assumiu um papel importante no âmbito da gestão e formulação de políticas públicas para o sistema prisional brasileiro e tenho que agradecer-lhe por me permitir conhecer um pouco melhor essa época tão silenciada pelos estudos que abordam o sistema penal brasileiro. Mergulhar nas páginas de seu impresso tornou-se uma possibilidade de interpretar o período e, quem sabe, abrir portas para outras pesquisas sobre a década de 1950, tão pouco estudada no âmbito da história das prisões. Confesso que a escrita deste trabalho foi um desafio e muitos outros serão necessários para que se possa descortinar as práticas, políticas e discursos que atravessam esse tempo de nossa história. Saiba que o discurso de humanização da pena, latente desde que a prisão é prisão e pelo senhor tão disseminado, continua em voga por aqui. Após contar-lhe um pouco sobre as minhas interpretações sobre sua revista e como forma de retribuir tudo que me mostrou por meio dela, a partir de agora quero falar um pouco do que vivenciamos na atualidade. Se o senhor julgava constrangedor o sistema penitenciário brasileiro, com exceção de alguns estados, não imagina o que vivenciamos hoje.

Segundo dados do Ministério da Justiça, somos o quarto país que mais encarcera no mundo. Dados de 2014, revelam o quantitativo de 622.202 presos, entre os quais mais de 60% são negros e mais de 70% pararam os estudos no ensino fundamental. O que temos por aqui é um cenário de criminalização da pobreza, superlotação, o que a mídia vem chamando de crise do sistema penitenciário. A Corte Interamericana de Direitos Humanos acaba de cobrar ao

governo brasileiro explicações sobre a violência e a superlotação de presídios e ressaltou que no país torna-se impraticável os padrões mínimos, aqueles que o senhor participou do grupo de elaboração, indicados pela comunidade internacional para o tratamento dos presos.

Recentemente presenciamos cenas de uma verdadeira barbárie em presídios do estado do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte causada por conflitos entre facções criminosas que acabam por comandar os presídios numa lógica alimentada pelo próprio Estado. O senhor defendia a separação dos presos por crime cometido, características de personalidade entre outras questões, não é mesmo? Isso ainda acontece, mas o que de fato determina hoje a alocação dos internos é a facção da qual fazem parte. E são esses grupos organizados que na verdade detém imenso poder dentro das prisões brasileiras, pois num cenário de negação de direitos são os próprios presos que determinam se haverá tranquilidade ou não entre os muros e grades.

Penso que já no período em que era gestor, apesar de não haver ainda toda essa lógica de facções ligadas, sobretudo, ao tráfico de drogas, o senhor tinha consciência da importância de negociar com internos, garantir condições mínimas de vida e lançar mão de estratégias que os mantivessem calmos. Isso por que sabemos que o número de presos é muito maior que o de funcionários e assim se pode evitar que estes se rebelem. Essa falta de controle do estado é cômoda no sentido de que assim a prisão torna-se menos cara para os cofres públicos, mas a coisa vai muito além, como lhe contarei a seguir.

Diante dos episódios mencionados, a mídia resalta a crise do sistema, mas na verdade isso tudo faz parte do cotidiano das prisões. O que está em jogo, senhor Caneppe, são os reais produtos dessa realidade: violência e falta de dignidade. No entanto, elas só vêm à tona quando cenas de selvageria e mortes causadas por rebeliões de presos tornam-se notícia.

E tudo isso é causado por que vivemos um cenário de criminalização da pobreza e de encarceramento em massa. Se não podemos virar às costas para a necessidade de tornar a pena mais humana, garantindo condições de vida mais dignas para os privados de liberdade, penso que a questão é muito mais profunda. As marcas da vida no cárcere são cruéis e nada pode apaga-las. Ao abraçarmos os discursos de ressocialização do preso, o que eu já não consigo mais acreditar que seja possível com a prisão que aqui temos, deixamos de pensar que a solução é a busca por redução de violência e menos encarceramento. O equívoco é acreditar que para solucionar a questão dos presídios superlotados precisamos da construção de mais unidades. No entanto, se continuarmos a encarcerar desta forma os nossos jovens pretos, pobres e de baixa escolaridade, nunca teremos presídios em números suficientes. O aprisionamento jamais nos trará uma sociedade melhor, temos então que buscar outros caminhos com a garantia de

políticas sociais para a população, com o avanço das penas alternativas à privação de liberdade e a busca pela redução da criminalidade e violência.

Se o senhor apresentou tantas críticas aos presídios europeus, preciso contar-lhe que dois países estão demonstrando que é possível sim diminuir o encarceramento. Suécia e Holanda estão fechando seus presídios por falta de presos. Países que investem na redução da violência, na possibilidade de penas alternativas e tratam de garantir possibilidades efetivas para que os egressos possam ser reinseridos socialmente, o que tem diminuído a reincidência ao crime. No mais, são países que garantem à população condições melhores de vida, o que reduz drasticamente a criminalidade.

A situação aqui não está nada fácil, mas confesso que tenho uma notícia surpreendente: se em outros momentos vivenciamos a prisão política, hoje vemos políticos corruptos habitarem nossas prisões. Certamente esse será um episódio bastante contado por nossos historiadores do futuro. Estou atenta aos acontecimentos e acredito que devemos lutar para que o nossos governantes sejam mais honestos com o dinheiro público. No entanto, é preciso também salientar que algumas destas prisões são seletivas e decretadas sem provas e sem julgamento, em afronta aos direitos dos cidadãos, além dos interesses que as perpassam e toda a espetacularização da mídia em torno delas.

Mas apesar de todas as polêmicas que envolvem a questão o fato é que as fortunas que os nossos políticos corruptos roubam trazem consequências desastrosas à nossa realidade e acabam por aprisionar os pobres desse país que, sem condições dignas de vida acabam por enveredar pelo mundo do crime. Espero que entenda que meu discurso não visa vitimizar esses sujeitos, no entanto os dados mostram que é sim a nossa população marginalizada socialmente que habita os cárceres desse país.

Já conheci muitas prisões no Rio de Janeiro e em outros estados e ao entrar naqueles espaços, o cinza das paredes, do chão, das grades frias e dos olhares tristes e curiosos pareciam apagar todas as cores do mundo. O meu trabalho com o sistema prisional me fez refletir sobre o valor do ser humano, pois ali todas as mazelas são potencializadas, latentes, gritantes e parecem berrar sobre os que por ela passam. Ao percorrer tantas galerias úmidas e sujas, bem diferentes das descritas na sua revista, pude sentir tocar na minha pele o sofrimento dos encarcerados à minha volta. Deparei-me com o inferno na Terra. Se de fato o inferno existe é como a cadeia: “almas apenadas”, dor, sujeira, mau cheiro, calor, entre tantas outras adversidades. Faz alguns anos que não entro em uma prisão, mas o seu odor desagradável jamais sairá de minha memória. Nesses espaços que pensamos em ressocialização? Até quando falaremos em humanização da pena? Bom, eu precisaria de muito mais tempo para relatar tudo

que vivenciamos no nosso sistema penitenciário, mas tentei aqui ao menos suscitar algumas questões graves e atuais que nos afetam.

Espero, sinceramente, que em determinado momento não precisemos mais falar em tratamento humano nas prisões, que não sejam mais necessários gestores prisionais como senhor e nem de especialistas que tentem apontar caminhos para esta instituição reconhecidamente falida. Que elas sejam apenas um equívoco histórico a ser lembrado num mundo sem cárceres. Como pode ver, esse caminho será longo e seu impresso é um instrumento importante para que possamos caminhar no entendimento das continuidades e discontinuidades das práticas e políticas do sistema prisional brasileiro para que um dia ele não seja mais necessário.

Despeço-me agora e ressalto a vontade de travar outros diálogos com o senhor.

Daiane Tavares
Rio de Janeiro, verão de 2017

REFERÊNCIAS:

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 38-39. v. I.

ALBUQUERQUE-GARCIA, Luis. El ‘Relato de viajes’: hitos y formas en la evolución del género. *Revista de Literatura*, 2011, enero-junio, vol. LXXIII, n.º 145, págs. 15-34.

ALVAREZ, Marcos César. Apontamentos para uma história da Criminologia no Brasil. In: KOERNER, Andrei. (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil: Pesquisas e Análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006. p. 129-151

AMORIM, Sara Raphaela M. de. *Viagem como missão: intercâmbio pedagógico do educador Nestor dos Santos Lima (1913-1923)*. 2017. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. *Entre as leis da ciência, do estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2011.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC/FGV, v.11, n.21, p.9-33, 1998.

BARBOSA, Heloisa Helena Arneiro Lourenço Barbosa. O uso mercadológico da imagem infantil e o julgamento sumário em capas de revista – um olhar bakhtiniano. *Jornal Lince*, São Paulo, v.22, ano 2, 2008.

BASSANI, Fernanda. *Visita íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil*. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (Org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

BRANDÃO, Eduardo Rangel. *Publicidade on-line, ergonomia e usabilidade: o efeito de seis tipos de banner no processo humano de visualização do formato do anúncio na tela do computador e da lembrança de sua mensagem*. Dissertação (Mestrado em Design). Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, 2006.

BRITES, Olga. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, p. 249-278, 2000.

CAFFARENA, Fabio. Condenados a escribir. Cartas e recuerdos del establecimiento penitenciario de Finale Ligure. In: SIERRA BLAS, Verónica; GÓMEZ, Castillo Antonio (Orgs.). *Letras bajo sospecha: escritura y lectura em centros de internamiento*. Alcalá: Ediciones Trea, 2005.

CAIMARI, Lila. *Apenas un delincuente: crimen, castigo y cultura em la Argentina (1880-1955)*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Na sala de aula: caderno de análise literária*. São Paulo: Ática, 2000.

CARDOSO, Silmara de Fátima; MORAES, Dislane Zerbinatti. *Viajar é inventar o futuro: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatório de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925-1927)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

CARVALHO, Marta Chagas de. A bordo do navio, lendo notícias do Brasil. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves. *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. El mejor retrato de cada uno: la materialidade de la escritura epistolar en la sociedade hispânica de los siglos XVI y XVII. *Hispania: Revista Española de Historia*. Madrid, Vol.LX/3. Set./dic.,2005.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *La Corte de Cadmo: apuntes para una historia social de la cultura escrita*, Revista de Historiografía, Madrid, n. 1, p. 89-98, 2004.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Leer y oír ler: ensayos sobre la lectura em los siglos de oro*. Madrid: Iberoamericana, 2016.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CESANO, José Daniel. La politica penitenciaria durante el primer peronismo (1945-1955). *Revista de Historia del Derecho*, n.39, 2010, p. 1-35.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina*. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves. *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 39-64.

CHARTIER, Roger. “L’homme de lettres”. In VOVELLE, Michel (org). *L’Homme de Lumières*. Paris, Éditions du Seuil, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. Texto, impressão, leituras. In: HUNT, Lyan (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHIES, Luis Antonio Bogo. A questão penitenciária. *Tempo Social- Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v.25, n.1, p.15-36, 2013.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. De boas intenções o inferno está cheio: reflexões sobre a educação formal nos ambientes prisionais. In: SILVA, Vini Rabassa da; MENDES, Jussara Maria; FAGUNDES, Helenara Silveira et al. (Org.). *Política Social: temas em debate*. Pelotas: EDUCAT, 2009. p.103-130.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 150 p.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Diários íntimos de professores: letras que duram. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Tereza Santos (Orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p.159-180.

DAEMON, Flora. *A imprensa carcerária ou a reinvenção da notícia: um olhar intramuros sobre o fazer jornalístico*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense, 2009.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão*. São Paulo: Humanitas, 2008.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus, 2006.

FAUSTO, Boris. A vida política. IN: GOMES, Angela de Castro. *Olhando para dentro: 1930-1964 – HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO – VOL. 4*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: *IMPRESSOS e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; STELZIG, Sabina. Sobre trajetórias de sociabilidade: a ideia de relé social como mecanismo criador de novas redes sociais. Ver. *Política e Sociedade*. N.5 – Outubro de 2004.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

GOMES, Angela de Castro Gomes. Introdução. IN: GOMES, Angela de Castro. *Olhando para dentro: 1930-1964 – HISTÓRIA DO BRASIL NAÇÃO – VOL. 4*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GONÇALVES, Pedro Correia. *A Era do Humanitarismo penitenciário: as obras de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham*. Revista Fac. Dir. UFG, v.33, n.1, p.9-17, jan./jun. 2009.

GONDRA, José Gonçalves. *Exercício de comparação: uma normalista da Corte na Europa*. In: MIGNOT, Ana C.; GONDRA, José G. (Orgs). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 65-89.

GROS, Frédéric. Os quatro centros de sentido da pena. In: GARAPON, Antoine; GROS, Frédéric; PECH, Thierry. *Punir em democracia e a justiça será*. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 2001.

Heymann, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Muller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Sistema Penitenciário Brasileiro: a educação e o trabalho na política de execução penal*. Petrópolis: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: Faperj, 2012

KALMAN, Judith. El escribano público: mediador de la cultura escrita para la clase popular. In: GOMEZ CASTILLO, Antonio (Org.). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. España: Trea, 2002, p.287-302.

LEITE, Marcia. Remexendo fotografias e cotidianos. In: ALVES, Nilda; SGARBI, Paulo (Org.). *Espaços e imagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 99-114.

LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

LIMA, Elça Mendonça. *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: OAB/RH, 1983.

LIRA NETO. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2014.

MAEYER, Marc de. A educação na prisão não é mera atividade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.38, n.1, p.5-8, p.33-50, 2013.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello ; XAVIER, Libânia Nacif. Apresentação. In: *IMPRESSOS e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

MAIA, Clarisse Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz (Orgs). Introdução. In: *História das Prisões no Brasil- Volume I*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 9- 34 .

MARQUES, Glaucia Diniz. Cartas em tempos de guerra: uma missão cívico-patriótica da associação brasileira de educação (1942-1945). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e Práticas Culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP, 2001.

MATTHEWS, R. *Pagando tiempo*. Una introducción a la sociología del encarcelamento. Barcelona: Bellaterra, 2003.

MIGNOT, Ana Chrystina Venacio. *Baú de Memórias. Bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de idéias e afetos. In: BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S.; MIGNOT, A. C. V. (Orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Ed. UFP, 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 178, p. 616-638, 1993.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Eternizando a imagem pioneira. In: ALVES, Nilda; SGARBI, Paulo (Org.). *Espaços e imagens na escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 73-86.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Tereza Santos (Orgs). Tecendo Educação, história, escrita autobiográfica. In: _____ (Orgs). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000. p.17-27.

MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas Penitenciários*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1992.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. *Polifonias Políticas, Pedagógicas e Identitárias: Villa-Lobos no Instituto de Educação do Rio de Janeiro na Era Vargas*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, Eliane Robert. A cifra e o corpo: as cartas de prisão do marquês de Sade. In: GALVÃO, W. N. ; GOTLIB, N. B. *Prezado senhor, prezada senhora – estudo sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.55-60.

NAVARRO BONILLA, Diego. Archivos y Cultura Escrita Carcelaria: escribir y documentar la prisión desde el siglo XVI. In: SIERRA BLAS, Veronica; GÓMEZ CASTILLO, Antonio (Org.). *Letras bajo sospecha: escritura y lectura en centros de internamento*. Alcalá: Ediciones Trea, 2005. P.17-42.

NEVES, Luis Felipe Baêta. *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária: 1998.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 11-31

OLIVEIRA, Ana Arlinda de. *Leitoras Aprisionadas: histórias de vida e leitura narradas na Penitenciária Feminina em Cuiabá - Mato Grosso*. 2010. Tese (Pós-Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

OLIVER OLMO, Pedro; GARGALLO VAAMONDE, Luis; URDA LOZANO, Jesús Carlos. In: ORTIZ GARCÍA, Carmen. *Lugares de represión, paisajes de la memoria: aspectos materiales y simbólicos de la cárcel de Carabanchel*. Madrid: Catarata, 2013.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004. 328 p.

PECH, Thierry. Neutralizar a pena. In: GARAPON, Antoine; GROS, Frédéric; PECH, Thierry. *Punir em democracia e a justiça será*. Rio de Janeiro: Instituto Piaget, 2001.

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: FCE, 2003.

PINTO, Sobral. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Comunicações, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, Bárbara Trindade. *Cartas em revista: estratégias editoriais de difusão e legitimação da Nova Escola*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2004.

ROCHA, Inês de Almeida. *Canções de amigo: redes de sociabilidade na correspondência de Liddy Chiaffarelli Mignone para Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

RUBACALBA PÉREZ, Carmen. Escribo aquello que no sabía decirle a nadie: La escritura em reclusión. In: SIERRA BLAS, Verónica; GÓMEZ, Castillo (Orgs.). *Letras bajo sospecha: escritura y lectura em centros de internamiento*. Alcalá: Ediciones Trea, 2005. p.217-235.

SALLA, Fernando. A pesquisa sobre as prisões: um balanço preliminar. In: KOERNER, Andrei. (Org.). *História da Justiça Penal no Brasil: Pesquisas e Análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006. p. 107-128

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os porões da república: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894- 1945*. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

SANTOS, Rodolfo Gauthier Cardoso dos. *A Construção da ameaça Justicialista: antiperonismo, política e imprensa no Brasil (1945-1955)*. 2015. 230f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2015.

SCHAEFER, Jean-Marie. *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papirus, 1996.

SCHUELER, Alessandra. *A longa peregrinação de um professor da roça na Europa*. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; GONDRA, José (Orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, pp.90-113.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Cultura punitiva e sociedade escópica: algumas considerações*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, 2011.

SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Gijón: TREA, 2003.

SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea. (1927-1945)*. Gijón: Trea, 2003

SIERRA BLAS. Veronica. *Cartas presas: la correspondencia carcelaria en la guerra civil y el franquismo*. Madrid: Marcial Pons, 2016.

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal*. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *SIMMEL, Georg. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

SOARES, Bárbara Musumeci Soares ; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAVARES, Daiane de Oliveira. *Escritas encarceradas: representações do universo prisional feminino nas páginas do jornal da Penitenciária Talavera Bruce*. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

VAZ, Elida. *A Encenação da Educação nas cartas de leitores*. Comunicação e Educação. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Viajes que educan*. In: MIGNOT, Ana Chrystina; GONDRA, José G. (Orgs) *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. pp. 15-38.

Biblioteca Nacional, RJ:

A ESTRÊLA: Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal. Rio de Janeiro. Ano I, n.1, abril de 1951.

A ESTRÊLA: Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal. Rio de Janeiro. Ano I, n. 2, maio de 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano I, n. 3, junho 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano I, n. 4, julho e agosto de 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano I, n. 5, setembro de 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano I, n.6, outubro de 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano I, n.7-8, novembro e dezembro de 1951.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 9 , janeiro de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 10-11-12 , fevereiro, março e abril de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 13-14 , maio e junho de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 15-16-17, julho,agosto e setembro de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 18, outubro de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano II, n. 19-20, novembro e dezembro de 1952.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 21-22, janeiro e fevereiro de 1953.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 23-24, março e abril de 1953.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 25-26, maio e junho 1953.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 27-28 e 29 julho, agosto e setembro.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano III, n. 30-31-32, outubro, novembro e dezembro de 1953.

A *ESTRÊLA*: *Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. Ano IV, n.33-34, janeiro e fevereiro de 1954.

A ESTRÊLA: Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal. Rio de Janeiro. Ano IV, n.35-36-37, março, abril e maio de 1954.

A ESTRÊLA: Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal. Rio de Janeiro. Ano IV, n.38-39, junho e julho de 1954.

A ESTRÊLA: Orgão Penitenciária Central do Distrito Federal. Rio de Janeiro. Ano IV e V, n.40 -46, Agosto de 1954 a fevereiro de 1955.